

DEYLIANE APARECIDA DE ALMEIDA PEREIRA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO ESPORTE ADAPTADO

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2014

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

P436a
2014
Pereira, Deyliane Aparecida de Almeida, 1986-
Avaliação do programa Segundo Tempo Esporte Adaptado
/ Deyliane Aparecida de Almeida Pereira. – Viçosa, MG, 2014.
xi, 119f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Eveline Torres Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Inclui bibliografia.

I. Esporte adaptado. 2. Deficiência. 3. Política pública.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação
Física. Programa de Pós-graduação em Educação Física.
II. Título.

CDD 22. ed. 796.087

DEYLIANE APARECIDA DE ALMEIDA PEREIRA

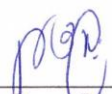
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO ESPORTE ADAPTADO

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 06 de março de 2014.



Maicon Rodrigues Albuquerque



Próspero Brum Paoli
(Coorientador)



Eveline Torres Pereira
(Orientadora)

Ver claro, para evitar os elementos que prejudicam nosso olhar, evitar armadilhas que se acham instaladas em nós e em torno de nós, nas situações que vivenciamos. *Ver fundo*, não se contentando com a superficialidade, com as aparências. A atitude crítica é uma atitude radial, não no sentido de ser extremista, mas de ir as raízes, buscar fundamentos do que se investiga. *Ver largo*, na totalidade, o que implica procurar verificar o objeto no contexto no qual se insere, com os elementos que o determinam e os diversos ângulos é, senão o único, pelo menos o melhor, quando consideramos a realidade. com humildade, devemos reconhecer que a contradição é uma característica fundamental do real. (Terezinha Azerêdo Rios, 2006, 81-82):

Dedico este à Deus, que me dá sustento e coragem para questionar realidades e vislumbrar um mundo de possibilidades. Pois, *“tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”* (Eclesiastes 3:1)

AGRADECIMENTOS

À Deus o meu agradecimento maior, porque têm sido tudo em minha vida.

À minha família, em especial à minha mãe que sempre está ao meu lado incentivando, apoiando e orando, e aos meus irmãos Daniela, Daniel e Dênis pelo apoio, e que não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À Universidade Federal de Viçosa pela minha formação profissional e pessoal, mas especialmente à:

À professora Eveline Torres Pereira pela paciência na orientação, pela confiança e por acreditar no meu trabalho, e principalmente pelo incentivo para que a conclusão desta dissertação se tornasse possível.

Ao professor Próspero Brum Paoli pela co-orientação, amizade, confiança e por acreditar no meu trabalho, especialmente pelo aconselhamento e aprendizado durante esses dois anos.

Ao professor Maicon Albuquerque pela disponibilidade em participar da banca de defesa e pela orientação.

À Professora Bel pelo apoio e palavras de animo desde a graduação;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Administração e Educação que contribuíram muito para meu aprendizado e os aconselhamentos foram essenciais para desenvolvimento deste trabalho;

Aos funcionários e bolsistas da Divisão de Esportes e Lazer e da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários pelo aprendizado, em especial à professora Sylvia Franceschini e a professora Silvia Priori.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes, em especial à Aurora, Ediane, Elizângela e Renata

À todos vocês, meu muito obrigado por ajudar a ver claro, ver fundo e ver largo (Terezinha Azerêdo Rios, 2006, 81-82).

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO GERAL	1
Referências Bibliográficas	4
ARTIGO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DO ESPORTE PARTICIPATIVO/EDUCACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	5
Resumo:	5
Abstract	6
1. Introdução:	7
2. Materiais e métodos	8
3. Resultados	17
4. Discussão	30
5. Conclusão	32
6. Referências Bibliográficas	33
ARTIGO 2 – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE	39
Resumo:	39
Abstract	40
1. Introdução:	41
2. Materiais e métodos	42
3. Resultados e discussão	50
3.1. Programa Segundo Tempo – conceitos, histórico e operacionalização.	50
3.2. Método de avaliação em políticas públicas de esporte: Programa Segundo Tempo	60
4. Conclusão:.....	65

5. Referências Bibliográficas	66
ARTIGO 3 – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PESSOA COM DEFICIENCIA .	72
Resumo:	72
Abstract:	73
1. Introdução	74
2. Método	75
2.1. Pesquisa Documental	76
2.2. População e Amostra.....	79
3. Contextualização	80
3.1. Esporte Adaptado	80
3.2. Avaliação do Programa Segundo Tempo.....	81
3.3. Relatórios de acompanhamento	82
4. Resultados	86
4.1. A implementação do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado.....	86
Público-Alvo	86
Divulgação do PST e Identificação Visual dos Núcleos/Locais	92
Parcerias	92
Funcionamento dos Núcleos e Previsão de iniciar a execução	93
Capacitação	98
Propostas Pedagógicas	100
Interação.....	103
5. Conclusão.....	109
6. Referências Bibliográficas	111
CONCLUSÕES GERAIS	118

LISTA DE ILUSTRAÇÕES**Artigo 1**

Figura 1 - Passos da revisão integrativa 10

Artigo 2

Figura 1 Passos da revisão integrativa 43

Artigo 3

Figura 1 Modelo circular do processo de pesquisa 76

Figura 2 Procedimento para coleta e análise documental 78

Figura 3 Questionário de Cadastro de Aluno 89

LISTA DE TABELAS

Artigo 1:

Tabela 1 Direitos das pessoas com deficiência quanto o acesso ao esporte/lazer	09
Tabela 2 Descritores e seus sinônimos.....	11
Tabela 3 Resultados obtidos nas bases de dados	12
Tabela 4 Resultados obtidos no Google Acadêmico	13
Tabela 5 Estudos selecionados.....	14
Tabela 6 Autores e instituição que pertencem.	15
Tabela 7 Método/técnica dos estudos e nível de evidência.....	15

Artigo 2

Tabela 1 – Resultados obtidos nas bases de dados	45
Tabela 2 Estudos selecionados.....	46
Tabela 3 Autores e instituição que pertencem	47
Tabela 4 Método/técnica dos estudos e nível de evidência.....	48
Tabela 5 Resultados obtidos nas bases de dados	48
Tabela 6 Estudos selecionados.....	49
Tabela 7 Autores e instituição que pertencem	49
Tabela 8 Método/técnica dos estudos e nível de evidência.....	50

Artigo 3

Tabela 1 Instituições conveniadas para implementação do PST Pessoa com Deficiência.....	79
Tabela 2 Categorias e subcategorias do 1º Relatório de Acompanhamento	83
Tabela 3 Categorias e subcategorias do 2º Relatório de Acompanhamento	84
Tabela 4 Categorias e subcategorias do 3º Relatório de Acompanhamento	85
Tabela 5 Número de beneficiados.....	86
Tabela 6 Idade dos beneficiados	87
Tabela 7 Sexo dos beneficiados	87
Tabela 8 Profissionais, qualificação mínima e carga horária para atuar no PST Esporte Adaptado	94
Tabela 9 Datas previstas de início e datas de efetivo início das atividades	95
Tabela 10 Datas das capacitações do Ministério do Esporte e início das atividades	99
Tabela 11 Itens do Planejamento Pedagógico do Convênio	101
Tabela 12 Itens do Planejamento Pedagógico de Núcleo	101
Tabela 13 Apresentação PPC e PPN pelas conveniadas.....	102

Tabela 14 Aprovação do PPC e PPN pela Equipe Colaboradora	102
Tabela 15 Aspectos positivos e negativos do acompanhamento pedagógico	103
Tabela 16 Aspectos positivos e negativos a visita do Ministério do Esporte	103
Tabela 17 Aspectos positivos e negativos do Contato com a Equipe Colaboradora	104
Tabela 18 Aspectos positivos e negativos da visita com a Equipe Colaboradora	104
Tabela 19 Contribuição do PST para as comunidades beneficiadas 1º RA	105
Tabela 20 Contribuição do PST para as comunidades beneficiadas 2º RA	106
Tabela 21 Potencialidades, fragilidades e sugestões de melhoria no 1º RA	107
Tabela 22 Potencialidades, fragilidades e sugestões de melhoria no 2º RA	108

RESUMO

PEREIRA, Deyliane Aparecida de Almeida. M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, março de 2014. **Avaliação do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado.** Orientador: Eveline Torres Pereira. Coorientador: Próspero Brum Paoli

O Programa Segundo Tempo (PST) Esporte Adaptado é uma política pública de esporte educacional para pessoas com e sem deficiência que objetiva garantir o acesso a prática esportiva a este público que historicamente é excluído das práticas corporais e esportivas. Este trabalho tem como objetivo avaliar esta política, conhecer sua conformação e sinalizar possíveis fragilidades. Os métodos de investigação adotados foram a pesquisa e análise documental e a revisão integrativa de literatura, pois ambas contribuem para a apreensão, compreensão e análise de documentos e produções sobre a temática investigada. O instrumento avaliado foi o Primeiro e Segundo Relatórios de Acompanhamento das três instituições que implementaram e entregaram os referidos relatório ao Ministério do Esporte até dezembro de 2013. Primeiramente, realizou-se levantamento das legislações e produções científicas, dos documentos oficiais e políticas públicas, na área do esporte participativo/educacional para pessoas com deficiência. Em seguida, investigou o desenvolvimento do PST e os métodos de avaliação que tem sido utilizados para avaliar sua operacionalização, bem como as fragilidades e potencialidades. E, por fim, analisou-se a configuração e abrangência do PST Esporte Adaptado. A aproximação com a temática investigada propiciou a reflexão e a detecção de elementos que são indispensáveis para execução de uma política pública para pessoas com deficiência, de modo que promova a democratização das práticas esportivas. Observou-se que: os PST Esporte Adaptado tem procurado atender as diretrizes do programa, que os discursos tem fortes resquícios do movimento de integração suplantando o movimento da inclusão, que o acesso ao transporte público é um dos fatores limitantes para participação plena do deficiente, além das barreiras sociais e arquitetônicas. Diante do exposto, os resultados apresentados são apontamentos iniciais, visto que a vigência dos convênios não findou, contudo os aspectos mencionados podem instigar reflexões e adequações futuras desta política para atendimento dos beneficiados e a garantia do direito social ao esporte.

ABSTRACT

PEREIRA, Deyliane Aparecida de Almeida. M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, March 2014. **Evaluation of Second Time Adaptive Sport Program.** Advisor: Eveline Torres Pereira. Co-advisor: Próspero Brum Paoli

The Second Time Program (STP) Disabled Sport is a public policy of educational sports for people with and without disabilities that aims to ensure access to sports practice to this public that is historically excluded from this body and sports practice. This study aims to evaluate this policy, know its conformation and indicate possible weaknesses. The investigation methods adopted were the research and documentary analysis and integrative literature review, because both contribute to the apprehension, comprehension and analysis of documents and productions regarding the theme investigated . The instrument evaluated was the First and Second Follow-up Reports of the three institutions that have implemented and delivered the aforesaid report to the Sports Ministry until December 2013. First, it was conducted a survey of laws and scientific production , official documents and public policies in the participatory / educational sports area for people with disabilities . Then, it was investigated the development of STP and evaluation methods that have been used to evaluate its operation, as well as the weaknesses and strengths. Finally, the analysis of configuration and coverage of STP Disabled Sports . The approach to this theme investigated provided reflection and detection of elements which are indispensable to execution of a public policy for people with disabilities in order to promote the democratization of sports practice. It was observed that: STP Disabled Sports have sought to meet the program guidelines, that the speeches have strong residues of the integration movement supplanting the inclusion movement, that access to public transportation is a limiting factor for full participation of the disabled, beyond social and architectural barriers. Given the above, the results presented are initial indications, since the validity of covenants did not end, however the mentioned aspects can instigate reflections and future adaptations of this policy to attend beneficiaries and guarantee of social right to sport .

INTRODUÇÃO GERAL

O acesso as práticas esportivas e de lazer é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e para que esses direitos sejam consolidados o poder público tem criado ações e programas, a exemplo disto temos o Programa Segundo Tempo (PST). O PST é uma política pública de esporte com caráter educacional criada no ano de 2003 e que objetiva oferecer um programa social que combata a discriminação, promova a inclusão social e a qualidade de vida.

Ao longo dos 10 anos de implementação verificou-se a necessidade de criação de Programas Especiais, que foram adotados a partir de 2010, a saber, Núcleos do PST Universitário, PST Pessoa com Deficiência, PST Navegar, PST Indígena, PST Mais Educação, PST Instituição de Ensino Superior Colaboradora e PST Socioeducativo. Esse remodelamento da política objetiva atender às necessidades e anseios de cidadãos que anteriormente não eram atendidos em completude, ademais, dar efetividade ao programa e construir elementos de avaliação para qualificar e ampliar suas atividades, segundo o Ministério do Esporte (2010).

O Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência objetiva estimular a prática de atividade física e os processos inclusivos em trabalhos com pessoas com deficiência. (MARQUES, 2010). Ele vem garantir o acesso a prática esportiva a este público que historicamente é excluído das práticas corporais e esportivas, pois as políticas públicas enfatizam o atendimento no âmbito do mercado de trabalho e da saúde, em detrimento aos direitos ao esporte, lazer e cultura.

Para implementação do programa, nesses anos o Ministério do Esporte tem formulado e aperfeiçoado as Diretrizes, Manuais, Fundamentos Pedagógicos e instrumentos de avaliação e controle para orientar e acompanhar o desenvolvimento desta política pública. Entretanto, nota-se que esses instrumentos de orientação podem comprometer a execução prática da proposta, visto que possuem padrões e referenciais estabelecidos (ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009).

Cabe ressaltar, que o PST Pessoa com Deficiência possui especificidades e diversidades corporais que devem ser vislumbradas no processo de operacionalização da proposta, a saber, o acesso aos equipamentos e materiais esportivos, o deslocamento até o local de execução das atividades, adequação dos sistemas de avaliação ao beneficiado.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo avaliar a proposta do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado, do Ministério do Esporte, para inclusão das pessoas com deficiência em atividades esportivas. A avaliação desta política torna-se importante para seu aprimoramento e garantia do direito social ao esporte, além disso, para conhecer sua conformação e sinalizar possíveis fragilidades a serem superadas para que se torne efetiva no que se propõe.

Cabe destacar que este estudo não objetiva avaliar este programa no tripé de avaliação das políticas públicas, a saber, eficiência, eficácia e efetividade, e sim avaliar no âmbito da implementação, pois fornece informações que detectam problemas na sua execução. Ademais, as avaliações do processo de implementação permitem diagnosticar fragilidades quanto aos instrumentos, procedimentos, diretrizes e atendimento ao público previsto, visando seu aperfeiçoamento.

O interesse em investigar esta política pública advém do envolvimento na organização e execução de projetos sociais esportivos e de lazer no contexto universitário durante a minha formação inicial em Educação Física. Como também, a inserção e participação na implementação da proposta no PST padrão na função de monitora, e principalmente na função de Coordenadora Geral do PST Universitário durante a pós-graduação.

Assim, a investigação utilizou como método de pesquisa a análise documental e a revisão integrativa de literatura, pois ambas contribuem para a apreensão, compreensão e análise de documentos e produções sobre a temática investigada. A revisão integrativa foi importante para mapear e sumarizar as produções sobre a temática e reunir dados teóricos-conceituais para compreensão do objeto de estudo (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2003; ROMAN, FRIADIANDER, 1998; SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010). A pesquisa documental foi primordial para certificar e expor os marcos legislativos e de execução das políticas de esporte e lazer para pessoas com deficiência (SÁ-SILVA, 2009; CELLARD, 2008). Os instrumentos que foram avaliados no processo de implementação do PST foram o Primeiro e Segundo Relatório de Acompanhamento, em que as entidades conveniadas explicitam o atendimento as diretrizes e fundamentos do programa.

Para isto, o trabalho foi estruturado em três artigos, a saber: Artigo 1, Artigo 2 e Artigo 3.

No Artigo 1 realizou-se levantamento das legislações e produções científicas, dos documentos oficiais e políticas públicas, na área do esporte

participativo/educacional para pessoas com deficiência. Decerto esse levantamento contribuiu para conhecer e se aproximar com os conceitos da deficiência presentes no material obtido e das principais políticas públicas de esporte, bem como apontar algumas fragilidades e marcos legais.

No Artigo 2 investigou-se o desenvolvimento desta política pública e os métodos de avaliação que tem sido utilizado para analisar sua operacionalização. Ademais, detectar as principais dificuldades apontadas pelas produções na implementação e avaliação do programa.

No Artigo 3 avaliou-se o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência a partir dos relatórios de acompanhamento, e indicou algumas adequações operacionais necessárias para efetivação da proposta e do atendimento aos seus beneficiados.

A aproximação com a temática investigada propiciou a reflexão e a detecção de elementos que são indispensáveis para execução de uma política pública para pessoas com deficiência, de modo que promova a democratização das práticas esportivas. Nesse sentido, os apontamentos iniciais, visto que a vigência dos convênios não findou, desta pesquisa podem contribuir para definição de ações e de (re) elaboração de políticas públicas para este público, no âmbito do esporte educacional.

1.2. Objetivos

a) Geral

- Avaliar a proposta do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado, do Ministério do Esporte, para inclusão das pessoas com deficiência em atividades esportivas.

b) Específicos

- Verificar o quanto a proposta do programa se aproximam ou se distanciam da realidade;
- Averiguar a aplicabilidade do programa nas instituições conveniadas;
- Investigar os documentos legais que regulamenta o Programa Segundo Tempo;
- Realizar levantamento das produções que abordam inclusão de pessoas com deficiência pelo esporte.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CELLARD, A.. A Análise documental. In: POUPART, J., et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

MARQUES, Alexandre Carriconde. **Depoimento de Alexandre Carriconde Marques**. 2010. Entrevista concedida a Luciane Silveira Soares. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40509>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

MENDES, Karina dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: método de Pesquisa para a Incorporação de Evidências na saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.1-2, out./dez. 2008.

ROMAN, Arlete Regina; FRIADIANDER, Maria Romana. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enfermagem**. Curitiba, v. 3. n.2, p. 109-112, jul./dez.1998.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009, Ano I - Número I.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, São Paulo, n., p.102-6, 2010.

ARTIGO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DO ESPORTE PARTICIPATIVO/EDUCACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resumo:

As políticas públicas são ações do estado/governo e tem por objetivo o bem estar social buscando a solução para problemas que são públicos e/ou garantir direitos previstos em leis. O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento das legislações e produções científicas, dos documentos oficiais e políticas públicas, na área do esporte participativo/educacional para pessoas com deficiência. Metodologicamente, quanto aos fins é uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos, bibliográfica. As técnicas utilizadas foram a pesquisa documental e a revisão integrativa. Foram utilizadas as palavras-chaves Política Pública, Esporte ou Lazer e Pessoa com Deficiência. As bases de dados consultadas foram: Banco de dados do Ministério do Esporte, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram obtidos dez documentos que apresentam a legislação vigente acerca da temática e identificada nove produções, sendo que as mesmas concentram-se a partir do século XXI. O nível de evidência científica de maior incidência foi o VI, seguida do nível IV e V. Realizou-se a leitura crítica e elaborou unidades de revisão: A política pública para pessoas com deficiência; Legislações e documentos que abordam a temática esporte/lazer e deficiência; Esporte/lazer para pessoas com deficiência; e O conceito de deficiência nas legislações e produções. Diante dos resultados encontrados, há inúmeros documentos que garantem o acesso das pessoas com deficiência ao esporte educacional e participativo, e programas e projetos têm sido criados prevendo o atendimento deste público. Mas, nota-se que a acessibilidade arquitetônica é um fator primordial para garantia do acesso, e que há um hiato entre as políticas públicas e a efetivação dos direitos de acesso ao esporte.

Palavras-chaves: Política Pública, Esporte, Deficiência.

ARTICLE 1 - PUBLIC POLICIES IN THE PARTICIPATORY/EDUCATIONAL SPORTS AREA FOR PEOPLE WITH DISABILITIES

Abstract

Public policies are the actions of state / government and aims the social welfare seeking the solution to problems that are public and / or ensure rights protected by law. The purpose of this study was to conduct a survey of the laws and scientific productions, official documents and public policy in the participatory/educational sports area for people with disabilities. Methodologically, regarding the means it is a descriptive research and regarding the procedures, bibliographic research. The techniques used were documentary research and integrative review. The keywords Public Policy, Sport or Leisure and People with Disabilities were used. The databases consulted were : Database of the Sports Ministry, Virtual Health Library (VHL), Journals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), *Latin American and Caribbean Health Science Literature (LILACS)* and Scientific Electronic Library Online (Scielo). We obtained ten documents that present the current legislation about the theme and identified nine productions, and they are concentrated from the twenty-first century. The highest incidence level of scientific evidence was VI, followed by level IV and V. It was performed a critical reading and prepared units of review: public policy for people with disabilities; Legislation and documents that approach the thematic sport/leisure and disabilities; Sport/leisure for people with disabilities, and the concept of disability in legislation and productions. In front of the results found, there are numerous documents that ensure access by people with disabilities to educational and participatory sport, and programs and projects have been created foreseeing the attendance to their public. But, we note that the architectural accessibility is a key factor for ensuring access, and that there is a hiatus between public policy and the effectiveness of access rights to the sport.

Keywords :Public Policy, Sports, Disability.

1. Introdução:

Dados do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010 traz informações a respeito da população brasileira que possui alguma deficiência. A pesquisa domiciliar classificou as deficiências como visual, auditiva, motora, mental/intelectual e pessoas que não apresentem nenhuma dessas. Segundo os dados, a população brasileira corresponde a aproximadamente 191 milhões de pessoas, e as que possuem alguma das deficiências investigadas correspondem a aproximadamente 46 milhões, ou seja, em torno de 24% da população brasileira possui alguma deficiência. Comparado com o Censo do ano 2000 observa-se que este número aumentou, pois a os deficientes correspondiam a 14,5% da população brasileira, que representava um total de aproximadamente 170 milhões. (IBGE, 2000).

Diante do significativo número de pessoas com deficiência no país é evidente a necessidade de políticas públicas que os atendam, no âmbito do esporte/lazer na esfera da igualdade de oportunidades e acesso. Segundo Azevedo e Barros (2004) o acesso ao esporte por esses indivíduos é permeado de barreiras arquitetônicas, atitudinais, e instrumentais.

As ações, para reverter os fatores determinantes da inacessibilidade ao esporte, são de responsabilidade do poder público, que tem o papel de assegurar a esses cidadãos o “pleno exercício de seus direitos básicos e de outros que propiciem seu bem estar pessoal social e econômico” (AZEVEDO e BARROS, 2004, p.78). Estas ações são políticas públicas que tem por objetivo o bem estar social, buscando a solução para problemas que são públicos e/ou garantir direitos previstos em leis (DIAS e MATOS, 2012).

Sendo assim, neste estudo foram investigadas as políticas públicas¹ que atendem as pessoas com deficiência no âmbito do esporte. A legislação esportiva brasileira, a Lei nº 9.615/98, define as manifestações do esporte como educacional, de rendimento e de participação. O desporto educacional é compreendido como aquele que objetiva o desenvolvimento integral do individuo e o exercício da cidadania, e principalmente a prática do lazer. Já o desporto de participação é aquele praticado de modo voluntário com a finalidade de contribuir para integração social, promoção da saúde e educação. E,

¹ No escopo deste trabalho, política pública será compreendida como ações do Estado para efetivação dos direitos sociais previstos nas legislações, que no âmbito do esporte, surgem para atender demandas sociais, por pressões dos movimentos sociais e/ou internacionais, e por determinação de agenda política (DIAS e MATOS, 2012; PEREIRA, 2009)

o desporto de rendimento caracterizado por normas e regras de prática, sejam nacionais e internacionais, com intuito de obter resultados.

Como delimitação, serão investigadas as políticas públicas que envolvem as manifestações esportivas de cunho educacional e de participação, pois são praticadas de modo voluntário e priorizam a formação do praticante, a construção de valores, o desenvolvimento e a integração, a promoção da saúde e a difusão da cultura esportiva. O critério de exclusão do esporte de rendimento justifica-se pela sua prática exigir regras e códigos específicos e o princípio da igualdade não estar presente. Neste tipo de manifestação nem todos possuem as mesmas condições de acesso devido o processo de seletividade e hipercompetitividade presentes na prática.

Diante destas informações, o objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento das legislações e produções científicas, dos documentos oficiais e políticas públicas, na área do esporte participativo/educacional para pessoas com deficiência.

2. Materiais e métodos

2.1. Pesquisa documental

Para levantamento das legislações, documentos oficiais e políticas públicas, na área do esporte participativo/educacional para pessoas com deficiência, foi utilizada a técnica de pesquisa documental, pois é um procedimento que permite a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados. A dimensão temporal está incluída nesta técnica e contribui para compreensão das informações no seu contexto histórico e sociocultural. (SÁ-SILVA, 2009).

A busca dos documentos foi realizada no banco de dados do Ministério do Esporte, onde os documentos são públicos e de natureza oficial. A análise dos mesmos consiste em um exame, avaliação crítica e posterior análise da fonte e do contexto das informações contidas.

Os passos utilizados para a análise documental, segundo Cellard (2008), incluem: a) o contexto social, político e econômico em que o documento foi produzido; b) a elucidação da identidade dos autores e suas ideias centrais; c) a autenticidade e confiabilidade do documento verificando sua procedência; d) a natureza do texto pela verificação da abertura do autor, termos utilizados, a estrutura geral do texto, mas

observando o contexto; e) compreensão dos conceitos chaves e a lógica interna do texto identificando a problemática e os argumentos explicativos.

De acordo com os objetivos do presente estudo, foram traçados alguns critérios de exclusão dos documentos selecionados: a) não abordassem o esporte educacional e participativo para pessoas com deficiência; b) resultados que não contemplavam legislações e informações sobre programas e projetos.

2.1.1. Legislações que garantem o acesso ao esporte/lazer das pessoas com deficiência

Dentre as legislações, decretos, pareceres, normas, entre outros, que asseguram os direitos das pessoas com deficiência o acesso ao esporte/lazer, neste trabalho foram destacados os documentos da tabela 1.

Documento	Ano
Carta Internacional de Educação para o Lazer	1978
Constituição Federal Brasileira	1988
Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente	1990
Decreto Federal Nº 914 - Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	1993
Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência	1994
Lei nº 9.615 Lei Pelé	1998
Decreto nº 3.298 – Política Nacional Integração	1999
Manifesto Mundial da Educação Física – FIEP	2000
Lei nº 10.671 - Estatuto de Defesa do Torcedor	2003
Decreto nº 5.296	2004

Tabela 1 Direitos das pessoas com deficiência quanto o acesso ao esporte/lazer
Fonte: Elaborado pelos autores

2.2.Revisão Integrativa

Para levantamento das produções científicas, sobre políticas públicas, na área do esporte participativo/educacional para pessoas com deficiência, foi realizada uma revisão integrativa. Esta técnica possibilita a caracterização da produção científica nos aspectos teóricos, metodológicos, etc., além de, apresentar a síntese do estado do conhecimento e apontar lacunas. Para isto o pesquisador deve-se atentar aos padrões do rigor metodológico de modo que o leitor tenha clareza nas informações e identifique as características dos estudos analisados. Nesse sentido, os passos seguidos foram inspirados em Mendes, Silveira, Galvão (2003); Roman, Friadiander (1998); Souza, Silva, Carvalho (2010), conforme apresentado na Figura 1.

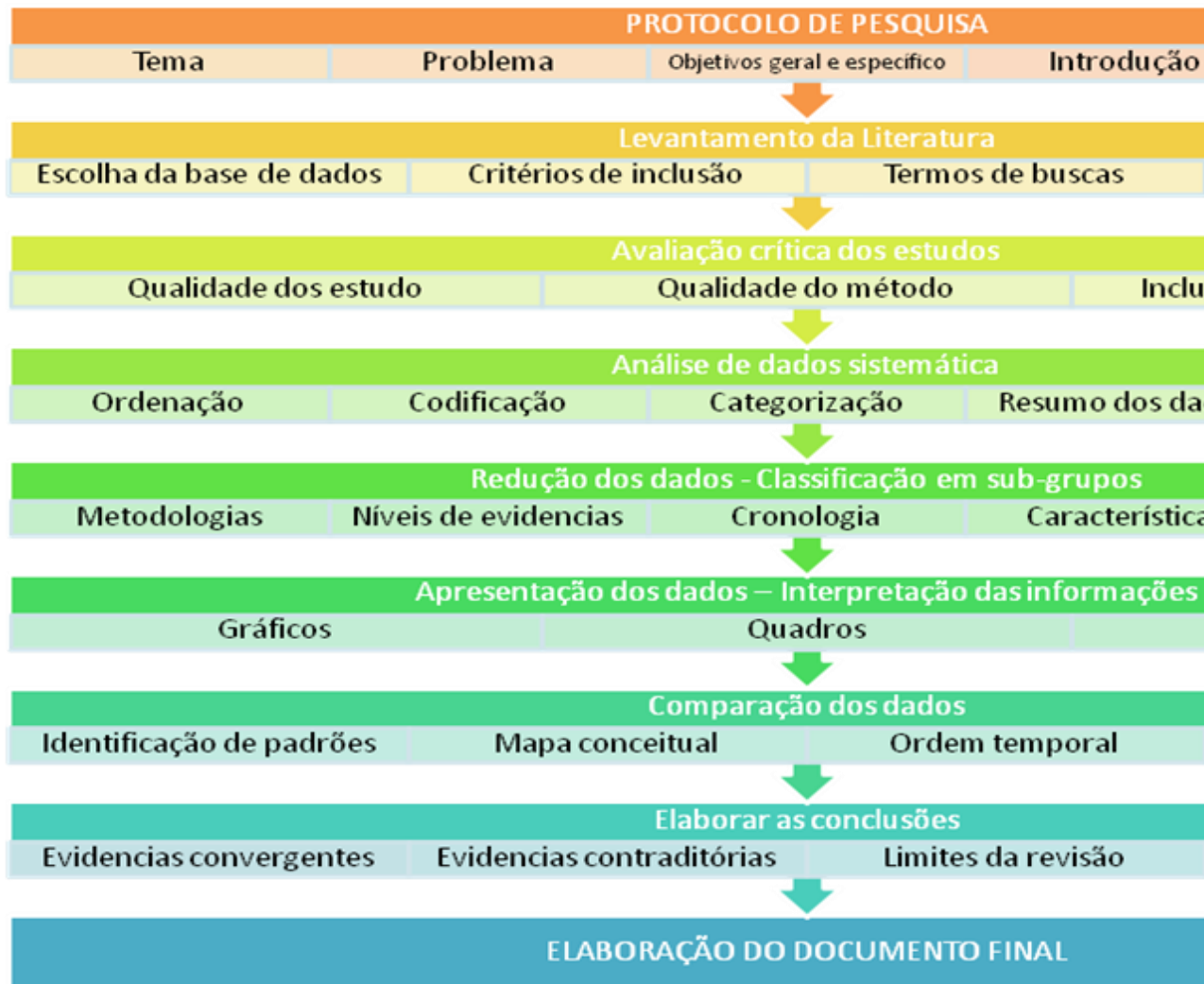


Figura 1 - Passos da revisão integrativa

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Mendes, Silveira, Galvão (2003); Roman, Friadiander (1998); Souza, Silva, Carvalho (2010).

Foram consultadas publicações *online* disponíveis nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no site dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e no *Scientific Electronic Library Online* (Scielo).

A seleção dessas bases se justifica pelo reconhecimento que possuem em relação aos artigos publicados e o rigor no processo de avaliação: o Portal de Periódicos da CAPES oferece um amplo acervo científico, sendo disponibilizados vários tipos de estudos que englobam conteúdos multidisciplinares, originários de diferentes partes do mundo (BORBA e MURCIA, 2006); a BVS por ser uma rede de informações científico-técnicas no âmbito da saúde que tem por objetivo promover o acesso equitativo a informação em saúde; o Lilacs pelo reconhecimento que possui no âmbito científico na América Latina e Caribe, e pelo acesso e qualidade das informações em ciências da saúde; a BDTD por integrar e disponibilizar teses e dissertações existentes no país, ou seja, compila todas as produções das instituições brasileiras sendo uma fonte que permite a busca única de diversas entidades; e, o Scielo por possuir uma grande variedade de temas relacionados em revistas e artigos científicos, e principalmente pela facilidade de acesso e sua interface ser autoexplicativa.

As seguintes palavras chaves foram definidas: Política Pública, Esporte ou Lazer e Pessoa com Deficiência, posteriormente as mesmas foram consultadas na Biblioteca de Descritores da Área da Saúde (DeCS), e os seus sinônimos foram utilizados nas buscas realizadas nas bases (tabela 02).

Descritor	Sinônimo
Política Pública	Política Social
Esporte ou Lazer	-
Pessoa com Deficiência	Pessoa com necessidade especial Deficiente Portador de deficiência

Tabela 2 Descritores e seus sinônimos
Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados obtidos com as buscas foram analisados segundo alguns critérios, de modo a atenderem ao tema de estudo. Foram excluídos estudos que: a) não atenderam ao objeto de estudo; b) estudos que não abordaram políticas públicas de esporte ou lazer para pessoas com deficiência; c) resumos de anais, por não trazerem informações detalhadas a respeito da temática.

A análise de dados foi realizada em primeiro momento por meio de seleção de artigos, de onde foram relacionados com os temas condizentes com os objetivos da

pesquisa, seguindo-se a leitura crítica do material consultado. Posteriormente foram realizadas a ordenação, a codificação, a categorização, o resumo dos dados e o resumo sobre o problema de pesquisa. Para isto, a priori foram utilizadas as seguintes variáveis: a) Fonte da publicação (local onde foi disponibilizado); b) Tipo de pesquisa; c) Ano de publicação; d) Instituição; e) Método utilizado f) Nível de Evidência. Posteriormente foram definidas variáveis indutivamente, ou seja, pela exploração do material ou codificação das mensagens em unidades.

2.2.1. Produções que abordam a temática política pública de esporte/lazer para pessoas com deficiência

Aos 10 dias do mês de janeiro de 2014 foi realizada a pesquisa nas bases de dados, e diante do número significativo de artigos encontrados, com descritores separados, foi feita a busca combinada utilizando o operador “booleano” “*and*” e as expressões com aspas. Os resultados obtidos encontram-se na Tabela 3.

Descritores	Base de Dados				
	Scielo	Portal Capes	BVS	Lilacs	BDTD
Política Pública and esporte and deficiente	0	1	1	1	0
Política Pública and esporte and pessoa com deficiência	0	0	1	1	0
Política Pública and esporte and pessoa com necessidade especial	0	0	1	1	0
Política Pública and esporte and portador de deficiência	0	0	0	0	1
Política social and esporte and deficiente	0	0	1	0	0
Política social and esporte and deficiente	0	0	1	0	0
Política social and esporte and pessoa com necessidade especial	0	0	1	0	0
Política social and esporte and portador de deficiência	0	0	0	0	1
Política Pública and lazer and deficiente	0	3	1	1	1
Política Pública and lazer and pessoa com deficiência	0	0	0	0	0
Política Pública and lazer and pessoa com necessidade especial	0	0	0	0	0
Política Pública and lazer and portador de deficiência	0	0	0	0	3
Política social and lazer and deficiente	1	2	1	1	0
Política social and lazer and deficiente	0	0	0	0	0
Política social and lazer and pessoa com necessidade especial	0	0	0	0	0
Política social and lazer and portador de deficiência	1	1	0	0	3

Tabela 1 Resultados obtidos nas bases de dados

Fonte: Elaborado pela autora

Após a busca combinada foram obtidas 31 produções, sendo que 16 estudos eram repetidos, 02 não eram disponíveis gratuitamente e 09 não atendiam o objeto de estudo. O que pode justificar o fato de 09 produções não tratarem do objeto de estudo diz respeito ao uso corrente do descritor “deficiente”, em algumas publicações, ser utilizado em referência ao que é insatisfatório ou insuficiente, e não a pessoa com deficiência, tanto é que em outros momentos ele foi descartado. Nesse sentido, ao final da avaliação obteve-se 04 estudos que contemplavam o problema de pesquisa. Logo, optou-se por realizar uma pesquisa no Google Acadêmico objetivando encontrar outras produções que tratassem da temática e que estivessem disponibilizadas em outras bases de dados.

No Google Acadêmico foi realizada a busca combinada utilizando os operadores booleanos (and, or e parênteses), e a exclusão de patentes e citações dos resultados. Optou-se por realizar as buscas separadamente (com os três descritores) e conjuntamente (todos), pois os resultados diferiram-se (ver tabela 04).

Descritores em busca combinada	Resultados
("política pública" or "política social") and (esporte or lazer) and (“portador de deficiência" or “pessoa com deficiência" or "portador de necessidade especial" or “pessoa com necessidade especial”)	0
("política pública" ou "política social") and (esporte ou lazer) and (“portador de deficiência" ou “pessoa com deficiência" ou "portador de necessidade especial" ou “pessoa com necessidade especial”)	0
("política pública" or "política social") and (esporte or lazer) and ("pessoa com necessidade especial")	2
("política pública" or "política social") and (esporte or lazer) and ("portador de necessidade especial")	3
("política pública" or "política social") and (esporte or lazer) and (“portador de deficiência”)	146
("política pública" or "política social") and (esporte or lazer) and (“pessoa com deficiência”)	209

Tabela 2 Resultados obtidos no Google Acadêmico

Fonte: Elaborado pela autora

Os critérios de exclusão foram os anteriormente descritos e os livros disponíveis no Google, pois estes não são apresentados na íntegra. A pesquisa nessa base de dados obteve 360 produções que foram submetidos à leitura do resumo, e identificou-se 06 que contemplavam o objeto de estudo, que posteriormente foram submetidos à compilação. A compilação trata-se da leitura do material levantado, a fim de identificar

as informações, estabelecer um paralelo das informações verificando semelhanças e divergências e analisar sua consistência e veracidade.

Dos resultados obtidos, total 10 produções científicas, foram elaborados quadros sinópticos que serão apresentados a seguir. A tabela 05 mostra os estudos selecionados e analisados nesta pesquisa. Nota-se que as produções sobre esporte, políticas públicas e pessoas com deficiência concentram-se a partir do século XXI, o que explicita inquietações a respeito da temática neste período histórico e a publicação de diversos documentos que garantem o acesso a este público aos bens culturais do esporte e do lazer. Segundo Chagas (2006), no ano de 2004 foi publicado um Relatório das Políticas Públicas para Inclusão da Pessoa com Deficiência, oriundo de um Grupo de Trabalho da Câmara de Políticas Sociais e da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, fato esse que pode contribuir para fomentar pesquisas com esta temática. Ademais, o Brasil tornou-se signatário da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência a partir de 2008, e as produções tiveram expressão a partir dessa data (50,0% das produções).

AUTOR	TÍTULO	ANO
Maior	Políticas públicas sociais para as pessoas portadoras de deficiência no Brasil.	1997
Cantareli	Barreiras sócio-culturais e lazer das pessoas portadoras de deficiência física: um estudo do grupo Fraternidade Cristã de Doenças e Deficiência de Campinas, SP.	1998
Azevedo e Barros	O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência	2004
Chagas	Avanços e Impedimentos para a Construção de uma Política Social para as Pessoas com Deficiência	2006
Souza e Carneiro	Universalismo e Focalização na Política de Atenção à Pessoa com Deficiência	2007
França, Pagliuca e Baptista	Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites	2008
Teixeira	Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil	2010
Caitano	Os rebatimentos da questão social sobre os usuários atendidos pela Organização Papel Marchê em Campina Grande	2012
Noletto	A efetividade dos direitos da pessoa com deficiência à luz da Constituição Federal	2012
Teske	O direito de acesso ao esporte como direito social	2012

Tabela 3 Estudos selecionados
Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se que os autores, que têm publicado sobre a temática, são de instituições de ensino diversas (Tabela 06), sendo das Regiões Sudeste e Nordeste (cada uma com

30,0%, n = 3), Centro-Oeste (20,0%, n = 2) e Sul (10,0%, n = 1). A predominância de estudos na região Sudeste e Nordeste pode ser justificada pela existência de maior percentual de pessoas com deficiência nestas regiões (40,2% e 30,4% respectivamente), segundo Dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

AUTOR	INSTITUIÇÃO
Maior (1997)	Não informado
Cantareli (1998)	Universidade Estadual de Campinas
Azevedo e Barros (2004)	Universidade de Brasília
Chagas (2006)	Universidade de Brasília
Souza e Carneiro (2007)	Fundação João Pinheiro
França, Pagliuca e Baptista (2008)	Universidade Estadual da Paraíba/ Universidade Federal do Ceará
Teixeira (2010)	Fundação Getúlio Vargas
Caitano (2012)	Universidade Estadual da Paraíba
Noleto (2012)	Universidade de Fortaleza
Teske (2012)	Universidade Regional de Blumenau

Tabela 4 Autores e instituição que pertencem.

Fonte: Elaborado pelo autor

O delineamento e o nível de evidência é um dos fatores para aceitação de produção acadêmica em periódicos nacionais e internacionais. Segundo Gil (1999), o delineamento do estudo é a diagramação da pesquisa seguido do seu processo de análise e interpretação, ou seja, são os métodos e técnicas utilizadas para atingir o objetivo do estudo. Já, o nível de evidência científica é compreendido por Santos, Pimenta e Nobre (2007, p. 2) como uma “*constatação de uma verdade que não suscita qualquer dúvida*”, e para isto é necessário que as pesquisas tenham rigor científico quanto ao método e o pesquisador seja fidedigno ao método escolhido. Neste estudo, a evidencia das pesquisas foram avaliadas com base em Stetler et al (1998) e serão apresentadas na tabela 07.

Autor	Método/técnica	Nível de Evidência
Maior (1997)	* Revisão Bibliográfica	Nível VI
Cantareli (1998)	Etnografia	Nível IV
Azevedo e Barros (2004)	Pesquisa descritiva aplicada	Nível IV
Chagas (2006)	Método Dialético	Nível VI
Souza e Carneiro (2007)	* Revisão Bibliográfica	Nível VI
França, Pagliuca e Baptista (2008)	Revisão Bibliográfica	Nível V
Teixeira (2010)	Pesquisa exploratória qualitativa (Técnica documental, entrevistas e bibliográfica)	Nível V
Caitano (2012)	Pesquisa qualitativa (técnica pesquisa documental e entrevista)	Nível IV
Noleto (2012)	Pesquisa Bibliográfica	Nível VI
Teske (2012)	Pesquisa Bibliográfica	Nível VI

Tabela 5 Método/técnica dos estudos e nível de evidência

Fonte: Elaborado pelo autor (* os autores não explicitaram no artigo)

* Identificado pela autora subsidiado pela classificação de delineamento apresentado por Gil (1999)

Stheler et al (1998) classifica os estudos em seis níveis a partir do método da pesquisa, a saber Nível I – Metanálise de múltiplos estudos controlados; Nível II – Estudos Experimentais individuais; Nível III – Estudo quase experimental como grupo único, não randomizado, controlado, com pré e pós-teste, ou estudos tipo caso controle; Nível IV – Estudo não experimental como pesquisa descritiva correlacional, pesquisa qualitativa; Nível V - Relatório de casos ou dados obtidos sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação; e Nível VI – Opinião de autoridades respeitadas (como autores conhecidos nacionalmente) baseadas em sua experiência clínica ou a opinião de um comitê de peritos incluindo suas interpretações de informação não baseada em pesquisa. Este nível também inclui opiniões de órgãos de regulação ou legais.

A classificação identifica estudos com evidência forte (nível I) e com evidência fraca (nível VI), o que permite ao pesquisador a análise da confiabilidade e validade do resultado do estudo. Nesta revisão, observa-se que as produções acadêmicas são de natureza qualitativa, com maior incidência da Revisão Bibliográfica/Literatura (60,0 %), e quanto ao nível de evidência são classificadas nos níveis IV (n = 3), V (n = 2) e VI (n = 5). A classificação dos níveis de evidência contribui para o pesquisador avaliar a qualidade do estudo e classificá-lo. Ela é delimitada pela validade e confiabilidade do estudo: a validade identifica se o estudo mede o que realmente se propõe, ou seja, se os resultados são verdadeiros ou quanto se afasta da verdade, já a confiabilidade se refere à concordância ou consistência dos resultados, ou seja, o estudo deve ser reproduzível em situações similares e possuir regularidade no procedimento e clareza. Nesse sentido, a evidência das produções permite inferir que são necessárias pesquisas que apresentem força de evidencia maior e com métodos e técnicas explicitadas.

Diante do exposto, a leitura crítica dos estudos e legislações contribuiu para que se elaborassem as unidades de revisão, no qual as variáveis foram definidas indutivamente pela exploração do material. Os principais conceitos abordados nas produções, legislações e interface entre ambos se encontram nos itens a seguir. Na variável “A política pública para pessoas com deficiência” encontra-se o conceito de política pública apresentado pela amostra (produções) da revisão integrativa. A variável “Legislações e documentos que abordam a temática esporte/lazer e deficiência” expõe sobre as legislações levantadas, a interface dessas com as produções compiladas e inferências a partir do material consultado durante a investigação. Já a variável

“Esporte/lazer para pessoas com deficiência” mostra os projetos e ações que explicitam a inclusão de pessoas com deficiência e os autores que os abordam ou expõem outros. E, por fim a variável “O conceito de deficiência nas legislações e produções” explicita os conceitos abordados nos documentos/legislações e a conexão entre ambos.

3. Resultados

3.1.A política pública para pessoas com deficiência sob a ótica das produções²

As políticas públicas enquanto programa de ação governamental contribuem para o estabelecimento de estratégias objetivando solucionar problemas públicos e garantir o bem estar social (DIAS e MATOS, 2012; PEREIRA, 2009). Noletto (2012) complementa afirmando que elas são um instrumento coletivo que busca a inclusão social e a concretização dos direitos sociais. Para isto, são estabelecidas diretrizes e princípios de ação do poder público (CAITANO, 2012).

A criação de uma política pública suplanta alguns estágios, segundo Teixeira (2010), a saber: "definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação" (p.47). Todavia, as políticas públicas para pessoas com deficiência são resultado de mobilizações e pressões sociais (TEIXEIRA, 2010; MAIOR, 1997; AZEVEDO e BARROS, 2004), e do o “humor nacional” propício a aceitar o tema (TEIXEIRA, 2010). Por consequência, as mesmas têm sido pouco eficazes na resolutividade das demandas do público em questão (CAITANO, 2012).

A não efetividade das políticas públicas para deficientes, segundo Teixeira (2010), deve-se ao não questionamento aos beneficiados dessa ação as suas reais necessidades e prioridades. Ademais, as mesmas são formuladas por não beneficiários na prática e por uma visão simplista e assistencialista. Corroborando com Almeida e Silva (2012, p. 402) há

a necessidade das políticas setoriais de esporte e lazer superem perspectivas de caráter assistencialista, tecnicista e ocupacional, ampliando o entendimento destes termos no âmbito da gestão das políticas públicas e fomentando a educação para o esporte e para o lazer, além de utilizá-los como ferramentas de educação, desenvolvimento pessoal e social.

² Ver Tabela 05: Estudos selecionados

Em virtude de pressões internacionais e sociais, a atenção aos deficientes tem sido pauta de agenda política, para que os discursos sejam colocados em práticas (AZEVEDO e BARROS, 2004), e que ações em moldes assistencialistas sejam suplantados, e que ações em moldes que busquem a cidadania, o combate a discriminação, a equiparação dos direitos e a inclusão social sejam o norte das formulações (CHAGAS, 2006). No âmbito do esporte, as mesmas têm sido formuladas objetivando a inclusão, o desenvolvimento humano, a qualidade de vida e a equidade.

Entretanto, os entraves para formulação de políticas ou implementação, segundo Chagas (2006) deve-se a “insensibilidade humanitária, a falta de prioridade política, desconhecimento legal ou técnico, ou falta de recursos” (p. 11) na gestão pública, e também ao descompasso entre a criação dos programas e a implementação destes. Por conseguinte, nota-se que diversas ações são formuladas, mas poucas se consolidam especialmente no âmbito do esporte e do lazer. Corroborando com Noletto (2012), há urgência na atualização dessas políticas públicas e a elaboração de outras para que atenda efetivamente a diversidade humana e as diferenças individuais.

3.2. Legislações e documentos que abordam a temática esporte/lazer e deficiência

No levantamento realizado as primeiras legislações brasileiras, no âmbito do esporte e lazer, para pessoas com deficiência datam da segunda metade do século XX. Foram identificados 10 documentos oficiais que garantem esse acesso na perspectiva do direito social, a saber: Carta Internacional de Educação para o Lazer; a Constituição Federal Brasileira, a Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto Federal Nº 914 - Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, a Lei nº 9.615 Lei Pelé, o Decreto nº 3.298 – Política Nacional Integração, o Manifesto Mundial da Educação Física – FIEP, a Lei nº 10.671 - Estatuto de Defesa do Torcedor, e o Decreto nº 5.296.

A Carta Internacional da Educação Física e Desporto (1978) foi resultado da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e representa um avanço na área da Educação Física e dos Esportes, pois a prática do esporte participação foi pautada como direito de todos independente das condições físicas, sociais, psicológicas (AZEVEDO e BARROS, 2004; TESKE, 2012). Ademais

destaca o acesso às práticas esportivas pelas pessoas com deficiência ou alguma enfermidade limitante como elementos essenciais na constituição da personalidade, e a adequação dos programas de exercícios as necessidades desse público. Nota-se que as proposições da carta são reafirmadas na Constituição de 1988, quando explicita como direito básico de todos, o acesso ao esporte e a educação física.

Neste momento histórico são lançadas as Campanhas do Movimento Esporte para Todos que previa a democratização das práticas esportivas, contudo objetivava a regulamentação de uma política de constituição de corpos uteis e obedientes, que contribuíssem para táticas de controle social. O corpo deficiente, nesse contexto, era um corpo que merecia cuidados para que fosse útil e menos ocioso, assim, segundo Teske (2012) o desporto terapêutico tinha a função de educar, estimular a participação e desenvolver valores de cidadania e convivência.

No ano de 1983 a ONU lança o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência que determina que os países membros devam garantir a esses indivíduos as mesmas oportunidades de acesso às atividades recreativas que os demais cidadãos. No entanto, o lançamento deste programa pode ser resultado de diversas pressões mundiais na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, pois na década de 70 eclodiam mundialmente diversas organizações e manifestações deste grupo. Nessa época, no Brasil foi criado o Clube de Amigos que oferecia atividades esportivas, culturais e recreacionais, entretanto as ações se deparavam com barreiras arquitetônicas e humanas (MAIOR 1997). De fato, em âmbito nacional, as reivindicações resultaram no ano de 1980 na realização do I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência em Brasília, cuja pauta centrava-se no acesso a diversos bens, entre eles o esporte (CANTARELI, 1998). Neste momento, foram criados e nomeados comitês e conselhos para discutir as temáticas, mas não tiveram prosseguimento nos anos seguintes. Na investigação não foi encontrada nenhuma justificativa para não continuidade das ações.

O programa também contribuiu para a elaboração das Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, no ano de 1993, e para a constituição, em 2001, da Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência. Observa-se que as ações da ONU, em relação ao esporte e pessoas com deficiência, têm focado na igualdade de oportunidades, ressaltando a importância da prática, a disponibilização de instalações adequadas e organização apropriada para tais atividades. Logo, os fatos citados

contribuíram para reflexões e discussões sobre o esporte brasileiro no âmbito do não rendimento, bem como a criação de instrumentos normativos.

A Constituição Federal de 1988 considera as pessoas com deficiência como sujeitos de direito básicos, entre eles, o acesso à educação, saúde, trabalho, desporto, turismo, lazer, transporte, habitação, cultura, etc.; e que qualquer manifestação de discriminação é passível de punição. No documento estão contidas informações a respeito de proibição de discriminação; garantias individuais, cuidados com a saúde; proteção; integração social; assistência social; habilitação e reabilitação; educação; atendimento especializado; acessibilidade e adaptação de instalações. Contudo, ainda há necessidade de que as conquistas sejam efetivadas e ultrapasse o âmbito da educação, sendo necessária atenção a saúde, a assistência e ao esporte/lazer (CAITANO, 2012), embora a Constituição represente um marco na proteção dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência (CAITANO, 2012; TEIXEIRA, 2010; FRANÇA, PAGLIUCA e BAPTISTA, 2008; NOLETO, 2012).

O reconhecimento do esporte e do lazer como direito social na Constituição pode ser resultado de ações que iniciaram em 1985 com a criação da Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro e a ação renovada do Conselho Nacional de Desportes que contribuíram para que um novo conceito esporte fosse criado e investimentos financeiros destinados. (TESKE, 2012)

Por consequência, a Lei nº 8.069, 13/07/1990 referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, igualmente ao previsto na Constituição, assegura a todas as crianças e adolescentes o acesso e a prática ao esporte e lazer.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Segundo Noleto (2012) a acessibilidade ao meio físico contribui para a inclusão, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania. No entanto, o incentivo a prática esportiva não minimiza as desvantagens sociais no que tange ao esporte/lazer, sendo necessário que os espaços e equipamentos esportivos estejam acessíveis e disponíveis e que garantam a independência, a autonomia e a dignidade, especialmente para as pessoas com deficiência.

Da mesma forma, a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei nº 7.853/1989) instituída pelo Decreto Federal Nº 914/1993 e regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999 contempla o direito ao esporte. Estes documentos contêm as normas de proteção às pessoas com deficiência e busca incluí-las

em ações governamentais relacionadas à “educação, saúde, trabalho, edificação pública, previdência social, assistência social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer”, e o desenvolvimento de programas específicos.

Ademais, dedica uma sessão e institui que os órgãos da administração pública devem “incentivar a prática desportiva formal e não formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social” (Seção V, Art. 46 III), além de estimular meios esportivos, assegurar a acessibilidade aos espaços, inclusão das pessoas as atividades esportivas, promoção de eventos, desenvolvimento de pesquisas e publicações, etc. Entretanto, observa-se que o “direito ao lazer para as pessoas com deficiência é interpretado, via de regra, como de pouca importância ou sob o prisma da superficialidade diante de outras necessidades apresentadas por tais, como tratamentos de saúde e educação tidos como necessários” (NOLETO, 2012, p. 74-5). As problemáticas no contexto da saúde e da assistência social são privilegiadas em detrimento ao esporte e lazer na década de 90 (MAIOR 1997)

Sob o mesmo ponto de vista dos documentos citados anteriormente, a Carta Internacional de Educação para o Lazer (1993), adotada pela Associação Mundial de Lazer e Recreação, defende o acesso das pessoas com deficiência em todas as suas políticas e estratégias, o documento afirma que o

Lazer é um direito humano básico, como educação, trabalho e saúde, e ninguém deverá ser privado deste direito por discriminação de sexo, orientação sexual, idade, raça, religião, credo, saúde, deficiência física³ ou situação econômica. (Preâmbulo, 2.4 - p. 4)

A carta aponta como meta da educação para o lazer a promoção do desenvolvimento humano nas comunidades, para se minimizar as barreiras e otimizar o acesso aos serviços de lazer. Corroborando com Azevedo e Barros (2004) a inacessibilidade, das pessoas com deficiência, aos equipamentos de esporte/lazer se deve as barreiras estruturais, de equipamentos e, essencialmente, de ordem social. Para

³ A pessoa com deficiência durante séculos foi e ainda é considerada como inválidos, incapazes, defeituosos, por conseguinte vários documentos e publicações conceituam as deficiências como física, embora esses indivíduos não possuam limitação do funcionamento físico-motor. Cantarelli (1998) afirma que pelo fato da deficiência física ser “aparente” comumente é confundida com outras deficiências. Ademais este tipo de deficiência, socialmente, não apresenta um corpo saudável, de acordo com os parâmetros e por consequência deduz-se que todos que possuem deficiência possuem comprometimento físico. Somente a partir da década de 80, com a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagem as nomenclaturas e a classificação da deficiência são reformuladas e a mesma é conceituada como “diferentes limitações funcionais, de caráter permanente ou transitório, que podem ter a forma de deficiência física, intelectual ou sensorial” (CHAGAS, 2006, p. 13). Em contraste, numa perspectiva socioantropológica, a deficiência é uma questão social e resultado das condições sociais não serem favoráveis ou sensíveis à diversidade de estilos de vida. (DINIZ, 2007).

isto, a carta sugere o desenvolvimento de uma comunidade inclusiva que reconhece a diversidade cultural, bem como suas capacidades.

Outro marco importante, em termos de legislação, é a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, que trata da destinação dos recursos do Ministério do Esporte para fomento da prática desportiva para pessoas com deficiência (Art. 7º). A lei é compreendida como um avanço no âmbito da normatização do esporte, pois identifica as manifestações esportivas e regulamenta as fontes de fomento, destacando a destinação ao público em questão.

Noletto (2012) afirma que embora o lazer seja um dos direitos do cidadão, o seu acesso dificulta o seu exercício pleno, certamente quando se refere as pessoas com deficiência. A autora destaca que uma das formas de efetivação do direito ao lazer está no respeito às diferenças, e a reformulação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999) contribuiu para isto, pois o documento representa avanços no conceito da deficiência e na forma de condução das ações governamentais.

A política assegura, além do acesso “a educação, ao esporte, a saúde, ao trabalho, ao lazer, a cultura, etc.”; o respeito, a igualdade de oportunidades, para pleno exercício dos direitos básicos. Quanto ao esporte estabelece que os órgãos públicos devam incentivar a prática esportiva formal e não formal, e o lazer; como também estimular a realização de atividades esportivas; acessibilidade às instalações esportivas; e realização de atividades esportivas nas aulas de Educação Física que inclua as pessoas com deficiência.

A compilação de todos estes documentos e intenções resultou, no âmbito da Educação Física, no Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP, 2000) que afirma que a Educação Física é um direito de todos sendo componente prioritário no processo de educação: educação para saúde, educação para o lazer, educação como meio de promoção cultural. A Educação Física para isto deve-se adequar as necessidades de seus alunos, por exemplo, as atividades para as pessoas com deficiência devem ser adaptadas às características de cada caso, trabalhando sempre com a inclusão. O eixo central da prática deve ser a democratização das oportunidades de participação, com infraestruturas e condições confortáveis e acessíveis.

O início do século XXI foi marcado por diversos avanços oriundos de reivindicações sociais e internacionais, bem como a participação de deficientes na política e na mesa de decisões. Em 2004 o Brasil publicou o Relatório das Políticas

Públicas para Inclusão da Pessoa com Deficiência, oriundo de um Grupo de Trabalho da Câmara de Políticas Sociais e da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, onde foram identificadas diversas políticas no âmbito da saúde, educação, trabalho, porém no âmbito do esporte as mesmas ainda estavam incipientes. Somente a partir de 2002 as representações do esporte sobre direito das pessoas com deficiência passaram a compor as comissões nas esferas políticas (TEIXEIRA, 2010).

Nota-se que o foco das políticas deste século é a acessibilidade e a equiparação de oportunidades, a exemplo disto, tem-se a lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, conhecida como o Estatuto de Defesa do Torcedor, que assegura a acessibilidade ao torcedor com deficiência ou com mobilidade reduzida aos eventos esportivos (capítulos IV e VI).

Outro documento que garante a acessibilidade é o Decreto nº 5.296 - de 2 de dezembro de 2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a partir da determinação de desenho universal. No artigo 23º trata da reserva de lotação em estabelecimento para essas pessoas e especifica a adequação às normas técnicas de acessibilidade da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – quanto a visibilidade, distribuição, sinalização, localização, sonorização. Segundo Chagas (2006) a garantia da acessibilidade advém da Lei 10.098 que institui o Programa Nacional de Acessibilidade que prevê adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas, bem como a sensibilização da população.

No âmbito internacional, o século é distinguido por diversas convenções da ONU, a exemplo disto, no ano de 2006 foi realizada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência onde foram estabelecidas as ações que os países membros deveriam realizar a fim de garantir os direitos desses indivíduos. A convenção estabeleceu que deve ser assegurada, pelo Estado, a participação, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade em atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer. As ações devem contribuir para o desenvolvimento e utilização do potencial criativo, artístico e intelectual das pessoas, de modo que se tornem protagonistas das atividades. O documento explicita o respeito à diversidade e identidade cultural.

Embora todos os documentos publicados no Brasil, sobre os direitos das pessoas com deficiência, e de ter participado de diversas ações da ONU, a saber, a adoção em 1981 do Ano da Pessoa com Deficiência, o País tornou-se signatário da Convenção da ONU neste assunto apenas a partir de 2008.

Outro marco do século, diz respeito ao aprimoramento dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para estimar o número de pessoas com deficiência, pois as políticas públicas devem levar em conta as peculiaridades regionais, a distribuição de renda, a pobreza, as condições de saúde dos beneficiados. O primeiro Censo do Esporte realizado pelo IBGE juntamente com o Ministério do Esporte data do ano de 2003 e apresenta as principais ações, projetos e programas na área do esporte. As informações contidas no documento informam que há distorções no número de participações em atividades esportivas e pessoas com deficiência, pois o Estado/Município não possuía controle do número de pessoas com deficiência que praticavam atividades esportivas/lazer e/ou não as ofereciam. Nesse sentido, não era possível estimar as áreas com maior concentração e necessidade de investimento do poder público.

Diante do exposto, o Brasil a partir do final da década de 80 garantiu em legislações inúmeros dispositivos referentes à garantia de direitos sociais às pessoas com deficiência, por exemplo, no âmbito do esporte. Entretanto, segundo Azevedo e Barros (2004), “as legislações brasileiras avançaram, mas, o mesmo não se pode dizer de suas aplicações e da competente utilização dos recursos para a consecução dos objetivos sociais a elas vinculados”. Nota-se um hiato entre os documentos oficiais e a prática cotidiana, fato este decorrente das barreiras sociais e arquitetônicas (NOLETO, 2012; TEIXEIRA, 2010; MAIOR 1997; CANTARELLI, 1998) urbanísticas, de comunicação e implementação de diversas ações de inclusão (TEIXEIRA, 2010), além de barreiras socioculturais (CANTARELLI, 1998) que são construídas historicamente e cria-se a deficiência.

Em virtude disto, tornam-se necessárias políticas que eliminem barreiras e promovam a inclusão social, especialmente no esporte que tem sido um dos fatores promotor da saúde para os deficientes, segundo Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (TEIXEIRA, 2010). As políticas, nesse sentido, devem ser de natureza estrutural, pois procuram interferir na estrutura e na organização pública, articulando demandas sociais e econômicas, possuem resultados em longo prazo e garante o bem estar social. Entretanto, observa-se que as políticas atuais apresentam natureza eminentemente compensatória ou conjuntural, ou seja, apenas diminuem uma situação temporariamente, pontualmente, em curtos prazos e tem caráter assistencialista.

3.3. Esporte/lazer para pessoas com deficiência

Diversas legislações, decretos, normas e pareceres garantem o acesso ao esporte participativo e educacional as pessoas com deficiência. Nesse sentido, investigaram-se quais Políticas Públicas foram criadas para que esses direitos fossem atendidos em interface com as produções levantadas na revisão integrativa, o que se encontra relatado a seguir. O recorte temporal, para as buscas, foi a Constituição de 1988, onde o esporte passa a ser considerado um direito social.

No período de 1995 a 2002, observa-se a existência de quatro ações, no âmbito do esporte, do Governo Federal que garantem o acesso às pessoas com deficiência, que podem ser decorrentes das discussões governamentais no ano de 1994 dos planos de ação para atendimento dessas pessoas. O Programa Esporte Direito de Todos objetiva desenvolver eventos e campanhas na área do esporte, além de construção de espaços esportivos e aquisição de equipamentos. O Projeto de Esporte Educacional pretendia ser um agente de inclusão para as pessoas com deficiência. O Programa Esporte Solidário tinha a finalidade de ser um agente de inclusão para as pessoas com deficiência, através do oferecimento de práticas esportivas, aliadas ao reforço escolar e alimentar. Atividades complementares de arte, educação e saúde eram incorporadas nas atividades. O programa envolvia a implantação de núcleo de esportes em comunidades carentes, construção e reforma de espaços esportivos, e aquisição de equipamentos esportivos. Cabe citar também, o Projeto de Fomento Desportivo que objetivava promover o esporte participação para pessoas com deficiência, sendo que as atividades envolviam o cotidiano da prática física, esportiva e de lazer. O objetivo principal do programa era o acesso e a permanência de todos em práticas saudáveis e a inserção social, a inclusão, a reabilitação e a qualidade de vida. (AZEVEDO e BARROS, 2004).

No ano de 2003, o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, criou o Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer na Cidade. Os princípios que nortearam a criação destas políticas públicas foram de oferecer um programa social que combatesse a discriminação, promovesse a inclusão social e ações educativas e a qualidade de vida, como também a prática esportiva e de lazer para pessoas com deficiência.

O Programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática esportiva no contra turno escolar. Espera-se que o programa contribua com o processo de inclusão social, bem estar físico, promoção da saúde e o desenvolvimento dos

beneficiados (BRASIL, 2003). Segundo as diretrizes do PST, o programa procura atender um grande contingente de pessoas em atividades esportivas e complementares, objetivando democratizar o acesso ao esporte. As ações são orientadas dentro da perspectiva do esporte educacional, a fim de combater a discriminação de habilidades, raças, gênero, cor e deficiência.

As diretrizes do PST permitem inferir que esta política pública procura articular sua ação com o Ministério da Educação, visto que um critério de seleção é o beneficiado estar regularmente matriculado em instituições de ensino formal. Observa-se como característica, desta política, o princípio da *coerência e coordenação*, pois procura articular suas ações com outros atores políticos de modo que estes estejam coordenados no processo de formulação e implementação. Outro princípio presente é a *qualidade da implementação e da aplicação efetiva*. Para as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos participarem da chamada pública precisam apresentar e comprovar a sua capacidade técnico-operacional para a implantação do programa, e que o corpo técnico possui capacitação. (DIAS e MATOS, 2012).

Todavia, embora o programa objetive promover a inclusão social e que os beneficiados estejam regularmente matriculados em instituições de ensino formal, observa-se que o mesmo não atende crianças e jovens com deficiência. Segundo dados do IBGE (2000) apenas 3,2 milhões (13%) de pessoas com deficiência frequentam a escola, entretanto os dados não explicitam se é ao ensino regular ou ensino especial. Já o Censo Escolar de 2009 informa que o número de pessoas com deficiência que frequentavam escolas, no ano de 2008, era de 696 mil alunos, mas somente 53% tinham acesso ao ensino regular básico. Decerto, a não participação de deficientes no PST decorre do não acesso ao ensino regular, bem como as suas instalações, pois o Censo Escolar aponta que somente 14,6% escolas estão acessíveis, com banheiros, salas, bebedouros, corredores, rampas, etc.

Diante desta fragilidade apontada, a partir do ano de 2010 o Programa Segundo Tempo é acrescido com Programas Especiais, surgem os Núcleos do PST Universitário, PST Esporte Adaptado⁴, PST Navegar, PST Indígena, PST Mais Educação, PST IES Colaboradoras e PST Socioeducativo. O Ministério do Esporte afirma que os novos modelos de atendimento do programa foram criados para responder as “*necessidades e*

⁴ Nos documentos de orientação do Ministério do Esporte o Programa é nomeado como Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência, mas outros termos são utilizados para designá-lo, a saber, PST Especial, PST Núcleo Especial e PST Esporte Adaptado. Nesse estudo o termo adotado será PST Esporte Adaptado.

expectativas da sociedade e as excepcionalidades físicas, culturais e estruturais das comunidades”. (BRASIL, 2010)

Os Programas Especiais representam o princípio da adaptabilidade de uma política pública, pois o PST precisou se ajustar a determinados públicos em virtude do PST Padrão não atendê-los. Segundo o Ministério do Esporte foi necessário desenvolver metodologias a fim de dar maior efetividade ao programa e construir elementos para qualificar e ampliar suas atividades.

Dentre os Programas Especiais do PST, o que atende especificamente as pessoas com deficiência é o PST Esporte Adaptado. O público atendido constitui-se prioritariamente de pessoas com deficiência na faixa etária de 06 a 24 anos. A proposta foi apresentada com o objetivo de estimular a prática de atividade física e os processos inclusivos e para isto sugere-se que nos núcleos contemplem pessoas com deficiência (70%) e sem deficiência (30%). O programa propõe o desenvolvimento de atividades esportivas coletivas, atividades esportivas individuais e atividades complementares. As atividades complementares podem envolver sessões para reeducação motora (equilíbrio, coordenação, ritmo, agilidade, mobilidades e esquema corporal), dança, exercícios físicos com bolas, atividades cênicas, xadrez, palestras informativas (saúde, nutrição, sexualidade e outros temas solicitados), atividades específicas de artes visuais, etc. (MARQUES, 2010).

Outro Programa Especial, o Programa Segundo Tempo Mais Educação, pode ser implementado em instituições de ensino, e contribuir para o processo de inclusão por meio do esporte. Este programa objetiva oferecer vivências esportivas no contra turno escolar, para isto as escolas devem inserir uma proposta de esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico.

Além do PST, outro programa que prevê atendimento de todos é o Programa Esporte e Lazer na Cidade que objetiva “contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas” (BRASIL 2009). A ação prevê o oferecimento de atividades sistemáticas (oficina de esporte, dança, ginástica, música, teatro, capoeira) e assistemáticas (ruas de lazer, festivais, eventos).

As ações levantadas datam da metade da década de 90, o que permite inferir que as preocupações são recentes e podem decorrer do processo tardio de realização e consolidação, no Brasil, da prática de esportes e atividade física para pessoas com deficiência (TUBINO, 1996). Ademais, o tema deficiência passou a ser pauta de agenda

política a partir das pressões internacionais e dos tratados estabelecidos, conforme relatado por Noletto (2012, p. 75).

atualmente tem-se observado crescente valorização das atividades de lazer para a melhoria da qualidade de vida, no entanto, vale lembrar, o segmento da população de pessoas com deficiências tem sido tradicionalmente desconsiderado nas políticas sociais e culturais. Só muito recentemente tem havido tal preocupação por parte das autoridades públicas oficiais e da própria sociedade civil

Nota-se que ações têm sido criadas objetivando oferecer atividades esportivas para pessoas com deficiência, entretanto, as pessoas com deficiência têm enfrentado dificuldades de equiparação de oportunidades e de integração social, sendo as classes de menor poder aquisitivo a incidência destas dificuldades (MAIOR 1997).

Caitano (2012) relata em pesquisa realizada na Organização Papel Marchê em Campina Grande que as dificuldades enfrentadas são o não conhecimento das ações públicas e gratuitas (75% da amostra), o não acesso devido à localização geográfica e recursos financeiros para o deslocamento em transportes coletivos (25% da amostra). Cantarelli (1998) aponta como elementos dificultadores a distancia dos espaços e as moradias, a dificuldade de deslocamento (transporte), as barreiras arquitetônicas, os equipamentos padronizados, as dificuldades econômicas, as divisões de classe, e o preconceito. Nesse sentido, são essenciais políticas e ações públicas para que tais barreiras sejam transpostas e o acesso aos bens do esporte e do lazer sejam efetivados. A acessibilidade atitudinal, programática, arquitetônica, comunicacional metodológica e instrumental são fundamentais para que os deficientes usufruam dos direitos garantidos em legislação.

Todavia Caitano (2012) aponta que a ineficiência nos atendimento decorre essencialmente da burocracia imposta pelos serviços públicos pela não compreensão da diversidade e a perspectiva da integração ainda estar em voga.

3.4.O conceito de deficiência nas legislações e produções

Após a leitura das legislações e documentos observa-se que os documentos oriundos das Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) subsidiam a escrituração e o conceito de deficiência dos documentos no Brasil listados na tabela 01 e pauta o direito das pessoas com deficiência o acesso ao esporte/lazer, na busca do seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Além disso, segundo Chagas (2006) a ONU tem contribuído para compreensão da deficiência e a superação das desvantagens a elas associadas. Os documentos que explicitam estes pressupostos são a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (1971), a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência (1975), as Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1993).

A autora informa que os conceitos de deficiência destes documentos são oriundos do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (1982) e da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagem (1980), mas o marco destas mudanças terminológicas é devido a instituição em 1981 do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência (AIPD) pela ONU.

Maior (1997) e Souza e Carneiro (2007) ao conceituarem deficiência utilizam a definição da Organização Mundial de Saúde e a nomenclatura utilizada pela ONU, mas também iniciam reflexões sobre as rotulações e expressões pejorativas atribuídas a este público.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o termo deficiência refere-se “sequelas que restringem a execução de uma atividade e incapacidade, a qual se relaciona aos obstáculos encontrados pelos portadores de deficiência em sua interação com a sociedade”. Próximo a esse conceito, a ONU, na Resolução 3447 define a deficiência como “toda pessoa em estado de incapacidade de prover a si mesma, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida pessoal ou social normal, em consequência de uma deficiência congênita ou não de suas faculdades físicas ou mentais”.

Já Cantarelli (1998) apresenta o conceito de deficiência sob três modelos: o médico, o psicopedagógico e o social. No modelo médico o deficiente era reduzido a um doente e os aspectos orgânicos, etiológicos e diagnósticos eram as preocupações dos profissionais. Já no modelo psicopedagógico a pessoa com deficiência era analisada em parâmetros intelectuais, através de testes de quociente intelectual, nível e estágios de desenvolvimento. E, o modelo social em que a deficiência é oriunda das condições sociais, econômicas e culturais.

Azevedo e Barros (2004) abordam a deficiência dentro da perspectiva da incapacidade, ou seja, das limitações funcionais que podem ser física, intelectual ou sensorial podendo ser permanentes ou transitórias.

Já o conceito de deficiência adotado por Chagas (2006) é aquele expresso na Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagem: pessoas com

“diferentes limitações funcionais, de caráter permanente ou transitório, que podem ter a forma de deficiência física, intelectual ou sensorial, um doença que requeira atenção médica ou uma doença mental” (p.13) O autor cita a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) de 2001 como marco na substituição de uma definição pejorativa sobre deficiência para uma neutra das estruturas corporais e seu funcionamento.

Segundo Noletto (2012, p. 16) a pessoa com deficiência são “aquelas que tem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”

E, Teixeira (2010, p. 11) “todos aqueles que apresentam um tipo ou mais de limitações funcionais, caracterizadas como permanentes ou temporárias, de causa congênita ou adquirida, podendo estar subdivididas em auditiva, visual, física, mental ou múltipla”.

Diante do exposto, nota-se que as legislações e documentos oficiais não tem se preocupado com a pessoa que possui uma deficiência, e sim designar e conceituar a deficiência e seus comprometimentos (NOLETO, 2012), e, que as conceituações e proposições da ONU e da OMS balizam todas as legislações brasileiras e os discursos de diversos autores sobre a deficiência. Entretanto, os documentos destas entidades são incutidos de valores dos modelos europeus, conforme citado por Chagas (2006), que por consequência não se adequam em sua completude a população brasileira.

4. Discussão

Neste estudo foram identificados dez documentos⁵ que abordam a temática deficiente e esporte participativo/educacional, e dez produções⁶ resultados de investigações científicas que tratam das políticas públicas e sua avaliação (MAIOR, 1997; AZEVEDO e BARROS, 2004; SOUZA e CARNEIRO, 2007; FRANÇA et al, 2008; TEIXEIRA, 2010; CAITANO, 2012; TESKE, 2012), dos direitos das pessoas com deficiência (MAIOR, 1997; AZEVEDO e BARROS, 2004; SOUZA e CARNEIRO, 2007; FRANÇA et al, 2008; TEIXEIRA, 2010; CAITANO, 2012; NOLETO, 2012) e as barreiras enfrentadas (MAIOR, 1997; CANTARELI, 1998; AZEVEDO e BARROS, 2004; TEIXEIRA, 2010; CAITANO, 2012), do direito ao

⁵ Ver Tabela 01: Direitos das pessoas com deficiência quanto o acesso ao esporte/lazer

⁶ Tabela 05: Estudos selecionados

esporte/lazer (MAIOR, 1997; CANTARELI, 1998; CAITANO, 2012; NOLETO, 2012; TESKE, 2012), o percurso histórico na consolidação dos direitos sociais das pessoas com deficiência (MAIOR, 1997; CANTARELI, 1998; TEIXEIRA, 2010; NOLETO, 2012) e o conceito do termo deficiência (MAIOR 1997; CANTARELI, 1998; AZEVEDO e BARROS, 2004; SOUZA e CARNEIRO, 2007; TEIXEIRA, 2010; NOLETO, 2012).

Cabe salientar que há predominância de produções que definem o termo deficiente e suas características, bem como seu percurso histórico. Em contraste, a abordagem sobre o esporte enquanto direito social é tratado superficialmente, bem como o conceito de política pública esportiva. As ações apontadas pelos autores são no âmbito do mercado de trabalho e da saúde, em detrimento dos direitos ao esporte, lazer e cultura, e tem características assistencialistas (MAIOR 1997; CANTARELI, 1998; CHAGAS, 2006; SOUZA e CARNEIRO, 2007; TEIXEIRA, 2010; FRANÇA, PAGLIUCA e BAPTISTA, 2008; CAITANO, 2012; NOLETO, 2012).

O esporte na maioria dos estudos aparece como elemento acessório, isso decorre da inclusão social ser compreendida como inclusão no trabalho e não aos bens sociais previsto nas legislações. França, Pagliuca e Baptista (2008) afirmam que a inclusão da pessoa com deficiência é entendida como um processo de educar e qualificar para o mercado de trabalho. Decerto esse viés é fruto de valores de uma sociedade capitalista em que privilegia a capacidade produtiva, em detrimento a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

No que se referem os documentos da legislação vigente acerca da temática, nota-se que a Convenção da ONU sintetiza diversos documentos brasileiros em relação aos direitos, a acessibilidade e a igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. Identifica-se que desde a publicação da Carta Internacional da Educação Física (1980) até a Convenção da ONU (2006) vários documentos foram publicados, mas poucos estão em vigor.

A não consolidação dos direitos sociais dos cidadãos com deficiência pode ser decorrente de políticas públicas não efetivas e com caráter generalista. As políticas dessa natureza objetivam atender o maior número de pessoas, e as que apresentam condições diferenciadas não são atendidas ou não usufruem do benefício. Como também, as políticas públicas para pessoas com deficiência apresentam três fases, a saber, a tradicional/caritativa (caráter assistencial), a reabilitatória (perspectiva de “cura” da deficiência) e a da autonomia pessoal ou vida independente

(desinstitucionalização das pessoas) (PINHEIRO, 2003). Observa-se que estas fases coexistem, sendo que os vieses do assistencialismo e da cura da deficiência se sobrepõem em relação ao viés da autonomia e do direito social.

Corroborando com Barrozo et al (2012), a não efetividade pode decorrer de algumas políticas públicas serem criadas de forma contraditória à democratização, pois elas são implementadas de forma segregada, com atendimento exclusivo as pessoas com deficiência. Entretanto, os autores destacam que o atendimento no âmbito do esporte objetivando a inclusão deve oferecer e possibilitar a participação de todas as pessoas independente das suas condições sociais, físicas, educativas e econômicas. Nesse sentido, o Programa Segundo Tempo Pessoas com Deficiência prevê o atendimento de pessoas com deficiência (70%) e sem deficiência (30%), o que pode contribuir para os processos inclusivos e o respeito à diversidade.

Quanto às ações criadas pela esfera pública, na consolidação do direito e acesso ao esporte, observa-se que houve descontinuidade e fragmentação das ações iniciadas em 1995. Fato que pode justificar isso foi a mudança de governo e de agendas políticas. Entretanto, não se encontra explicações nas literaturas investigadas sobre a temática, mas observa-se uma continuidade de ações em termos de desenhos, objetivos, finalidades embora ocorram descontinuidades de gestões.

Nesse sentido, há urgência de debates para construção de modelos políticos e econômicos que deem conta das complexidades, diversidades e demandas específicas, e que os sujeitos beneficiários destas ações participem do processo decisório. E, principalmente que as políticas implementadas sejam estruturais e tenham continuidade independente de agenda político-partidária.

5. Conclusão

Este estudo teve como objetivo realizar um levantamento das legislações e produções científicas, dos documentos oficiais e políticas públicas, na área do esporte participativo/educacional para pessoas com deficiência.

Existem atualmente dez documentos que apresentam a legislação vigente acerca da temática deficiente e esporte participativo/educacional, a saber, Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto Federal Nº 914 - Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, a Lei nº 9.615 Lei Pelé, o Decreto nº

3.298 – Política Nacional Integração, o Manifesto Mundial da Educação Física – FIEP, a Lei nº 10.671 - Estatuto de Defesa do Torcedor, e o Decreto nº 5.296.

Foram identificadas dez produções que tinham como tema Política Pública, Esporte ou Lazer e Pessoa com Deficiência, sendo que as mesmas concentram-se a partir do século XXI. No que se refere à evidência científica, observa-se maior incidência do nível VI, seguida do nível IV e V. Nesse sentido, são necessárias pesquisas que apresentem evidências fortes sobre a temática e que o método de investigação seja descrito.

As pesquisas em políticas públicas, especialmente relacionadas a avaliação tem contribuído para formulação de diversas políticas e para inclusão de demandas nas agendas políticas. Entretanto, todos os estudos apontam a escassez de material teórico sobre a temática investigada, decerto as produções poderiam fortalecer as políticas públicas e detectar fragilidades na efetivação dos direitos sociais ao esporte e ao lazer.

Em relação às políticas públicas foram apontadas quatro ações anteriores ao século XXI, entretanto não foram eficazes no atendimento dos cidadãos deficientes. Neste século, observa-se que algumas ações estão sendo desenhadas, a saber, o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer na Cidade, contudo não atendem em completude os deficientes, visto que a partir de 2010 foi criado o Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado

Diante dos resultados encontrados, há inúmeros documentos que garantem o acesso das pessoas com deficiência ao esporte educacional e participativo, e programas e projetos têm sido criados prevendo o atendimento deste público. Mas, nota-se que a acessibilidade arquitetônica é um fator primordial para garantia do acesso, e que há um hiato entre as políticas públicas e a efetivação dos direitos de acesso ao esporte.

Nesse sentido, tornam-se necessários estudos futuros que investiguem os fatores que tem contribuído para a inacessibilidade ao esporte pelas pessoas com deficiência, e a efetividade, a eficiência e eficácia das políticas públicas em vigor.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Nayara Torre de; SILVA, Débora Alice Machado da. O planejamento do “Recreio nas Férias” na cidade Paulista de Americana. **Motriz: rev. educ. fis.**, Rio Claro -SP, v. 18, n. 2, p.401-413, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742012000200020>. Acesso em: 05 fev. 2013.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Tendências no estudo sobre a avaliação. In: RICO, Elizabete Mota. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6º São Paulo: Cortez, 2009. P. 29-40. (Instituto de Estudos Especiais).

ASSOCIATION, World Leisure And Recreation. **Carta internacional de educação para o Lazer**. 1993. 1 f. Carta (3º) - Klra, Atlanta - Usa, 1993.

AZEVEDO, Pedro Henrique.; BARROS, Jônatas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **R. bras. Ci e Mov.**, Brasília, v.12, n.1, p.77-84, jan/mar., 2004.

BARROZO, Amanda Faria et al. ACESSIBILIDADE AO ESPORTE, CULTURA E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Cadernos de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo - SP, v. 12, n. 2, p.16-28, 2012. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Pos-Graduacao/Docs/Cadernos/Volume_12/2o_vol_12/Artigo2.pdf. Acesso em: 10 jan. 2014

BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal Ri. Oportunidades para Pesquisa e Publicação em Contabilidade: Um Estudo Preliminar sobre as Revistas Acadêmicas de Língua Inglesa do Portal de Periódicos da CAPES. **Brazilian Business Review**, Vitória, v.3, n.1, p.88-103, jan/jun., 2006.

BRASIL. **Constituição federal brasileira**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de janeiro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 17 de dezembro de 2013

BRASIL. A. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**: Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000 ... e dá outras providências. a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 out. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de religião**: Brasil - 2010. Brasília: IBGE, 2010. 15 p. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_o_Deficiencia/tab1_4.pdf. Acesso em: 13 jan.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **População residente, por sexo e situação do domicílio, segundo a religião**: Brasil. Brasília: IBGE, 2000. 11 p. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiao_Censo2000.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.671, de 15 de Maio de 2003:** Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 27 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990:** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18 jan. 2014

BRASIL. **Lei nº 9615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé).** Institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 17 dez. 2013.

BRASIL. MEC/SEESP. Lei da Acessibilidade (Lei 10.098). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf

BRASIL, **Ministério do Esporte.** Disponível em www.esporte.gov.br. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2011.**

BRASIL. Ministério do Esporte. **Manual de Convênios 2010.** 2010 Disponível em www.ibtim.org.br/orient/esportes/es3.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo: diretrizes e orientações para o estabelecimento de parcerias.** Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2009. Disponível em www.esporte.gov.br/segundotempo. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do Programa Segundo Tempo.** Relator Auditor Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. Disponível em: www.tcu.gov.br/avaliacaodeprogramasdegoverno. Acesso em 10 de novembro de 2012.

CAITANO, Francisca Germana de Macedo Alves. **Os debates da questão social sobre os usuários atendidos pela Organização Papel Marchê em Campina Grande:** a perspectiva da família. 2012. 35 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço

Social, Departamento de Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1827>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CANTARELLI, Edila Maria Bisognin. **Barreiras socio-culturais e lazer das pessoas portadoras de deficiência física: um estudo do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência de Campinas, SP.** 1998. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação Física, Departamento de Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas., Campinas, SP, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000189265&fd=y>>. Acesso em: 10 jan. 2014

CELLARD, A.. A Análise documental. In: POUPART, J., et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHAGAS, Ana Maria de Resende. **Avanços e Impedimentos para a Construção de uma Política Social para as Pessoas com Deficiência.** 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5746>>. Acesso em: 10 jan. 2014

DIAS, R.; MATOS, F. O conceito de política pública. In: _____. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012, p.01-21.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA-FIEP (Org.). **Manifesto mundial da Educação Física FIEP-2000.** Foz do Iguaçu: Manole, 2000.

FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de; PAGLIUCA, Lorita Marlina Freitas; BAPTISTA, Rosilene Santos. Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.112-116, mar. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 203 pag.

MAIOR, Izabel M. M. de Loureiro. Políticas públicas sociais para as pessoas portadoras de deficiência no brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo - SP, n. 7, p.31-47, maio 1997. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/politicas_publicas_sociais.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MARQUES, Alexandre Carriconde. **Depoimento de Alexandre Carriconde Marques.** 2010. Entrevista concedida a Luciane Silveira Soares. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40509>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

MENDES, Karina dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: método de Pesquisa para a

Incorporação de Evidências na saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.1-2, out./dez. 2008.

NOLETO, Walterby Barros Porto. **A efetividade dos direitos da pessoa com deficiência à luz da Constituição Federal**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Direito, Departamento de Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, Universidade de Fortaleza - Unifor, Fortaleza – Ce, 2012. Disponível em: <<http://uol12.unifor.br/oul/conteudosite/F1066342510/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ONU. Convenção dos Direitos da Criança, NY. ONU. 1989 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>

ONU. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. 1968. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convDiscrimina.pdf>

ONU. Declaração dos Direitos Humanos. NY, ONU. 1948 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>

ONU. Normas de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência. Washington: ONU Press, 1993.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamasso; org. **Política Social no Capitalismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2ª edição, 2009. Capítulo 4, p. 87-108.

PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho; MOESH, Marutschka (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: Para a atuação em políticas públicas**. Campinas: Papyrus, 2003.

ROMAN, Arlete Regina; FRIADIANDER, Maria Romana. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enfermagem**. Curitiba, v. 3. n.2, p. 109-112, jul./dez.1998.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009, Ano I - Número I.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia pico para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto - SP, v. 3, n. 15, p.1-4, maio 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/pt_v15n3a23.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013

STETLER, C. B. et al. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. **Applied Nursing Research**, v.11, n. 4, p. 195-206, nov. 1998

SOUZA, José Moreira de; CARNEIRO, Ricardo. Universalismo e focalização na política de atenção à pessoa com deficiência. **Saúde e Sociedade**, São Paulo - Sp, v. 16, n. 3, p.69-84, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n3/07.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, São Paulo, n., p.102-6, 2010.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Administração de Empresas, Departamento de Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4778/61080100037.pdf?sequence>>

TESKE, Raiza Sabine. **O direito de acesso ao esporte como direito social**. 2012. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento de Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2012. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/MO/2012/349645_1_1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014

TUBINO, M. J. G. O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias. São Paulo: Ibrasa, 1996.

ARTIGO 2 – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Resumo:

A Política Nacional de Esportes (2005) prevê dentre as suas diretrizes a universalização do acesso ao esporte, a promoção da inclusão social e a igualdade de oportunidades. O governo federal objetivando democratizar a prática esportiva e garantir o acesso ao esporte lançou no ano de 2003 o Programa Segundo Tempo (PST). Objetivando investigar o desenvolvimento do PST, elencar as fragilidades e potencialidades na sua implementação e os métodos de avaliação que tem sido utilizado, foi realizada uma revisão integrativa com as palavras chaves Programa Segundo Tempo, Avaliação, Política Pública e Esportes. Foram consultadas publicações *online* disponíveis nas bases de dados da BVS, no site dos Periódicos da CAPES, na BDBTD, na Lilacs e no Scielo. Vinte produções foram analisadas e elaboraram-se unidades de revisão, a saber, Programa Segundo Tempo – conceitos, histórico e operacionalização; e Métodos de avaliação em políticas públicas de esporte – Programa Segundo Tempo. As produções sobre o PST são ensejadas a partir de 2007 e possuem evidência científica, em sua maioria, fraca (nível VI conforme parâmetros de Stheler et al (1998)). O programa apresenta os princípios da gestão democrática e participativa, entretanto a efetivação da proposta tem enfrentado dificuldades, especialmente no âmbito dos recursos físicos e materiais; ausência de recursos qualificados; atraso na descentralização dos recursos financeiros; a descontinuidade e manutenção das parcerias. Dentre as potencialidades cita-se a expressividade numérica no atendimento dos beneficiados, desenvolvimento de formação continuada, reflexão sobre os processos de avaliação, e oferecimento de modalidades esportivas. As ações desta política pública têm contribuído para busca da cidadania e consolidação do direito e acesso ao esporte sem fins competitivos. Entretanto, torna-se indispensável que os gestores das convenentes sintonizem o que fazer e como fazer em políticas esportivas de caráter educacional, e principalmente que as pesquisas em avaliação sinalizem caminhos e estratégias para que possa suplantar as fragilidades.

Palavras-chaves: Programa Segundo Tempo, Avaliação, Política Pública e Esportes

ARTICLE 2 - PROGRAMA SEGUNDO TEMPO FROM SPORTS MINISTRY

Abstract

The National Sports Policy (2005) foresees among its guidelines the universal access to sports, the promotion of social inclusion and equal opportunities . The federal government aiming to democratize sports practice and ensure access to the sport in 2003 released the Second Time Program (STP). Aiming to investigate the development of STP, listing the strengths and weaknesses in its implementation and evaluation methods that have been used, an integrative review with the keywords Second Time Program, Evaluation, Public and Sports Policy was performed . Online publications available = were consulted in the databases of BVS, the site of CAPES Journal, BDBTD, Lilacs and Scielo. Twenty productions were analyzed and were elaborated review units, namely Second Time Program - concepts , history and operation , and methods of evaluation of public policies in sport - Second Time Program . The productions concerning the STP are performed since 2007 and have scientific evidence , mostly weak (level VI as parameters by Stheler et al (1998)) . The program presents the principles of democratic and participatory management, however the effectiveness of the proposal has faced difficulties , especially in the context of the physical and material resources, lack of qualified resources ; delay in decentralization of financial resources; discontinuity and maintenance of partnerships . Among the strengths it is possible to mention the numerical expressiveness in attendance to beneficiaries, development of continuing education, reflection on evaluation processes, and offering sports. The actions of this public policy have contributed to the pursuit of citizenship and consolidation of right and access to sports without competitive purposes . However, it is essential that managers from contracting party syntonize what to do and how to do in sports policies of an educational nature, and especially that researches in evaluation signalize paths and strategies to help overcoming the weaknesses.

Keywords: Second Time Program, Evaluation, Public and Sports Policy

1. Introdução:

O esporte é uma manifestação cultural repleta de valores, significados e objetos simbólicos, ou seja, é um fenômeno sociocultural que se constrói nas dinâmicas sociais, segundo Elias e Dunning (1992). Os autores o conceituam como uma atividade que integra um elemento de competição e explicita a dinâmica da sociedade na qual esta se insere. Ademais, é um fator de inserção, integração social e de desenvolvimento do país. Enquanto fator de desenvolvimento, ele suplanta o domínio da economia e se integra às dimensões sociais, políticas, ambientais e institucionais. Embora, o esporte tenha relevância em diversos âmbitos não existem indicadores únicos e específicos para aferir o seu desenvolvimento, bem como as suas políticas públicas.

A Política Nacional de Esportes evidencia que o desenvolvimento do esporte no país está atrelado a algumas diretrizes, a saber, a universalização do acesso e promoção da inclusão social; o desenvolvimento econômico; e a gestão democrática, ou seja, a participação e controle social, e a descentralização da política esportiva e de lazer. Nesse sentido, a política esportiva deve ter como foco a promoção do desenvolvimento esportivo, mas, é necessário avaliar esse desenvolvimento, estabelecer políticas de distribuição e incentivar o fortalecimento nos estados, sendo primordial a sistematização da sua mensuração. (BRASIL, 2005)

A universalização do acesso e promoção da inclusão social está atrelada ao acesso a atividades de esporte e lazer, que é um direito do cidadão e dever do Estado, segundo a Constituição Brasileira de 1988. A Política Nacional de Esporte (2005) afirma que o aumento da oferta de atividades e espaços para prática contribui para que se criem igualdade de oportunidades. Contudo, anterior a divulgação deste documento, o governo federal lança no ano de 2003 o Programa Segundo Tempo objetivando democratizar a prática esportiva e garantir o acesso ao esporte, por conseguinte promover a inclusão social (BRASIL, 2003).

Diante do exposto, este estudo objetiva investigar o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, elencar as fragilidade e potencialidades na sua implementação e os métodos de avaliação que tem sido utilizado.

2. Materiais e métodos

O levantamento das produções científicas, sobre o Programa Segundo Tempo e os processos avaliativos, foi através da revisão integrativa. Esta técnica possibilita a caracterização da produção científica nos aspectos teóricos, metodológicos, etc, além de, apresentar a síntese do estado do conhecimento e apontar lacunas. Para isto o pesquisador deve-se atentar aos padrões do rigor metodológico de modo que o leitor tenha clareza nas informações e identifique as características dos estudos analisados. Nesse sentido, os passos seguidos foram inspirados em Mendes, Silveira, Galvão (2003); Roman, Friadiander (1998); Souza, Silva, Carvalho (2010), conforme apresentado na Figura 1.

Foram consultadas publicações *online* disponíveis nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no site dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e no Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A seleção dessas bases se justifica pelo reconhecimento que possuem em relação aos artigos publicados e o rigor no processo de avaliação: o Portal de Periódicos da CAPES oferece um amplo acervo científico, sendo disponibilizados vários tipos de estudos que englobam conteúdos multidisciplinares, originários de diferentes partes do mundo (BORBA e MURCIA, 2006); a BVS por ser uma rede de informações científico-técnicas no âmbito da saúde que tem por objetivo promover o acesso equitativo a informação em saúde; o Lilacs pelo reconhecimento que possui no âmbito científico na América Latina e Caribe, e pelo acesso e qualidade das informações em ciências da saúde; a BDTD por integrar e disponibilizar teses e dissertações existentes no país, ou seja, compila todas as produções das instituições brasileiras sendo uma fonte que permite a busca única de diversas entidades; e, o SciELO por possuir uma grande variedade de temas relacionados em revistas e artigos científicos, e principalmente pela facilidade de acesso e sua interface ser auto-explicativa.

Além dessas fontes, o Repositório de Memória do Programa Segundo Tempo⁷ foi consultado, ele foi criado no ano de 2011 e hospedado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e gerenciado pela equipe do Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física. O repositório objetiva divulgar, incentivar e ampliar as

⁷ Disponível em <http://www.ufrgs.br/ceme/pst/atividades.php>

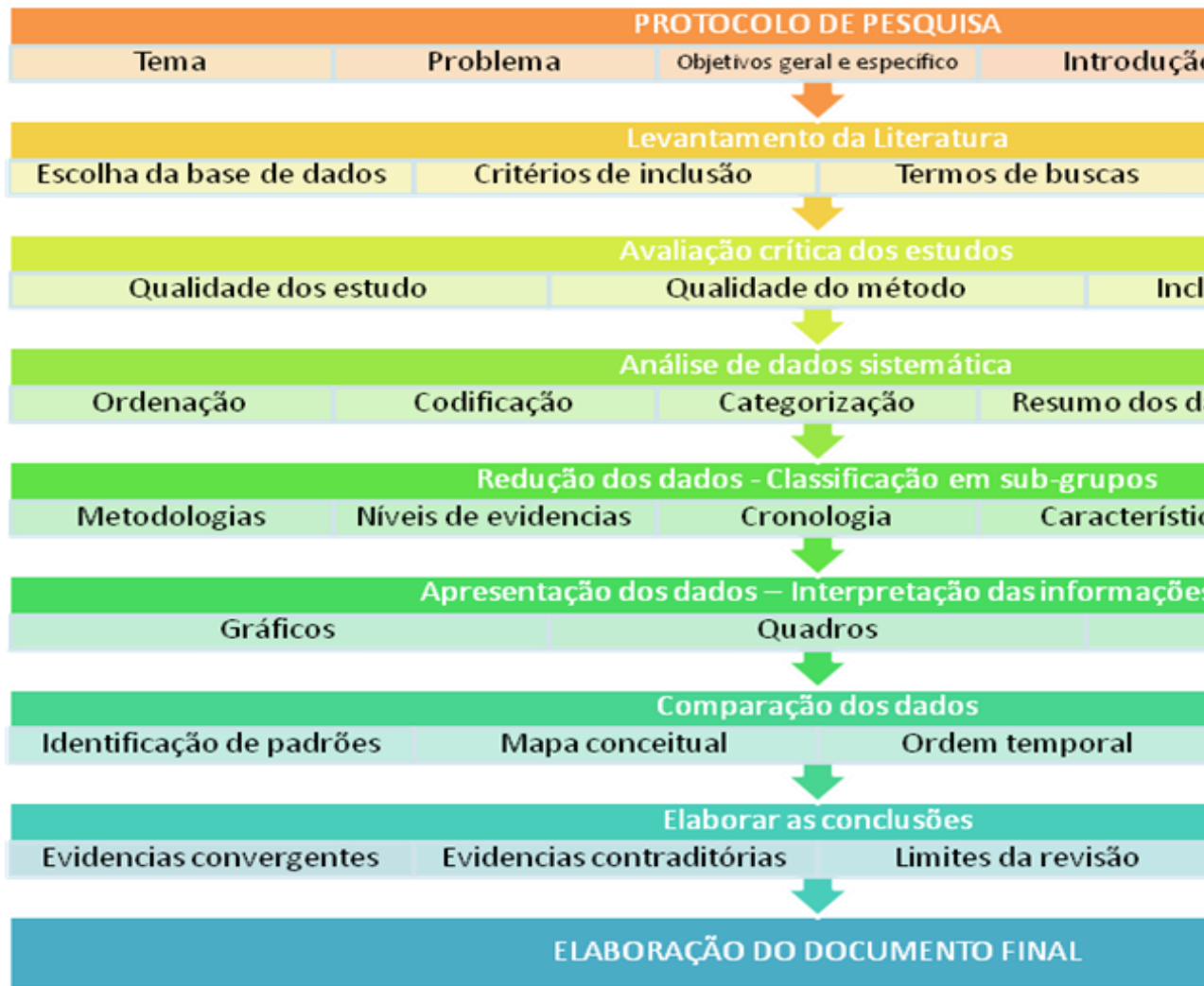


Figura 1 Passos da revisão integrativa

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Mendes, Silveira, Galvão (2003); Roman, Friadiander (1998); Souza, Silva, Carvalho (2010).

possibilidades de acesso aos documentos oficiais do programa e aos artigos publicados. O site possui entrevistas, transcrição de palestras, livros, publicações em anais de eventos, teses e dissertações, artigos científicos, monografias, etc. produzidas sobre o PST desde 2003, ano de sua criação. Esta base de dados é reconhecida pelo Ministério do Esporte como um local de divulgação dos seus documentos oficiais relacionados ao programa, bem como de publicações produzidas pelos diversos pesquisadores envolvidos com a temática.

As seguintes palavras chaves foram definidas: Programa Segundo Tempo, Avaliação, Política Pública, Esportes, posteriormente as mesmas foram consultadas na Biblioteca de Descritores da Área da Saúde (DeCS), contudo a palavra Programa Segundo Tempo foi incluída por se tratar do objeto da pesquisa, embora não seja um descritor.

Os resultados obtidos com as buscas foram analisados segundo alguns critérios, de modo a atenderem ao tema de estudo. Foram excluídos estudos que: a) não tiveram como objeto de estudo o Programa Segundo Tempo, b) pesquisas de cunho quantitativo sobre o programa, por exemplo, pesquisas procurando investigar o perfil corporal dos beneficiados c) estudos que não procuraram avaliar o Programa enquanto política pública de esporte, d) resultados que contemplavam legislações, diretrizes, apresentações, e/ou outros documentos oficiais do Ministério do Esporte para orientação e capacitação dos gestores, e) arquivos no formato resumo de anais, por não trazer informações detalhadas a respeito do método utilizado.

A análise de dados foi realizada em primeiro momento por meio de seleção de artigos, de onde foram relacionados com os temas condizentes com os objetivos da pesquisa, seguindo-se a leitura crítica do material consultado. Posteriormente foram realizadas a ordenação, a codificação, a categorização, o resumo dos dados e o resumo sobre o problema de pesquisa. Para isto, a priori foram utilizadas as seguintes variáveis: a) Fonte da publicação (local onde foi disponibilizado); b) Tipo de pesquisa; c) Ano de publicação; d) Instituição; e) Método utilizado f) Nível de Evidência. Posteriormente foram definidas variáveis indutivamente, ou seja, pela exploração do material ou codificação das mensagens em unidades.

As pesquisas nos sites da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no site dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e no Scientific Electronic Library

Online (SciELO) foram realizadas no período de 10 de janeiro a 10 de fevereiro de 2013, utilizando-se as seguintes palavras-chaves com aspas: “Programa Segundo Tempo”, “Política Pública”, “Esportes”, “Avaliação”.

Foram obtidas 27 produções (ver tabela 01) sobre a temática “Programa Segundo Tempo”, entretanto somente 11 atendiam o objeto de estudo, 04 eram repetidas, 01 não estava disponível.

Base de Dados	Descritor
	“Programa Segundo Tempo”
Portal Capes	06
BVS	04
Lilacs	04
SciELO	04
BDTD	09

Tabela 1 – Resultados obtidos nas bases de dados
Fonte: Elaborado pela autora

Já no Repositório da Memória do Programa Segundo Tempo o processo de seleção sucedeu no mesmo período supracitado, mas nesta base de dados este processo ocorre de forma diferenciada, não sendo necessário o uso de palavras chaves. A seleção acontece com a marcação dos seguintes itens disponibilizados na página de acesso ao repositório: a) item acervo - selecionado o termo “Programa Segundo Tempo”; b) item data – selecionado a palavra “todos”; c) item formato - selecionado a palavra “texto”; d) item idioma - selecionado a palavra “todos”.

A busca identificou 149 resultados, contudo a maioria dos achados nesta base de dados contemplava documentos oficiais do Ministério do Esporte, desta forma, segundo os critérios de exclusão e os objetivos da pesquisa foram selecionados 10 estudos, sendo que 03 eram iguais aos resultados da busca anterior.

Nesse sentido, a amostra do estudo foi composta por 18 produções que tratam o Programa Segundo Tempo (tabela 02)

As produções científicas sobre a temática iniciaram no ano de 2007 (27,77% das produções) fato que pode ser justificado pelas inquietações e diligências advindas dos processos de implementação dos programas e a incipiência na formulação das diretrizes e fundamentos do programa, que só efetivou no ano de 2008. Ribeiro (2012) afirma que o aumento das pesquisas advém das mudanças do cenário político do país nos últimos dez anos.

Autor	TÍTULO	ANO
Couto	Mapeamento do Programa Segundo Tempo no Brasil e a Gestão deste no município de Estrela/RS.	2007
Alves e Pieranti	O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil	2007
Silva	Programa Segundo Tempo - os objetivos e efeitos dos Projetos Esportivos Sociais	2007
Sousa Neto e Rodrigues	Projeto Segundo Tempo - implantação na unidade escolar Paulo Ferraz Em Teresina-PI	2007
Moreira et al	Projeto Segundo Tempo: Configurando um Modelo	2007
Nunes Júnior e Amaral	Esporte e Política Pública: o caso do segundo tempo em Campinas	2008
Athayde Mascarenhas	Políticas Sociais Esportivas: uma análise da Gestão do Programa Distrito Federal Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal	2009
Athayde	Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos	2009
Oliveira	O programa segundo tempo em Goiânia e a política pública de esporte e lazer no Brasil a partir da criação do Ministério do Esporte	2010
Santos	Análise do desempenho do Programa Segundo Tempo de 2005 a 2009 : o papel dos partidos, da capacidade fiscal e do ambiente institucional em sua difusão	2011
Santos	As coalizões e os partidos políticos na difusão do Programa Segundo Tempo	2012
Ferreira	Gestão da informação na administração pública : avaliação do sistema de informação de acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Segundo Tempo sob a perspectiva de sua retroalimentação	2012
Engelman e Oliveira	Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo - Ministério do Esporte	2012
Ribeiro	O lazer na política pública de esporte: uma análise do Programa Segundo Tempo	2012
Almeida e Silva	O planejamento do "Recreio nas Férias" na cidade Paulista de Americana /	2012
Mendonça	Programa Segundo Tempo - um relato de experiência a partir do método dialético aplicado em conteúdos da educação física no município de Pinhão-SE	2012
Matias	A política esportiva do governo Lula: o programa Segundo Tempo	2013
Kalinoski et al	Núcleo Especial do Programa Segundo Tempo na ESEF	2013

Tabela 2 Estudos selecionados

Fonte: Elaborado pela autora

O ano de 2012 destaca-se com publicações expressivas (33,33%) possivelmente pelas investigações que se iniciaram em 2005 e 2011 quanto a possíveis irregularidades na execução do programa, fato este que instigou diversos pesquisadores na compreensão dos princípios e efeitos desta política pública.

AUTOR	INSTITUIÇÃO
Couto (2007)	UnB
Alves e Pieranti (2007)	UNICAMP
Silva (2007)	UnB
Sousa Neto e Rodrigues (2007)	UFPI
Moreira et al (2007)	FURG/UFRGS
Nunes Júnior e Amaral (2008)	UNICAMP
Athayde e Mascarenhas (2009)	UnB
Athayde (2009)	UnB
Oliveira (2010)	UFG
Santos (2011)	UFRGS
Santos (2012)	UNIVASF
Ferreira (2012)	UEL
Engelman e Oliveira (2012)	CUM/UEL
Ribeiro (2012)	UFMG
Almeida e Silva (2012)	FAM
Mendonça (2012)	UFS
Matias (2013)	UnB
Kalinoski et al (2013)	UFP

Tabela 3 Autores e instituição que pertencem
 Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto às instituições de origem das pesquisas (tabela 03) nota-se que a região centro-oeste possui maior número de produções (33,33%), especialmente a Universidade de Brasília - UnB (27,77%). As produções da UnB possivelmente se destacam pela proximidade geográfica que possuem com o Ministério do Esporte, ademais uma ser fruto de um curso de especialização promovido pelo órgão e pelos autores estarem inseridos no programa, seja como membro da equipe ou servidor público. Mas também, por ser um dos estados que recebeu maior número de convênios, sendo o terceiro no número de beneficiados atendidos (ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009)

Entretanto, as instituições localizadas na região Sul se destacam pelo protagonismo para desenvolvimento da proposta, seja com suporte teórico e prático, pois os documentos que orientam a implementação do programa são oriundos de autores dessa localidade (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012). Já, as instituições da região Sudeste quiçá pela região receber 42% dos recursos do PST, segundo Matias (2013), e por ser a mais populosa.

Quanto ao nível de evidencia, nota-se que as produções enquadram-se no nível de evidencia VI (tabela 4), segundo critérios de classificação de Stheler et al (1998). A evidência científica é compreendida como conjuntos de elementos para confirmar ou refutar uma hipótese ou um pressuposto científico, e utilizada para avaliar a qualidade do estudo quanto à validade e confiabilidade. Nesse sentido, nota-se que a evidência das produções é fraco e que precisam explicitar com detalhes o método utilizado e serem fidedignos quanto ao autor de referência.

Autor	Método/técnica	Nível de Evidência
Couto (2007)	Pesquisa qualitativa descritiva – documental e relato de experiência	Nível VI
Alves e Pieranti (2007)	Pesquisa documental	Nível VI
Silva (2007)	Revisão de literatura	Nível VI
Sousa Neto e Rodrigues (2007)	Relato de experiência	Nível VI
Moreira et al (2007)	Não informado	-
Nunes Júnior e Amaral (2008)	Pesquisa documental, observação, entrevista, revisão bibliográfica	Nível VI
Athayde e Mascarenhas (2009)	Pesquisa documental e entrevistas	Nível VI
Athayde (2009)	Pesquisa documental, entrevistas, revisão bibliográfica e observação	Nível VI
Oliveira (2010)	Pesquisa documental, observação, entrevista, revisão bibliográfica.	Nível VI
Santos (2011)	Não informado	-
Santos (2012)	Não informado	-
Ferreira (2012)	Não informado	-
Engelman e Oliveira (2012)	Não informado	-
Ribeiro (2012)	Revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas	Nível VI
Almeida e Silva (2012)	Relato de experiência, pesquisa bibliográfica e documental	Nível VI
Mendonça (2012)	Relato de experiência	Nível VI
Matias (2013)	Revisão bibliográfica	Nível VI
Kalinowski et al (2013)	Relato de experiência	Nível VI

Tabela 4 Método/técnica dos estudos e nível de evidência

Fonte: Elaborado pelo autor

Para investigação da temática avaliação de políticas públicas de esporte foi realizada separadamente, pois na busca combinada os resultados eram zero. Foram obtidas 85 produções, mas somente 02 atendiam a temática, 14 eram repetidas e 01 não estava disponível (tabela 5). Como delimitação na busca selecionou-se somente estudos brasileiros, visto que o Programa Segundo Tempo é uma política pública de esporte do Brasil.

Descritores	Base de Dados				
	Scielo	Portal Capes	BVS	Lilacs	BDTD
(política pública) AND (esporte) AND (avaliação)	0	9	3	2	6
(política social) AND (esporte) AND (avaliação)	0	5	4	1	1
(política pública) AND (lazer) AND (avaliação)	1	24	1	1	8
(política social) AND (lazer) AND (avaliação)	1	18	0	0	0

Tabela 56 Resultados obtidos nas bases de dados

Fonte: Elaborado pela autora

A tabela 06 apresenta as produções que abordam a temática investigada, avaliação de políticas públicas de esporte. Cabe destacar que foi incluído dois critérios

de exclusão no processo de compilação, pois as produções levantadas não abordavam os métodos ou processos de avaliação do Programa Segundo Tempos, e sim de outras políticas públicas do Ministério do Esporte ou de governos estaduais ou municipais, outras abordavam o esporte de rendimento.

Observa-se que as pesquisas tem como marco temporal o início do século XXI, isso pode ser decorrente da recente preocupação com a implantação destas ações e pelas pesquisas nesta área serem recentes. As pesquisas de avaliação no Brasil, sobre políticas públicas, tiveram como marco os anos de 80 e 90 devido a difusão internacional de reforma do Estado e a necessidade de organização da agenda política (TREVISAN e BELLEN, 2008). No âmbito do esporte, o processo de avaliação das políticas tem ênfase a partir da criação do Ministério do Esporte, no ano de 2003, no qual destacam como marco estruturante as ações e programas que preveem o acesso ao esporte como direito social, observa-se que as produções datam a partir da criação do ministério.

AUTOR	TÍTULO	ANO
Mata	Políticas públicas de esporte e lazer na cidade de João Pessoa/Paraíba: uma análise do ordenamento legal	2011
Ferreira	Gestão da informação na administração pública: avaliação do sistema de informação de acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Segundo Tempo sob a perspectiva de sua retroalimentação	2012

Tabela 6 Estudos selecionados

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto a instituições de origem das produções (tabela 7), nota-se que as produções são da região sudeste e centro-oeste possivelmente se justificam pela expressividade que possui em relação a linhas de pesquisas sobre políticas públicas, segundo o Censo de 2010 realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

AUTOR	INSTITUIÇÃO
Mata (2011)	UnB
Ferreira (2012)	UFES

Tabela 7 Autores e instituição que pertencem

Fonte: Elaborado pelo autor

O nível de evidencia das produções sobre avaliação de políticas públicas é apresentado na tabela 08. Observa-se que as investigações utilizam como técnica a pesquisa documental, pois contribui para atestar e expor o marcos legislativo e de execução das políticas, ademais por trazer informações a respeito de eventos, processos e transformações sociais em seus contextos políticos, sociais e econômicos. Quanto a

validade e confiabilidade, o nível de evidencia, conforme classificação de Stheler et al (1998), é o IV, o que denota preocupação das produções em serem fidedignas com o método adotado bem como a reprodutibilidade do estudo.

AUTOR	MÉTODO/TÉCNICA	NÍVEL DE EVIDÊNCIA
Mata (2011)	Pesquisa documental e explicativa, e análise de conjuntura.	Nível IV
Ferreira (2012)	Pesquisa não experimental: documental, questionários, entrevistas.	Nível IV

Tabela 87 Método/técnica dos estudos e nível de evidência
Fonte: Elaborado pelo autor

Diante do exposto, a leitura crítica dos estudos e legislações contribuiu para que se elaborassem as unidades de revisão, no qual as variáveis foram definidas indutivamente pela exploração do material. Os principais conceitos abordados nas produções, a interface entre ambos e com outros autores se encontram nos itens a seguir: Programa Segundo Tempo – conceitos, histórico e operacionalização; e Métodos de avaliação em políticas públicas de esporte – Programa Segundo Tempo.

3. Resultados e discussão

3.1. Programa Segundo Tempo – conceitos, histórico e operacionalização.

O desenvolvimento e investimento do esporte no Brasil cresceu com as políticas implantadas no governo Lula, no qual priorizou a inclusão das pessoas em vulnerabilidade social e econômica. Uma das políticas com grande notoriedade nacional e internacional é o Programa Segundo Tempo (PST), em virtude dos seus referenciais de gestão, da expressividade numérica no atendimento a crianças e jovens (cerca de 2,2 milhões), da formação de equipes de referência, o desenvolvimento de capacitações e elaboração de processos de avaliação continuada. (ENGLEMAN e OLIVEIRA, 2012).

O PST foi criado pela Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003 e está vinculado a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). Os documentos oficiais que instituem a criação e consolidação do Programa Segundo Tempo são: Plano Nacional do Esporte, Diretrizes do Programa Segundo Tempo (2005; 2011), a Portaria nº 32, de 17 de março de 2005, Portaria nº 200, de 13 de dezembro de 2007, Portaria nº 137, de 20 de junho de 2008.

Os princípios que nortearam a criação desta política pública são de oferecer um programa social que combata a discriminação, promova a inclusão social e a qualidade de vida. De acordo com os fundamentos, o Programa Segundo Tempo procura atender um grande contingente de pessoas em atividades esportivas e complementares, objetivando democratizar o acesso ao esporte.

Espera-se que o programa colabore com o processo de inclusão social, bem estar físico, promoção da saúde e o desenvolvimento dos beneficiados. Nesse sentido, as ações são orientadas dentro da perspectiva do esporte educacional, a fim de combater a discriminação de habilidades, raças, gênero, cor e deficiência.

As atividades são oferecidas no contra turno escolar, com o oferecimento de atividades esportivas e complementares três vezes por semana, com duração de duas horas cada atividade. Um núcleo do programa atende 100 crianças e possui como recursos humanos um coordenador de núcleo e um monitor, sendo um coordenador geral e um pedagógico para todo o programa.

A criação desta política pública representa avanços e consolidação de diversos movimentos que surgiram a partir da década de 70 para democratizar e difundir a cultura esportiva para a população brasileira, e garantir o acesso ao esporte educativo e participativo previstos na Constituição Federal.

Na década de 70 surgiu um movimento esportivo com a finalidade de propiciar a população atividades física em locais abertos das cidades, inicialmente nomeado de “Esporte de Massa” e posteriormente “Esporte para Todos”. O movimento era apoiado no lazer, saúde, desenvolvimento comunitário, integração social, civismo, humanização das cidades, valorização da natureza, adesão a prática esportiva, adesão ao esporte organizado, e valorização do serviço a comunidade (COSTA, 1981; 1982). Segundo o Documento Básico da Campanha (1977, p. 14), os ideários tinham pretensão:

1º Lazer: Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.

2º- Saúde: Criar oportunidade de melhoria da saúde do povo, no que se refere a prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.

3º- Desenvolvimento Comunitário: Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de Município.

4º- Integração Social: Estimular a Congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e a valorização da criança e do idoso.

5º- Civismo: Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidades e de integração nacional.

6º Humanização das Cidades: Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para concretização geral, quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.

7º Valorização da Natureza: Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente nas crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques florestas, praias, rios, lagos, etc.

8º Adesão à Prática Esportiva: Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar o esporte a ser praticado e aumentar o uso das instalações já existentes.

9º Adesão ao Esporte Organizado: Motivar, através do contágio de emoções da prática com grandes números de pessoas, o apoio a participação nas Atividades de Educação Física estudantil do esporte em clubes e outras entidades

10º Valorização do Serviço a Comunidade: Congregar o apoio popular, as entidades públicas e privadas a participarem dos mutirões esportivos.

Em suma, o movimento do Esporte para Todos objetivava democratizar a prática de atividades físicas e esportiva, ou seja, estender os benefícios do esporte ao maior número de pessoas. Os percursores desse movimento foram Lamartine Pereira da Costa e Otávio Teixeira, em conjunto com as mídias que lançaram a Campanha Mexa-Se, Campanha VIDA e a Campanha EPT da SEED/CES, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para a prática de atividade física (CAVALCANTI, 1984).

Cabe ressaltar, outra ação para consolidação da prática de esporte participativo, o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) elaborado no ano de 1975 em que previa o Desporto de Massa como área prioritária para investimentos públicos. Os objetivos desse plano eram: a) aprimoramento da aptidão física da população; b) elevação do nível dos desportos em todas as áreas; c) implantação e intensificação da prática dos desportos de massa; d) elevação do nível técnico-deportivo das representações nacionais; e e) difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer. Como estratégia de divulgação destas ações o governo utilizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que executou uma campanha de esclarecimento e difusão da prática das atividades físicas e esportivas.

Por consequência, em 1977 foi realizado o 1º Seminário de Esporte para Todos e lançado o Documento Básico da Campanha Esporte para Todos que previa despertar a consciência do povo brasileiro para o lazer esportivo e tinha como premissas: lazer, saúde, humanização das cidades, valorização da natureza, adesão a prática esportiva, adesão ao esporte organizado e valorização do serviço à comunidade. (BRASIL, 1977).

Decerto, essas ações tinham como eixo norteador a Carta Europeia do Esporte para Todos, elaborada pelo Conselho da Europa em 1975, pois a mesma apresenta os princípios, formas de organização e gestão do esporte para todos, e principalmente o acesso ao esporte como um direito de todos. A carta conceitua o esporte como uma

ferramenta capaz de oferecer atividades criadoras e ocupações recreativas, podendo contribuir para o desenvolvimento pessoal e social, da mesma forma, é um meio de educação permanente e desenvolvimento cultural. (CAVALCANTI, 1984).

Igualmente, os documentos elaborados pela UNESCO orientaram o desenvolvimento deste movimento no Brasil, a saber, a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte que destaca que a prática da Educação Física e do esporte é um direito fundamental de todos e são elementos essenciais para a educação, e seu desenvolvimento advém do estímulo da sociedade e do poder público.

Os documentos brasileiros que orientaram o desenvolvimento deste movimento foram o “Documento Básico da Campanha Esporte para Todos” de 1977 e o “Livro Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa” (COSTA, 1981). Estes documentos expunham que o Esporte para Todos, no Brasil, resultaria da integração do esporte não formal ao esporte formal, de modo que as novas formas atenderiam aos cidadãos praticantes.

No início da década de 90, ações surgem com o objetivo de incorporar a atividade esportiva à toda população, a saber, o Projeto de Bem com a Vida, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (BRASIL, 1998) e o Programa Esporte Solidário, um programa de integração e cidadania pelo esporte. Essas ações foram orientadas pelo Plano Plurianual 1991-1995 que tinha como princípio norteador a igualdade de todos no acesso às atividades desportivas e liberdade de prática individual, sem qualquer tipo de discriminação, ademais a corresponsabilidade do Estado no fomento diferenciado das práticas formais e não formais.

Por conseguinte, no início do século XXI foi criado o Projeto Esporte na Escola que inspirou a criação do Programa Segundo Tempo no ano de 2003, segundo estudos de Santos (2012), Athayde (2009), Oliveira (2010) e Silva (2007). Esse projeto objetivava oferecer o esporte educacional e a formação da cidadania para crianças e adolescentes vinculadas a instituições de ensino.

Entretanto, somente a partir de 2003 as ações no âmbito do esporte educacional e participativo alcançou notoriedade com Programa Segundo Tempo devido à organização da gestão no âmbito logístico e administrativo, e conceitual no âmbito pedagógico (ATHAYDE, 2009). Como resultado, essas ações culminaram na realização de diversos encontros, seminários e capacitações objetivando orientar as entidades conveniadas na condução dos programas. Ademais, no ano de 2005 houve a implementação do projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva" na República Angola

que previa um acordo básico de cooperação econômica, científica e técnica entre o governo brasileiro e angolano.

Devido a magnitude desta política pública de esporte houve capacitações que contribuíam para alinhamento dos programas, destaca-se o 1º Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleo que resultou em 2008 no livro “Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo”.

Nota-se que o PST apresenta-se como uma proposta que pretende articular políticas públicas de diferentes órgãos do governo federal, ou seja, coordenar ações da área da educação com ações da área do esporte e do lazer. Nos documentos do Programa consta ainda a pretensão de articular com os outros setores como saúde, cultura e segurança.

Os recursos são provenientes do Ministério do Esporte para implantação desta política são na forma de materiais esportivos e pagamento dos recursos humanos. Entretanto, há entidades que receberam recursos para oferecimento do reforço alimentar até o ano de 2011, mas a partir desse ano os convênios firmados não recebem o aporte financeiro para distribuição do reforço, sendo esta uma contrapartida da entidade conveniente. (KALINOSKI et al, 2013).

Os documentos oficiais explicitam que uma característica do programa é a pretensão de desenvolver um modelo de gestão de democratização e a descentralização dos recursos, contudo há dificuldades para concretizar esse modelo de gestão democrática e participativa (MATIAS, 2013; ATHAÍDE, 2009). O modelo de gestão democrática pressupõe que as entidades convenientes sejam responsáveis pela gestão e alocação das decisões, seja na estruturação da equipe, no investimento dos recursos descentralizados, e na organização dos núcleos. Já a descentralização de recursos refere-se a uma modernização do aparelho do Estado para facilitar a equidade na alocação de recursos e aumento do número de bens e serviços (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012).

As dificuldade na implementação deste novo modelo de gestão provavelmente decorre da rigidez no estabelecimento de critérios e padrões para celebração e execução do programa (MATIAS, 2013). Em contraste, Engelman e Oliveira (2012) afirmam que o grande problema reside no fato de os critérios e padrões objetivarem descentralizar sem desintegrar, ou seja, assegurar que haja “alinhamento das instituições envolvidas com o plano de governo, com a lei e com os valores democráticos” (p. 545)

Além disso, como princípios o programa adota a participação social e a autonomia organizacional como fatores primordiais na execução da proposta (MATIAS,

2013). Contudo, há dificuldades na participação social e na gestão das pessoas nas instituições envolvidas de modo que sejam autônomas e se direcionem para o foco e metas previstas. Engelman e Oliveira (2012) salientam a importância que o envolvimento da sociedade civil tem na fiscalização e controle desta política. A fim de dar efetividade a esse processo de participação popular, o Ministério exige a indicação, por parte da conveniada, de uma entidade que acompanhe e fiscalize pedagogicamente e administrativamente a execução das ações, conforme as Diretrizes do Programa. A entidade deve encaminhar periodicamente ao Ministério do Esporte parecer sobre os aspectos operacionais do programa⁸.

Diante desses avanços, nos últimos anos houve investimentos expressivos no desenvolvimento do programa, segundo Matias (2013) é uma das políticas sociais com investimentos significativos do governo, sendo que no período de 2003 a 2010 foi o montante de aproximadamente 872,3 milhões de reais, ficando aquém do esporte de rendimento que se destaca no recebimento de recursos provenientes da esfera federal.

Para uma entidade implementar o programa é necessário a participação e aprovação numa chamada pública do Ministério do Esportes, onde são analisadas o projeto técnico, e principalmente a capacidade técnica, gerencial e idoneidade fiscal. Entretanto, nota-se que há regiões em que o programa precisa expandir e crescer quantitativamente, a se destacar a região Norte, onde a implantação de programas de esporte e lazer de caráter participativo e educacional são incipientes. Segundo Matias (2013), esta região recebeu apenas 6% dos recursos do Ministério do Esporte para desenvolvimento do PST no ano de 2010.

Cabe destacar outro avanço desta política a criação dos Programas Especiais, a saber, o PST Universitário, PST Esporte Adaptado, PST Navegar, PST Indígena, PST Mais Educação, PST Instituição de Ensino Superior Colaboradoras e PST Socioeducativo que objetivam atender as necessidades e expectativas de públicos que anteriormente não eram atendidos em sua plenitude. (BRASIL 2010), representando o princípio da adaptabilidade de uma política (DIAS, MATOS, 2012).

O programa que almeja promover a inclusão social de pessoas com deficiência é o PST Esporte Adaptado. Em seu estudo Kalinoski et al (2013) relatam o processo de implantação do Programa Piloto do Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência, no qual nomeia como Núcleo Especial do Programa Segundo Tempo. Segundo os

⁸ Formulário de Verificação dos Aspectos Operacionais a ser preenchido pela entidade de controle social em anexo

autores o programa foi remodelado para atender vários segmentos que estavam excluídos socialmente, ou seja, que não estavam sendo atendidos pelo programa padrão.

Ademais, a ação apresenta-se como uma estratégia de combater e superar as desigualdades sociais e econômicas no âmbito do esporte e promover a inclusão, visto que prevê o atendimento de pessoas com deficiência (70%) e sem deficiência (30%), além do desenvolvimento de atividades com os pais. Entretanto, observa-se preocupação com o desenvolvimento de parâmetros físicos em detrimento da prática esportiva, pois apresenta como foco a reeducação motora, a realização de testes de aptidão e desempenho motor, acompanhamento dos níveis de crescimento (massa corporal e estatura).

Cabe destacar, que o programa atendia pessoas com deficiência intelectual (70%) e em situação de risco social e com dificuldade de aprendizado (30%), que protagonizaram a elaboração das Diretrizes do Edital de Chamada Pública lançado no ano de 2011.

Os autores destacam que as principais barreiras para inclusão dos deficientes são a falta de estrutura física, capacitação de profissionais, oportunidades e preconceito. Contudo, o esporte contribuiu para aumento dos níveis de prática de atividade física, melhora da aptidão física, melhora na integração social, melhora na qualidade de vida, mudança na rotina, diminuição do comportamento sedentário dos beneficiados (KALINOSKI et al, 2013)

Diante do exposto, as produções levantadas indicam algumas dificuldades no processo de implementação e operacionalização do Programa Segundo Tempo, seja no âmbito da:

- Estrutura física: com espaços com precárias condições para as práticas previstas no programa (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; MENDONÇA, 2012; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009; OLIVEIRA, 2010);
- Ausência de recursos humanos qualificados ou não existência dos mesmos (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; MENDONÇA, 2012; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; OLIVEIRA, 2010; ALMEIDA e SILVA, 2012);
- Reforço alimentar de baixa qualidade ou não oferecido pelos núcleos (ATHAYDE, 2009)

- Atraso no repasse dos recursos e dos materiais esportivos pelo Ministério do Esporte ou pela entidade convenente (SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; MOREIRA et al, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; OLIVEIRA, 2010)
- Não participação de pessoas em vulnerabilidade e/ou pessoas com deficiência (MOREIRA et al, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; OLIVEIRA, 2010)
- Material de má qualidade (SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007)
- Falta de pessoal técnico da entidade conveniada para assumir (RIBEIRO, 2012)
- Não manutenção das parcerias e não continuidade das ações devido ao despreparo das entidades parceiras nas atividades administrativas, especialmente na prestação de contas. (ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009; SILVA, 2007; ATHAYDE, 2009; OLIVEIRA, 2010; ALMEIDA e SILVA, 2012; COUTO, 2007)
- Capacitação posterior ao processo de implementação (RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA, 2010)
- Ética profissional dos estagiários em relação a cumprimento de tarefas e carga horária (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013)
- Formação profissional dos recursos humanos insuficiente para o processo de gestão (RIBEIRO, 2012)
- Utilização do programa como alavanca política (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; MATIAS, 2013; RIBEIRO, 2012; ATHAYDE, 2009; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SILVA, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009; SANTOS, 2012)
- Conflito entre o esporte educacional e o esporte de rendimento (iniciação esportiva) (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; ATHAYDE, 2009; OLIVEIRA, 2010; ALMEIDA e SILVA, 2012);
- Dificuldade na concretização do modelo de gestão (MATIAS, 2013; MOREIRA et al, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009; OLIVEIRA, 2010; ALMEIDA e SILVA, 2012);
- A evasão dos beneficiados. No estudo realizado por Matias identificou-se que nos núcleos que previa atendimento de 200 pessoas cerca de 49,9% atendiam menos de 150 (TRIBUNAL DE CONTAS UNIÃO; MATIAS, 2013; MOREIRA et al, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013);

- Rigidez no atendimento dos beneficiados e engessamento do funcionamento do núcleo (MATIAS, 2013; ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009; COUTO, 2007)
- Rígidos critérios técnico-burocráticos (MATIAS, 2013; ATHAYDE, 2009)
- Dificuldade da participação da sociedade civil, ou seja, o controle social da execução da proposta devido a fatores culturais e sociais (MATIAS, 2013; ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009; ATHAYDE, 2009)
- Presença de outro projeto social (SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013)
- Deficiente processo de avaliação e acompanhamento (ATHAYDE, 2009; OLIVEIRA, 2010)

Como estratégias de combater as dificuldades apresentadas pelos programas, a partir de 2007 foram criadas as Equipe Colaboradoras nos estados que são responsáveis pelo acompanhamento dos convênios, dar suporte pedagógico, realizar visitas e avaliar o programa. As equipes são compostas por um coordenador, um vice-coordenador e avaliadores, e objetivam assessorar pedagogicamente os convênios em sua estrutura através do contato direto com os coordenadores das entidades convenentes, e. (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012)

Entretanto vários avanços são apontados com a criação desta política pública, a saber:

- Referência em gestão. (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012; ATHAYDE, 2009)
- Expressividade numérica no atendimento a crianças e jovens (cerca de um milhão). (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012)
- A formação de equipes de referencia que colaboram no desenvolvimento da proposta, ou seja, as equipe colaboradoras. (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012; MATIAS, 2013)
- Desenvolvimento de capacitações continuadas e que foram estruturadas em metodologias presenciais devido a ineficiência do modelo à Distância . (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012; RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA, 2010)
- Elaboração de processos de avaliação . (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007)
- Colaborar para inclusão social, promoção da saúde, bem estar físico e desenvolvimento humano, e evasão escolar (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; SILVA, 2007; ATHAYDE, 2009)

- Oferecimento de diferentes modalidades esportivas (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SILVA, 2007; OLIVEIRA, 2010)
- Formação de parcerias com outros órgãos, ou seja, estímulo da gestão compartilhada (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008)
- Desenvolvimento de um estado democrático e participativo (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008)
- Valorização de especificidades e particularidades regionais e locais (MATIAS, 2013; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013)
- Preocupação com aspectos técnicos e burocráticos do programa através das diretrizes e parâmetros para formalização do convênio e funcionamento dos núcleos, de modo que as ações cumpram o papel do programa (MATIAS, 2013)
- Equipes colaboradoras que tem autonomia para se auto gerenciarem e colaborarem com sugestões para aperfeiçoamento do programa (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012)
- Sistema de gerenciamento do processo de avaliação online (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012)
- Aumenta a capacidade de governar arenas institucionais propiciando que a sociedade civil participe conjuntamente com o poder público (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012; ATHAYDE, 2009)
- Controle público da política, ou seja, a sociedade civil pode integrar no processo de decisões; (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012)
- Capacidade de negociar e pactuar contratos “públicos”; (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012)
- Mudança o público-alvo, pois a proposta inicial era atender crianças e jovens regularmente matriculados, posteriormente ampliou o público para que o atendimento atinja crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social (RIBEIRO, 2012).
- A formação inicial e a experiência anterior dos gestores contribuem para que as ações do programa se materialize (RIBEIRO, 2012).
- Espaço de formação e valorização do Educador Físico (RIBEIRO, 2012; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; ATHAYDE, 2009)
- Melhoria da infraestrutura da estrutura física da escola e aquisição de materiais esportivos (SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007)

- Reforço alimentar (SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013)
- Presença de outro projeto social (SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013)
- Criação do Recreio nas Férias (ALMEIDA e SILVA, 2012)

3.2. Método de avaliação em políticas públicas de esporte: Programa Segundo Tempo

Segundo Weiss (1998, apud Monteiro, 2002, p.1)⁹, a “avaliação é a estimativa sistemática da operação e/ou dos resultados de um programa ou de uma política (policy), em comparação com um conjunto de parâmetros implícitos ou explícitos, como forma de contribuir para o aprimoramento do programa ou política”.

Logo, a avaliação de política é a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política, há adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitem estabelecer como resultado a relação de causalidade entre um programa *x* e um resultado. Já a análise de políticas públicas é o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas, como resultado se tem o desenho institucional. (ARRETCHE, 2009).

Faria (2009, 42) afirma que as avaliações em programa sociais apresentam três dimensões, a saber,

Do ponto de vista **metodológico**: a avaliação é uma atividade que obtém, combina e compara dados de desempenho com um conjunto de metas escalonadas;

Do ponto de vista de **sua finalidade**: a avaliação responde a questões sobre a eficácia/efetividade dos programas e, neste sentido, sua tarefa é julgar e informar;

Do ponto de vista de **seu papel**: a avaliação detecta eventuais falhas e afere méritos dos programas durante sua elaboração. Neste sentido, sua tarefa é formativa, permitindo a correção ou a confirmação de rumos;

Nesse sentido, a avaliação prevista pelo Ministério do Esporte, para o Programa Segundo Tempo, tem que pautar pela identificação e compreensão do contexto em que os programas ocorrem. Segundo Figueiredo e Figueiredo (1986) a avaliação em políticas públicas devem ser processuais, de modo a aferir o que está ou foi implementado de acordo com as diretrizes, e principalmente se o produto final esta condizente com as metas desejadas. Nesse sentido, a avaliação do Programa Segundo

⁹ Weiss, Carol. Evaluation. Methods for Studing Programs and Policies. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 1998 (2nd ed.)

Tempo objetiva aprimorá-lo, acompanhá-lo, monitorá-lo, e fiscalizá-lo, dentro de três aspectos: efetividade, eficácia e eficiência.

Avaliação da Efetividade: é o exame da relação entre implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados. A maior dificuldade deste tipo de avaliação é demonstrar que os resultados encontrados estão causalmente relacionados aos produtos oferecidos por uma dada política sob análise.

Avaliação da Eficácia: é a avaliação da relação entre objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos, avalia o proposto e o alcançado.

Avaliação de Eficiência: é a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados. (ARRETCHE, 2007, p.31-34).

Chagas (2006, p. 103) destaca que além de avaliar a política pública nestes três aspectos, “a análise da política pública pode indicar-nos alguns dos impedimentos para tornar realidade o arcabouço legal que dispomos”.

Em contraste, Azevedo e Barros (2004, p.82) afirmam que “os sistemas de avaliação de projetos e programas..., principalmente quando realizados com recursos públicos..., não têm evoluído e recebido a merecida atenção...”, ou seja, as avaliações não tem indicado as possíveis lacunas.

Athayde e Mascarenhas (2009) em um estudo realizado afirmam que o PST tem dificuldades em relação a manutenção das parcerias e a continuidade de suas ações devido a um deficiente processo de avaliação e acompanhamento realizado pelo ME. Isso pode ser em decorrência dos programas não avaliarem a política com base nos resultados comparados com os objetivos a serem alcançados, e sim pelo preenchimento de relatórios de prestação de contas.

Entretanto os relatórios podem fornecer informações preliminares que subsidiem avaliações futuras. Cohen e Franco (2011) afirmam que a avaliação tem por objetivo ajustar comportamentos futuros, ou seja, retificar ações e reorientando-as em direção ao fim postulado. Elas devem contribuir para que se descubram alternativas que aperfeiçoem o alcance dos objetivos propostos. Para que a avaliação gere mudanças é preciso "ênfatisar a objetividade, a informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos para chegar a resultados válidos e confiáveis" (p.72).

Segundo os autores a objetividade tem por propósito realizar um levantamento da realidade, ou seja, como as ações tem se estruturado. As informações geradas pelo levantamento possibilitará, no processo de avaliação, evitar que os resultados sejam influenciados por ideias preconcebidas e interesses. Já informação deve ser suficiente, de modo que haja um equilíbrio entre o ideal e o factível, sempre em observância aos

resultados a serem obtidos pela avaliação. A validade informa se os instrumentos utilizados medem realmente o que se tenta medir. A confiabilidade informa a qualidade e estabilidade da informação, e conseqüentemente, os resultados obtidos.

Além disso, Cohen e Franco (2011) destaca a importância de se conhecer os tipos de avaliação e o momento em que devem ser realizadas. Eles afirmam que há dois tipos de avaliação: a avaliação *ex-ante* e a avaliação *ex-post*. A avaliação *ex-ante* utiliza critérios racionais e tem por objetivo avaliar se o projeto deve ou não ser implementado, e suas ações são orientadas pelo diagnóstico realizado. Este tipo de avaliação é realizado no começo de um projeto, ou seja, no processo decisório. Já a avaliação *ex-post* é realizada durante a vigência de um projeto ou no seu fim. Esta avaliação pode ser qualitativa (decisão de continuar ou não com o projeto) ou quantitativa (decisão de manter a formulação original ou introduzir modificações).

A avaliação *ex-post* inclui: a) **avaliação de processos** ou avaliação contínua: é realizada durante a implementação objetivando detectar dificuldades que ocorrem na programação, administração, controle, etc., ou seja, medir a eficiência de operação do projeto (COHEN e FRANCO, 2011; PEREZ, 2007); b) **avaliação de resultados**; (COHEN e FRANCO, 2011); c) **avaliação de impactos**: pode ser realizada durante ou após um projeto, e tem por finalidade determinar se o projeto atinge os objetivos propostos e seus efeitos (previstos e não previstos) (COHEN e FRANCO, 2011; PEREZ, 2007). Nota-se que estas avaliações possibilitam reprogramar a execução do projeto, bem como apresentar formulações de projetos semelhantes.

Todavia, Faria (2007) destaca que as avaliações devem ser pautadas em dois âmbitos, um referente aos seus fins (avaliação somativa) e outra referente a seu papel (avaliação formativa).

Avaliação somativa: “uma atividade que produz e compara dados de desempenho com um conjunto de objetivos hierarquizados, justifica e valida instrumentos e metas, atribuindo valores ao programa para alcança-los. Avalia o programa na etapa de implementação e resultados. Compara o desempenho de diferentes tratamentos a que são expostos os beneficiados”.

Avaliação formativa: “avaliação busca o aprimoramento do programa durante o processo de sua elaboração e pode ser usada para testar, rever e redefinir o programa global ou vários de seus componentes: conteúdos, metodologias, treinamento e desempenho das equipes, caracterização do público-alvo, configuração dos materiais adotados e tempo ideal para sua implementação”. (p. 44-45)

Diante do exposto, nota-se que a avaliação de políticas públicas tem focado na análise dos efeitos e resultados, ou seja, a sua eficiência, eficácia e efetividade. Há uma constância, em estudos para averiguar a adequação entre os objetivos, metas e

resultados. Assim o trabalho de avaliação tem que ser estruturado a partir de estudos dos resultados do programa em relação aos seus objetivos propostos, e não em relação aos instrumentos e processos utilizados. Verifica-se a necessidade de averiguar se estes instrumentos são adequados às populações atendidas, visto que há especificidades regionais, culturais e de alfabetização dos beneficiados.

As Diretrizes do Programa Segundo Tempo afirmam que a “avaliação deve ser apresentada em uma perspectiva contemporânea, ou seja: deve ser inclusiva, pedagógica, participativa, contextualizada, quantitativa/qualitativa. A avaliação deve estar voltada aos objetivos propostos e possibilitar esta visão pelos beneficiados.”

Na execução do programa, após a formalização da Parceria com o Ministério do Esporte, as entidades devem cumprir com as seguintes Etapas: a) período de implementação; b) período de desenvolvimento pedagógico; c) período de recesso; d) período de atendimento concentrado/projeto recreio nas férias; e) período de encerramento do projeto e prestação de contas.

O período de implementação requer que a instituição realize um diagnóstico do local de realização das ações e caracterização dos beneficiados. Segundo as Diretrizes do Ministério (2011), o diagnóstico mapeia a realidade, identifica suas necessidades e anseios, e facilita os processos de intervenção e avaliativos, e principalmente evita erros. A caracterização dos beneficiados é um dos itens a serem apresentados no diagnóstico, sendo necessário explicitar idade, interesses, necessidades, práticas habituais, etc.

Segundo os documentos disponibilizados no site do Ministério do Esporte o monitoramento e avaliação do PST são realizados trimestralmente por seus representantes em visitas, além de análise dos relatórios, encaminhados via site, do núcleo (contendo dados da avaliação antropométrica dos alunos, desenvolvimento das habilidades e dificuldades enfrentadas), fotos e outros documentos que comprovem o funcionamento do núcleo.

Os métodos que avaliam o desenvolvimento de habilidades e dificuldades enfrentadas, disponíveis no livro dos Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo (OLIVEIRA e PERIM, 2009), são qualitativos e quantitativos no sentido de mostrar o impacto do programa aos beneficiados, a percepção dos responsáveis, a percepção dos professores e coordenadores e monitores.

Os instrumentos são questionários que avaliam o Impacto do Programa (Planilha de avaliação do aluno pelo professor e Planilha de autoavaliação do aluno), Percepção

sobre o Programa (Questionário/ entrevista para pais e ou responsáveis, e Questionário/ entrevista para alunos), Impacto do Conteúdo (Planilha para autoavaliação do aluno para um determinado conteúdo específico; Acompanhamento da quantidade de aulas x aprendizagem tática; e Acompanhamento da quantidade de aulas x aprendizagem motora).

Além disso, o Ministério do Esporte solicita a entidades conveniadas que indiquem uma entidade que acompanhe e fiscalize pedagogicamente e administrativamente a execução das ações, conforme as Diretrizes do Programa. A entidade deve encaminhar periodicamente ao Ministério do Esporte parecer sobre os aspectos operacionais do programa¹⁰.

Nota-se que o Estado tem o papel de controle de suas ações e atualmente tem delegado parte de seus poderes e parte de seus deveres a outras instituições da sociedade civil. (DIAS & MATOS, 2012). A delegação de deveres a organizações da sociedade civil é respaldada pelos princípios da governança e da governabilidade, previstos na Constituição Federal de 1988¹¹, que propiciou maior participação das organizações da sociedade na perspectiva da democracia participativa e representativa.

Engelman e Oliveira (2012) destacam que nos estudos levantados os modelos de avaliação tem se ancorado nos resultados e pelo cumprimento dos objetivos e metas. Segundo Matias (2013), no âmbito do esporte isso decorre das políticas serem focalizadas e com atendimento precário. Por conseguinte, há dificuldades de estabelecer critérios avaliativos e métodos que realmente avaliem a aplicabilidade desta política.

Contudo, Boschetti (2009) sugere três aspectos para a análise e avaliação das políticas sociais, a saber:

- Configuração e abrangência dos direitos e benefícios de modo a estabelecer características essenciais sobre a sua “natureza, função, abrangência, critérios de acesso e permanência e formas de articulação com as demais políticas econômicas sociais” (p. 11)
- Configuração do financiamento e gasto para “compreender sua estrutura orçamentária e seus impactos na natureza e alcance dos direitos” (p.13)
- Gestão e controle democrático para compreensão da estrutura e organização da gestão da ação executada.

¹⁰ Formulário de Verificação dos Aspectos Operacionais a ser preenchido pela entidade de controle social em anexo

¹¹ Constituição Federal de 1988 art. 194, VII, art. 198, III; art. 206,VI; art. 227, parágrafo 7

A exploração do material permitiu elencar os principais instrumentos de avaliação do Programa Segundo Tempo, a saber:

- Listas de frequência (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; KALINOSKI, et al. 2013; ATHAYDE, 2009)
- Testes de aptidão (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; KALINOSKI et al, 2013; OLIVEIRA, 2010)
- Reuniões contínuas (Mendonça, 2012; KALINOSKI et al, 2013)
- Relação de atividades desenvolvidas (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008)
- Avaliação dos beneficiados - Trabalhos individuais e de equipes, avaliação escrita, auto-avaliação, participação, interesse, assiduidade, companheirismo, comportamento, notas gerais das disciplinas, atividades e competições esportivas (SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007)
- Elaboração de relatórios (KALINOSKI et al, 2013)
- Registro fotográfico (KALINOSKI et al, 2013)

Além das elencadas, Matias (2013) afirma que as ferramentas de divulgação podem contribuir para que haja participação da comunidade no controle e vivência das atividades, ou seja, o princípio da participação participativa.

4. Conclusão:

A Constituição de 1988 representa o marco legal para garantia do esporte como direito social e algumas políticas públicas foram implementadas objetivando democratizar a sua prática e promover a inclusão social, a exemplo disto, tem-se o Programa Segundo Tempo.

O PST foi criado no ano de 2003 dentro dos princípios da gestão democrática e participativa, entretanto a efetivação da proposta tem enfrentado dificuldades, especialmente no âmbito dos recursos físicos e materiais que se apresentaram em condições ruins; dos recursos humanos, ou seja, na ausência de recursos qualificados; dos recursos financeiros primordialmente no atraso na sua descentralização. Cabe ressaltar, a descontinuidade e manutenção das parcerias como problema agravante, pois diversas convenentes estavam despreparadas para as atividades administrativas, especialmente na prestação de contas.

Por conseguinte, o Ministério do Esporte tem procurado sanar esses problemas, a exemplo disto, a criação das equipes Colaboradoras que contribuem para

acompanhamento e avaliação da ação. Além disso, como fatores positivos tem-se a expressividade numérica no atendimento dos beneficiados, desenvolvimento de formação continuada, reflexão sobre os processos de avaliação, e oferecimento de modalidades esportivas.

Nesse sentido, nota-se que o programa contribuiu para busca da cidadania e consolidação do direito e acesso ao esporte sem fins competitivos. Entretanto, torna-se indispensável que os gestores das convenentes sintonizem o que fazer e como fazer em políticas esportivas de caráter educacional, de modo que as mesmas não sejam confundidas como “escolinhas de iniciação”, mas promovam a prática, o conhecimento e a transformação da realidade.

Para isto, os estudos em avaliação de políticas públicas são indispensáveis para sinalizar possíveis caminhos e estratégias a serem adotadas no processo de implementação e operacionalização de uma política pública a fim de suplantar as fragilidades. As produções advindas destas pesquisas podem subsidiar a escrituração e revisão de diretrizes, fundamentos e manuais de orientação, entretanto é necessário que as mesmas sejam consistentes e fidedignas ao método escolhido.

Dentre as produções levantadas nota-se que são de quatro tipos, a saber, relatos de experiências, reflexão sobre o modelo de gestão, avaliação do programa e estudos de casos. Logo, torna-se imprescindível que outras investigações sejam incisivas e não apontem somente as fragilidades, mas indiquem possíveis adequações para as realidades ao qual analisaram. Ademais, que se estabeleçam indicadores mínimos de avaliações, considerando as especificidades regionais.

5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Nayara Torre de; SILVA, Débora Alice Machado da. O planejamento do “Recreio nas Férias” na cidade Paulista de Americana. **Motriz: rev. educ. fis.**, Rio Claro -sp, v. 18, n. 2, p.401-413, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742012000200020>. Acesso em: 05 fev. 2013.

ALVES, José Antônio Barros; PIERANTI, Octavio Penna. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **Rae Eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.1-20, 2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3843&Secao=ARTIGOS&Volu>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

ARRETCHE, Marta T. S.. Tendências no estudo sobre a avaliação. In: RICO, Elizabete Mota. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6º São Paulo: Cortez, 2009. p. 29-40. (Instituto de Estudos Especiais).

ATHAYDE, P. F. A. **Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos**. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4229/1/2009_PedroFernandoAvaloneAthayde.pdf> Acesso em 03 de mar. 2013

ATHAYDE, P. A.; MASCARENHAS, F. Descentralização de políticas sociais: limites para a consolidação de uma gestão democrática do Programa Segundo Tempo. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 17., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2011. p. 114. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/XVII_CONBRACE/2011/paper/view/3591/1793> Acesso em: 03 de mar.. 2013.

ATHAYDE, P. A.; MASCARENHAS, F.. Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CBCE, 2009. p. 114. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/694/782>> Acesso em 03 de mar. 2012.

AZEVEDO, Pedro Henrique.; BARROS, Jônatas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **R. bras. Ci e Mov.**, Brasília, v.12, n.1, p.77-84, jan/mar., 2004.

BRASIL. Casa Civil (Org.). **Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D2574.htm>. Acesso em: 20 out. 2008

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Documento Básico da Campanha. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília n. 35, p. 13-27, 1977

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes e Orientações para Estabelecimento de Parcerias**. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo**. 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Manual de Convênios 2010**. Disponível em www.ibtim.org.br/orient/esportes/es3.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Manual de Orientações para Estruturação Programa Segundo Tempo**. Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2012.

Disponível em www.esporte.gov.br/segundotempo. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Resolução nº 05/ Conselho Nacional do Esporte. 14 de junho de 2005.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo: diretrizes e orientações para o estabelecimento de parcerias**. Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2009. Disponível em www.esporte.gov.br/segundotempo. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Física e Desportos/Ministério da Educação e Cultura. **Teoria e prática do esporte para todos**. 1982

BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal Ri. Oportunidades para Pesquisa e Publicação em Contabilidade: Um Estudo Preliminar sobre as Revistas Acadêmicas de Língua Inglesa do Portal de Periódicos da CAPES. **Brazilian Business Review**, Vitória, v.3, n.1, p.88-103, jan/jun., 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. In: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1º edição. Brasília: CFESS, 2009, v.1, p. 575-592.

CAVALCANTI, Katia Brandão. **Esporte para Todos: um discurso ideológico**. São Paulo: IBRASA, 1984.

CHAGAS, Ana Maria de Resende. **Avanços e Impedimentos para a Construção de uma Política Social para as Pessoas com Deficiência**. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5746>>. Acesso em: 10 jan. 2014

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis - Rio De Janeiro: Vozes, 2011. 303 p.

COSTA, L. P. da (Org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. 924 p.

COSTA, Lamartine Pereira. **Deporte para todos**. Rio de Janeiro: Revista Comunidade Esportiva, 1982. p.152.

COSTA, Lamartine P. (ed). **Teoria e prática do esporte comunitário e de massa**. Rio de Janeiro: Palestra Editora, 1981

COUTO, D. W. **Mapeamento do Programa Segundo Tempo no Brasil e a gestão deste no município de Estrela/RS**. 2007. 108f. Monografia (Especialização) - Centro de Educação à Distância, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DIAS, R.; MATOS, F. O conceito de política pública. In: _____. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012, p.01-21.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **Memória e Sociedade a Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ENGELMAN, Selda; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de. Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte. **Rev. Educ. Fis/uem**, Maringá - Pr, v. 23, n. 4, p.543-552, out. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/13379/11082>>. Acesso em: 09 fev. 2013.

FARIA, Regina M. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, Elizabeth Melo, et al. **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 41-49.

FERREIRA, Luciano. **Gestão da informação na administração pública : avaliação do sistema de informação de acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Segundo Tempo sob a perspectiva de sua retroalimentação**. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração, Departamento de Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - Pr, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000171540>>. Acesso em: 08 mar. 2013

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica, in: **Textos IDESP**, no. 15, 1986, mimeo

KALINOSKI, Angélica Xavier et al. Núcleo Especial do Programa Segundo Tempo na ESEF – UFPel. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, Rs, v. 18, n. 2, p.236-241, mar. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/2634/2396>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

MARQUES, Alexandre Carriconde. **Depoimento de Alexandre Carriconde Marques**. 2010. Entrevista concedida a Luciane Silveira Soares. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40509>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

MATIAS, Wagner Barbosa. A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo. **Licere**, Belo Horizonte - MG, v. 16, n. 1, p.1-23, mar. 2013. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV16N01_a9.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2013.

MENDES, Karina dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: método de Pesquisa para a Incorporação de Evidências na saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.1-2, out./dez. 2008.

MENDONÇA, Lílian Adriana de Jesus. Programa segundo tempo: um relato de experiência a partir do método dialético aplicado em conteúdos da educação física no município de Pinhão-SE. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 6., 2012, São Cristovão - SE. **Anais do Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristovão - SE: Universidade Federal de Alagoas, 2012. p. 1

- 11. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_02/PDF/44.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. A avaliação dos impactos sociais dos programas de governo. In: Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, 7., 2002, Lisboa, Portugal. **Anais do Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa, Portugal: Congreso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública, 2002. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044549.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2013

MOREIRA, B. D. et al. Projeto segundo tempo: configurando um modelo. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15., 2007, Recife. **Anais...** Recife: CBCE, 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/285.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2012.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Esporte e Política Pública: o caso do Segundo Tempo em Campinas. In: Encontro da Alesde, 1., 2008, Curitiba/pr. **Anais do Encontro da ALESDE**. Curitiba/pr: Encontro da Alesde, 2008. p. 1 - 8. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/123456789/37>>. Acesso em: 08 mar. 2013

OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (org.). **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá, PR: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (org.). **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo**. Maringá, PR: Eduem, 2008.

OLIVEIRA, Marcos Flávio Mércio de. **O programa segundo tempo em Goiânia e a política pública de esporte e lazer no Brasil a partir da criação do Ministério do Esporte**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia - Go, 2010.

PEREZ, José Roberto Rus. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, Elizabeth Melo, et al. **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 65-73.

RIBEIRO, Sheylazarth Presciliana. **O lazer na política pública de esporte: uma análise do Programa Segundo Tempo**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Lazer, Departamento de Programa Interdisciplinar de Pós-graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - Mg, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-929H7Q/disserta__o_final_para_cd_rom___sheylazarth.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 fev. 2013.

ROMAN, Arlete Regina; FRIADIANDER, Maria Romana. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enfermagem**. Curitiba, v. 3. n.2, p. 109-112, jul./dez.1998.

SANTOS, Emilson Santos dos. As coalizões e os partidos políticos na difusão do Programa Segundo Tempo. **Licere**, Belo Horizonte - Mg, v. 15, n. 3, p.1-26, set. 2012. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV15N03_a3.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

SANTOS, Edmilson Santos dos. **Análise do desempenho do Programa Segundo Tempo de 2005 a 2009 : o papel dos partidos, da capacidade fiscal e do ambiente institucional em sua difusão**. 2011. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Departamento de Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - Rs, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/60393/000862467.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 mar. 2013

SILVA, Silvio Sipliano. **Programa Segundo Tempo - os objetivos e efeitos dos projetos esportivos sociais: Programas de Solidariedade como Estratégias para Alívio das Tensões Sociais**. 2007. 65 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Esporte Escolar, Departamento de Centro de Educação à Distância, Universidade de Brasília, São Paulo - Sp, 2007. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/silvio_01.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

SOUSA NETO, L. G.; RODRIGUES, A. M. S. Projeto Segundo Tempo – implantação na unidade escolar Paulo Ferraz em TeresinaPI. In: Encontro de Pesquisa em Educação Física e Áreas Afins, 2., 2007, PiauÍ. **Anais...** PiauÍ: UFPI, 2007. p. 15. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/32/anais%20edncontro%20EFI.pdf?sequence=3> Acesso em: 06 fev. 2013.

SOUZA, Ana Paula Prestes de; SOUZA, Doralice Lange de; CASTRO, Suelen Barboza Eiras de. Barreiras e facilitadores para a implementação do programa segundo tempo: um estudo de caso. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 16, n. 4, p.956-1270, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewFile/20113/15680>>. Acesso em: 05 fev. 2014

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, São Paulo, n., p.102-6, 2010.

STETLER, C. B. et al. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. **Applied Nursing Research**, v.11, n. 4, p. 195-206, nov. 1998

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: Uma revisão teórica de um campo em construção. **Rap: Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 03, p.529-550, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. C. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

ARTIGO 3 – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PESSOA COM DEFICIENCIA

Resumo:

A avaliação do Programa Segundo Tempo pelo Ministério do Esporte é realizada periodicamente por meio de relatórios, visitas in loco, aplicação de fichas avaliativas e fotos/documentos que comprovem o funcionamento do núcleo. Objetivando contribuir para o aprimoramento do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado foi realizada uma análise da configuração e abrangência desta política pública. O método adotado foi a pesquisa documental que objetiva buscar e analisar informações de documentos científicos ou não. O instrumento foi o Primeiro e Segundo Relatórios de Acompanhamento das três instituições que implementaram o programa e enviaram os documentos ao Ministério do Esporte. Foram elencadas unidades de análise após exploração do material, e as categorias e subcategorias que apresentavam informações semelhantes foram unificadas. As unidades foram: “Grade de Aulas”, “Reforço Alimentar”, “Infraestrutura de equipamentos”, “Público-Alvo”, “Divulgação do PST e Identificação Visual dos Núcleos/Locais”, “Parcerias”, “Funcionamento dos Núcleos e Previsão de iniciar a execução”, “Capacitação”, “Propostas Pedagógicas”, “Interação”. Observou-se que: os PST Esporte Adaptado tem procurado atender as diretrizes do programa; o site de cadastramento dos beneficiados contém equívoco quanto a nomenclatura “deficiente mental” e não permite o preenchimento das entidades educativas que atendem especificamente pessoas com deficiência; o acesso às práticas esportivas pelas pessoas com deficiência ainda apresenta resquícios do movimento de integração suplantando o da inclusão; o acesso ao transporte público é um dos fatores limitantes para participação plena do deficiente, além das barreiras sociais e arquitetônicas; a capacitação é imprescindível para aperfeiçoamento da proposta e alinhamento do convênio, sempre vislumbrando as especificidades regionais. Nesse sentido, esta política pública tem sido importante para garantir o acesso ao esporte e lazer para os cidadãos com deficiência, contudo torna-se necessário que os métodos de avaliação se adequem às especificidades e que os coordenadores sejam capacitados para o preenchimento dos instrumentos avaliativos.

Palavras-chaves: Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado, Política Pública, Avaliação

ARTICLE 3 - PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PEOPLE WITH DISABILITIES

Abstract:

The evaluation of Second Time Program by the Sports Ministry is performed periodically through reports, *in loco* visits, application of evaluative records and photos/documents evidencing the nucleus operation. Aiming to contribute for the improvement of Second Time Program Disabled Sports it was performed an analysis of the configuration and reaching of this public policy. The method adopted was a documentary research that aims to seek and analyze information from scientific documents or not . The instrument was the First and Second Follow-up Reports of the three institutions that have implemented the program and sent the documents to the Sports Ministry. Units of analysis were listed after exploration of the material, and the categories and subcategories that had similar information were unified. The units were : "Classes Schedule", "Food Reinforcement ", "Equipment Infrastructure" , " Target Population", "Publicizing of STP and Visual Identification of Nucleus/Local" , "partnerships" , " Operation of Nucleus and Prediction to begin the execution" , "Training" , "Pedagogical Proposals" , "Interaction ". It was observed that : STS Disabled Sports has sought to meet the program guidelines; the beneficiaries' registration site contains a misconception regarding the nomenclature "mentally disabled" and does not allow the fulfillment of the educational institutions that specifically serve people with disabilities; the access to sports practices for people with disabilities still has residues of the integration movement supplanting the inclusion; the access to public transportation is a limiting factor for full participation of the disabled, besides the social and architectural barriers; the training is essential for improving the proposal and alignment of the agreement, always gleaming regional specificities. Thus, this public policy has been important to ensure the access to sport and leisure for citizens with disabilities, however it is necessary that the evaluation methods are suited to the specificities and that the coordinators are trained for fulfillment of evaluation instruments.

Keywords : Second Time Program Disabled Sports, Public Policy , Evaluation

1. Introdução

A participação das pessoas com deficiência em diferentes atividades tem recebido atenção crescente, oferecendo à elas a oportunidade, de experimentarem sensações e movimentos, que frequentemente são impossibilitados pelas barreiras físicas, ambientais e sociais. Dentre estas atividades destaca-se o esporte.

Estudos realizados indicam os benefícios proporcionados pela prática regular de esportes para formação cidadã, o desenvolvimento humano, a qualidade de vida, principalmente nas áreas de vulnerabilidade social (TUBINO, 2001; ELIAS e DUNNING, 1992; BRACHT, 2005; BRASIL, 2011). A garantia do acesso ao esporte é fator primordial para efetivação dos seus benefícios, e principalmente para garantia de um direito social previsto na Constituição Brasileira. Ademais, o mesmo pode contribuir para inclusão social e inserção na sociedade de camadas populares ou historicamente excluídas das práticas esportivas.

Logo, as políticas, a partir da criação do Ministério do Esporte no ano de 2003, procuram garantir direitos previstos na Constituição Federal, quanto o acesso ao esporte. Nessa perspectiva, foram criados programas e projetos objetivando desenvolvê-lo, promovendo a inclusão social e garantindo a população o acesso gratuito aos bens e a cultura esportiva, bem como a qualidade de vida e o desenvolvimento humano.

O Programa Segundo Tempo (PST) é um destes programas, uma política pública estratégica do governo federal, criado no ano de 2003, que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

No ano de 2011, o Ministério do Esporte lançou uma chamada pública para implantação do Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência¹², uma política pública que busca ampliar o acesso ao esporte às pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2011).

O programa pressupõe que através da atividade física e o esporte, dentro dos preceitos e princípios do Esporte Educacional, os beneficiados possam desenvolver a

¹² Nos documentos de orientação do Ministério do Esporte o Programa é nomeado como Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência, mas outros termos são utilizados para designá-lo, a saber, PST Especial, PST Núcleo Especial e PST Esporte Adaptado. Nesse estudo o termo adotado será PST Esporte Adaptado.

autonomia, independência, resgate da autoestima, aptidão física, relações pessoais, e equilíbrio emocional. Segundo a Lei nº 9.615/98, o esporte educacional pode ser conceituado como “praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”.

As diretrizes do PST Esporte Adaptado são fundamentadas no projeto piloto implementadas em Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2009. Esta vertente do programa busca através da intervenção pedagógica oferecer atividades esportivas para crianças, adolescentes e jovens com deficiência intelectual, na faixa etária entre 7 e 24 anos, e que estejam em vulnerabilidade social. A proposta busca estimular os processos inclusivos atendendo de forma integrada de pessoas com deficiência (70%) e sem deficiência (30%), além de estimular a prática de atividade física. (MARQUES, 2010)

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo avaliar o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado a partir dos relatórios de acompanhamento das entidades conveniadas, verificando o quanto se aproximam ou distanciam das Diretrizes do programa.

2. Método

Esta pesquisa tem como objetivou avaliar a proposta do Programa Segundo Tempo (PST) Esporte Adaptado, do Ministério do Esporte, para inclusão das pessoas com deficiência em atividades esportivas. Metodologicamente é um estudo com abordagem qualitativa, de forma que os passos do trabalho são construídos à medida que a pesquisa vai sendo desenvolvida e o conhecimento sobre o objeto de estudo vai se aprofundando (TRIVIÑOS, 1987).

Adotou-se o modelo circular do processo da pesquisa apresentado por Flick (2004) (Figura 1). Esse modelo torna-se essencial na pesquisa qualitativa, pois leva o pesquisador a permanentemente refletir sobre o processo de investigação e sobre as etapas. Foram utilizados como referenciais teóricos para o seu desenvolvimento, autores que discutem o tema “Esporte Adaptado”, “Esporte para pessoas com deficiência”, “Esporte Educacional”, “Esporte e Inclusão”, “Política Pública de Inclusão das Pessoas

com Deficiência”, os documentos oficiais do Ministério do Esporte para orientar e capacitar gestores, coordenadores e monitores do programa.

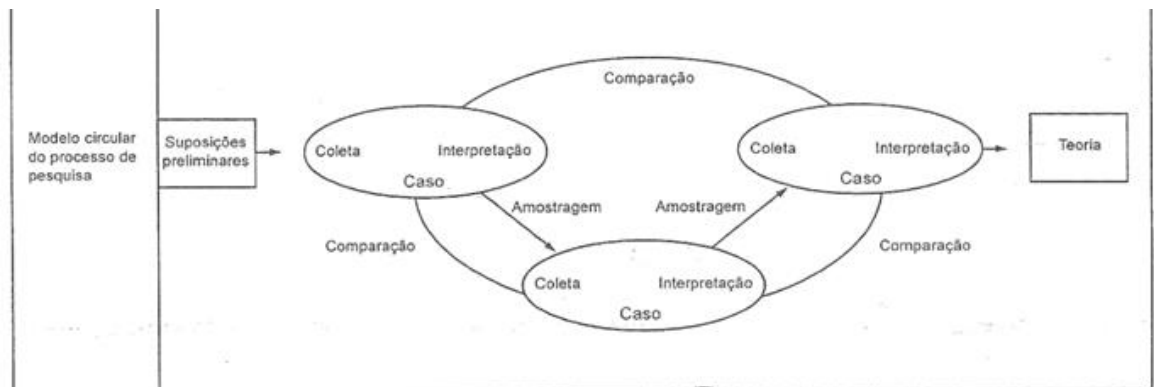


FIGURA 4.1 Modelos de processo e teoria.

Figura 1 Modelo circular do processo de pesquisa
Fonte: Flick (2004, p.61)

Quanto aos fins é uma pesquisa do tipo descritiva com teor exploratório-descritivo combinado (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 188).

Estudos exploratório-descritivos combinados - são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

Nesse sentido, a pesquisa exploratória-descritiva combinada contribuiu para familiarização sobre o Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado, que é uma política pública recente, bem como compreender os processos inclusivos das pessoas com deficiência a partir do esporte educacional. O estudo não necessariamente formulou novas teorias, mas verificou similitudes e discrepâncias entre as teorias existentes relacionando-as com as ações das entidades conveniadas.

A técnica de pesquisa adotada foi a pesquisa documental, pois é um procedimento que permite a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados. A dimensão temporal está incluída nesta técnica e contribui para compreensão das informações no seu contexto histórico e sociocultural. (SÁ-SILVA, 2009).

2.1. Pesquisa Documental

A pesquisa documental é um procedimento que busca e analisa informações de documentos que não apresentam caráter científico, podendo também utilizar documentos de domínio científico, para expansão do pensamento humano. As fontes documentais podem ser textos, documentos oficiais, materiais de natureza iconográfica e cinematográfica, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, entre outros.

Este tipo de pesquisa torna-se importante, pois permite o estudo de pessoas ou fatos às quais não temos acesso físico e por geralmente estarem disponíveis publicamente. Nesse sentido, a busca de informações foi realizada no banco de dados do Ministério do Esporte, no Repositório da Memória do Programa Segundo Tempo¹³ e nos documentos disponíveis pela técnica responsável pelo acompanhamento do Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência, onde os documentos são públicos e de natureza oficial. A análise dos mesmos consiste em um exame, avaliação crítica e posterior análise da fonte e do contexto das informações contidas.

Os passos utilizados para a análise documental, segundo Cellard (2008), incluíram: a) o contexto social, político e econômico em que o documento foi produzido; b) a elucidação da identidade dos autores e suas ideias centrais; c) a autenticidade e confiabilidade do documento verificando sua procedência; d) a natureza do texto pela verificação da abertura do autor, termos utilizados, a estrutura geral do texto, mas observando o contexto; e) compreensão dos conceitos chaves e a lógica interna do texto identificando a problemática e os argumentos explicativos.

Inspirando-se nestes passos, e em Spink (2004), Poupart (2008), Bogdan e Biklen (1998), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), esta pesquisa adotou os procedimentos de coleta e análise dos documentos apresentados na Figura 2.

A avaliação da credibilidade e representatividade se deu através dos questionamentos sugeridos por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009): “o autor conseguiu reportar fielmente os fatos?”; “o autor exprime mais as percepções de uma fração particular da população?”. E, a compreensão do sentido da mensagem será pela análise dos eventuais fragmentos, as passagens difíceis de interpretação (conceitos e termos), e o olhar crítico às informações.

¹³ Disponível em <http://www.ufrgs.br/ceme/pst/atividades.php>

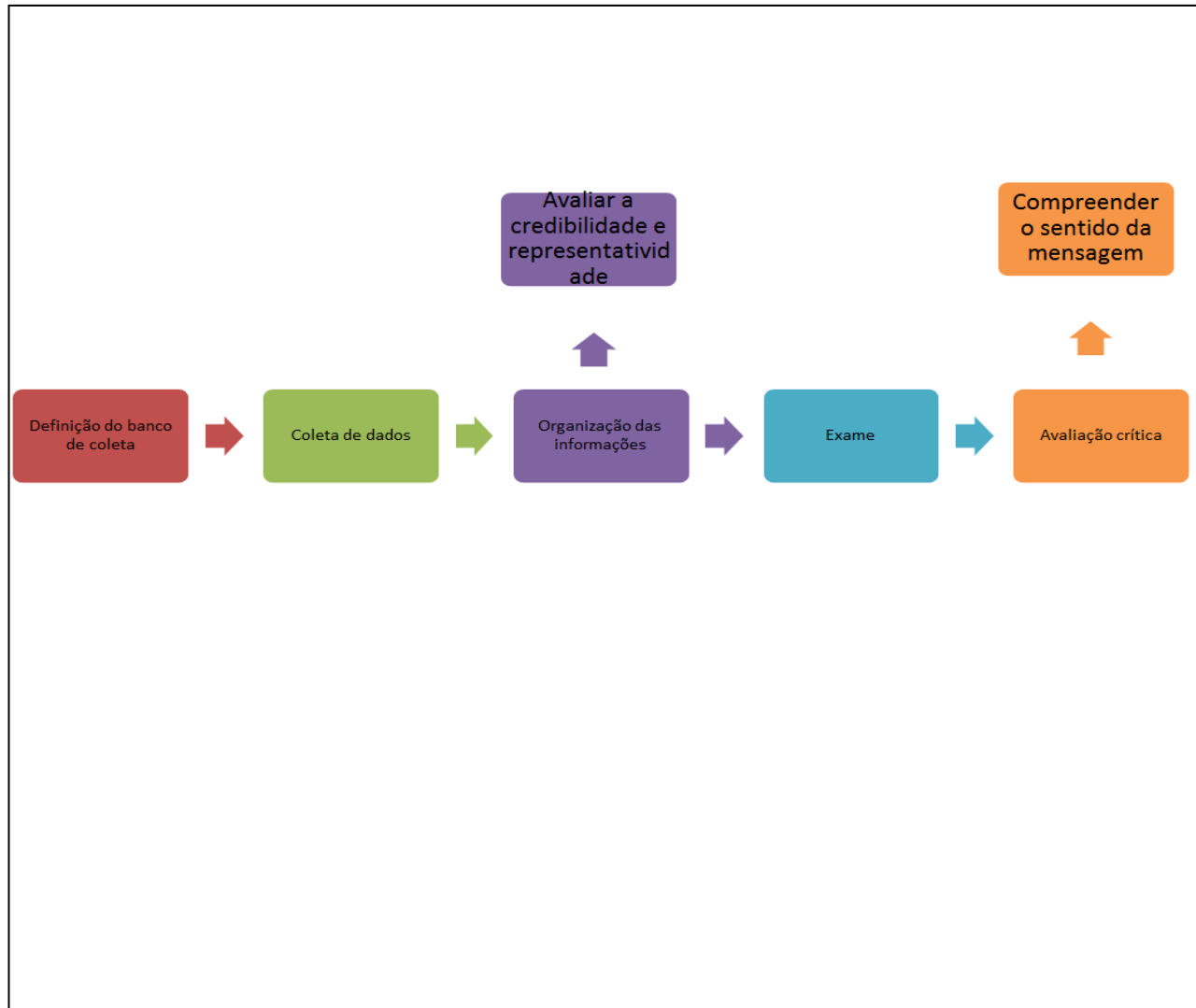


Figura 2 Procedimento para coleta e análise documental

Fonte: Elaborado pela autora e inspirado em Cellard (2008), Spink (2004), Poupart (2008), Bogdan e Biklen (1998), Sá-Silva, Almeida & Guindani (2009).

2.2. População e Amostra

A população foi composta pelos documentos disponíveis nas bases de dados e as legislações sobre o Programa Segundo Tempo, e pelos documentos disponíveis publicamente das quinze instituições contempladas com o Programa Segundo Tempo Esportes Adaptados (Tabela 1). Já a amostra foram os resultados obtidos nas buscas de documentos com os descritores selecionados e os Relatórios de Acompanhamento das três instituições (Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Alfenas) que estão com o programa em vigência.

ESTADO	NOME DA INSTITUIÇÃO
GO	Universidade Federal de Goiás
MA	Universidade Federal do Maranhão
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora
MG	Universidade Federal de Alfenas
MG	Universidade Federal de Viçosa
MG	Universidade Federal de Lavras
MT	Universidade Federal de Mato Grosso
PE	Universidade Federal de Pernambuco
PR	Universidade Federal do Paraná – Campus Jardim das Américas
PR	Universidade Tecnológica do Paraná – Campus Curitiba
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
RS	Universidade Federal de Santa Maria
RS	Universidade Federal de Pelotas
RS	Universidade Federal de Pampa – Campus Uruguaiana

Tabela 1 Instituição conveniadas para implementação do PST Pessoa com Deficiência
Fonte: Ministério do Esporte

Os relatórios de acompanhamento são instrumentos que o Ministério do Esporte utiliza para emitir a Ordem de Início, ou seja, atendimento aos beneficiados e para verificar se os convênios têm atendidos as Diretrizes. O primeiro relatório tem como objetivo monitorar a implementação adequada das ações contempladas no projeto firmado, o segundo relatório designa a acompanhar o desenvolvimento do projeto depois da Ordem de Início, e o terceiro relatório ou relatório de prestação de contas refere-se a avaliação dos aspectos técnicos da execução do programa e se as metas e objetivos foram cumpridos.

A exploração destes documentos instigou-nos quanto à aplicabilidade das planilhas e instrumentos e o quanto contribuem para se conhecer a implementação, operacionalização e avaliação do programa. Ademais a forma de organização, os

direitos e benefícios estabelecidos e assegurados, e o controle pela sociedade civil, ou seja, o controle social democrático. (BOSCHETTI, 2009)

Esta pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa de avaliação incipiente, pois as vigências dos convênios não findaram e vários elementos podem ser obtidos com o Terceiro Relatório de Acompanhamento. Nesse sentido, serão realizados apontamentos sucintos acerca do desenvolvimento do programa nas instituições que o implementaram e enviaram os relatório de acompanhamento até dezembro de 2013.

3. Contextualização

3.1. Esporte Adaptado

O esporte adaptado no Brasil surgiu na década de 50, com fortes influências europeias e americanas, com dois deficientes físicos que procuraram serviços de reabilitação nos Estados Unidos¹⁴. Entretanto a sua institucionalização ocorreu somente a partir da década de 80 com algumas ações governamentais, a saber: os Congressos Brasileiros do Esporte para Todos; Projeto Integrado SEED/CENES; Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente; A criação da Coordenadoria para a Integração da Pessoa Deficiente - COROE; Plano Plurianual 1991-1995 (ARAÚJO, 1998). Cabe salientar, o Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado criado no ano de 2010 que tem contribuído para difusão deste tipo de esporte. Nota-se que estas ações propiciaram e propiciam a difusão, discussão e apresentação de trabalhos envolvendo pessoas com deficiência em esportes.

Segundo Araújo (1998) o esporte adaptado é uma adaptação de um esporte já de conhecimento da população, e este está relacionado com regras estabelecidas e a prática do esporte convencional. Já Winnick (1990, p. 42) o compreende como:

experiências esportivas modificadas ou especialmente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos. O âmbito do esporte adaptado inclui a integração de pessoas portadoras de deficiência com pessoas normais, e lugares nos quais se incluem apenas pessoas com condições de deficiência.

No âmbito do esporte participativo e educacional, a modalidade adaptada é suplantada pela de alto rendimento, ou seja, o esporte paralímpico. Nota-se que as

¹⁴ Europa e Estados Unidos, no período pós-guerra, programaram serviços de reabilitação para o tratamento dos soldados lesados, estes serviços envolviam atividades esportivas que tinham efeito acelerador do processo de reabilitação.

produções sobre a temática são incipientes e abordam sobre a atividade motora adaptada e não sobre o esporte adaptado. Nesse sentido, são necessárias investigações sobre seu o desenvolvimento do esporte adaptado no viés da educação e da participação. Assim, pode-se inferir que o Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado é protagonista no desenvolvimento desta manifestação esportiva.

3.2. Avaliação do Programa Segundo Tempo

A avaliação é um processo complexo e contínuo tendo o objetivo de subsidiar e diagnosticar, permanentemente, a decisão necessária para se proceder às mudanças efetivas. Miyagima (1989) afirma que,

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica numa tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. Por sua constituição, o julgamento de valor desemboca num posicionamento de "não-diferença", o que significa obrigatoriamente uma tomada de decisão sobre o objeto avaliado, ou seja, o estabelecimento de graus ou conceitos; e mesmo quando se trata de uma avaliação com um caráter formativo, de processo, há que se tomar decisões. (p.10)

Nesse sentido, a avaliação do PST Esporte Adaptado neste estudo tem característica formativa, pois tem objetivo de aprimorar o oferecimento do programa no atendimento aos beneficiados com deficiência e aperfeiçoar conteúdos, metodologias, treinamento dos coordenadores e monitores, e caracterização do público atendido. Ademais, contribuir para implementação dos programas, de modo que o curso das ações atenda o direito social ao esporte.

Conforme relatório da Controladoria Geral da União - CGU (2004) há a necessidade de aperfeiçoar mecanismos existentes e vistoriar os núcleos com eficiência e eficácia. Diante da solicitação da CGU, no ano de 2004 o Ministério do Esporte, firmou parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para realização de pesquisas e avaliação do Programa Segundo Tempo, objetivando elaborar instrumentos e sistemas avaliativos. A criação deste sistema de avaliação tem por objetivo mensurar os resultados do programa para possíveis alterações futuras.

Os documentos disponibilizados no site do Ministério do Esporte informam que o monitoramento e avaliação do PST são realizados trimestralmente por seus representantes em visitas, além de análise dos relatórios, encaminhados via site, do núcleo (contendo dados da avaliação antropométrica dos alunos, desenvolvimento das

habilidades e dificuldades enfrentadas), fotos e outros documentos que comprovem seu o funcionamento.

Entretanto, observa-se que esses instrumentos podem comprometer a execução prática da proposta, visto que possuem padrões e referenciais estabelecidos. (ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009). Cabe ressaltar, que o PST Esporte Adaptado possui especificidades e diversidades corporais que devem ser vislumbradas no processo de operacionalização da proposta, a saber, o acesso aos equipamentos e materiais esportivos, o deslocamento até o local de execução das atividades, adequação dos sistemas de avaliação ao beneficiado.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo avaliar a proposta do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado, do Ministério do Esporte, para inclusão das pessoas com deficiência em atividades esportivas. A avaliação desta política torna-se importante para seu aprimoramento e garantia do direito social ao esporte, além disso, para conhecer sua conformação e sinalizar possíveis fragilidades a serem superadas para que se torne efetiva no que se propõe.

Cabe destacar que este estudo não objetiva avaliar este programa no tripé de avaliação das políticas públicas, a saber, eficiência, eficácia e efetividade, e sim avaliar no âmbito da implementação, pois pode fornecer informações para detecção de problemas na sua execução. Além disso, as avaliações do processo de implementação permitem diagnosticar fragilidades quanto aos instrumentos, procedimentos, diretrizes e atendimento ao público previsto, visando seu aperfeiçoamento.

Nesse sentido, como referencial teórico foram utilizadas as orientações de Boschetti (2009) para análise e avaliação de políticas sociais, a saber: configuração e abrangência dos direitos e benefícios; configuração do financiamento e gasto; e gestão e controle democrático. Contudo, a vigência dos programas não se encerrou assim este estudo se atém a análise da configuração e abrangência desta política pública, e possíveis benefícios para os seus usuários.

3.3. Relatórios de acompanhamento

Os relatórios de acompanhamento são instrumentos avaliativos implementados pelo Ministério do Esporte que tem a função de monitorar as ações do Projeto Básico e do Plano de Trabalho firmado com as entidades conveniadas para o desenvolvimento do PST (MATTOS; SEBEN, 2011). No desenvolvimento do programa, os coordenadores

gerais devem enviar três relatórios informando as ações, a saber, o 1º Relatório de Acompanhamento (RA), o 2º Relatório de Acompanhamento (RA) e o 3º Relatório de Acompanhamento (RA).

O 1º RA refere-se à fase de implementação do programa, ou seja, antes do início do Ciclo Pedagógico e atendimento dos beneficiados. Ele reporta as ações contempladas no projeto básico que são comparadas com os documentos e diretrizes do programa, e somente após sua aprovação (emissão da Ordem de Início) poderá iniciar as atividades. Esse instrumento possui 12 categorias e 07 subcategorias (Tabela 2) que devem ser preenchidas nos 03 (três) a 04 (quatro) meses iniciais, contados a partir da vigência do convenio. (MATTOS; SEBBEN, 2011)

Categories	Subcategories
Público-Alvo	-
Divulgação do PST	-
Identificação Visual dos Núcleos/Local	-
Parcerias	-
	Infraestrutura utilizada
	Planejamento das atividades esportivas e complementares
Funcionamento dos Núcleos	Materiais Esportivos e Uniformes
	Materiais suplementares
	Recursos Humanos
	Reforço alimentar
	Outras ações
Infraestrutura de equipamentos	-
Capacitação	-
Propostas Pedagógicas	-
Grade de aulas	-
Previsão para iniciar a execução	-
Interação	-
Espaço aberto	-

Tabela 2 Categorias e subcategorias do 1º Relatório de Acompanhamento

Fonte: Elaborado pela autora inspirado no 1º Relatório de Acompanhamento

O 2º Relatório de Acompanhamento objetiva demonstrar o desenvolvimento do programa, se refere a fase de operacionalização da proposta. O Ministério com esse instrumento monitora e controla a execução das atividades (Ciclo Pedagógico) e o atendimento dos beneficiados (MATTOS; SEBBEN, 2011). As categorias que esse instrumento possui e as subcategorias estão na tabela 3.

Categorias	Subcategorias
Público-Alvo	-
Identificação Visual dos Núcleos/Locais	-
	Período de execução
	Infraestrutura utilizada
	Planejamento das atividades
	Plano Pedagógico
Funcionamento dos Núcleos	Desenvolvimento das atividades esportivas e complementares
	Materiais Esportivos e Uniformes
	Materiais suplementares
	Recursos Humanos
	Reforço alimentar
	Outras ações
Capacitação	-
Interação	-
Espaço aberto	-

Tabela 8 Categorias e subcategorias do 2º Relatório de Acompanhamento

Fonte: Elaborado pela autora inspirado no 2º Relatório de Acompanhamento

O último RA refere-se ao “Relatório de Cumprimento do Objeto”, e é regulamentado pela Portaria Interministerial 127/08 que estabelece as normas para transferência de recursos, contratos e prestação de contas. A portaria prevê que a prestação de contas (art. 58) deverá ser composta por documentos e informações que comprovem:

- I - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- III - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- IV - a relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- V - a relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- VI - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- VII - termo de compromisso por meio do qual o conveniente ou contratado será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio ou contrato de repasse, nos termos do § 3º do art. 3º.

Segundo orientações do Ministério do Esporte, a prestação de contas deverá ser realizada de 30 a 60 dias após o encerramento da vigência do convênio. Ela deverá “descrever as etapas e os procedimentos adotados para a implementação das ações do Programa, durante o período compreendido entre a data da formalização da parceria até o término da vigência, no sentido da demonstração da execução física e atingimento dos objetivos pactuados” (MATTOS; SEBEN, 2011, p.2). Este relatório contempla as categorias e subcategorias apresentados na tabela 4.

Categorias	Subcategorias
Do Pactuado	Objetivo e meta
Da Implementação	Público alvo
Da Base Cadastral	Período de Estruturação
Da Implantação e identificação dos núcleos	-
Da Execução	Períodos de vigência e atendimento aos beneficiados
	Desenvolvimento das ações/atividades: Recursos humanos; Materiais esportivos, uniformes e suplementares; Reforço Alimentar; Atividades esportivas/complementares desenvolvidas; Outras ações
	Relatórios de acompanhamento
Do Acompanhamento, monitoramento e controle	Acompanhamento Pedagógico e vistorias
	Auditorias
	Entidade de controle social
Divulgação do projeto	-
Dos recursos	-
Resultados Alcançados	-
Considerações Finais	-

Tabela 49 Categorias e subcategorias do 3º Relatório de Acompanhamento

Fonte: Elaborado pela autora inspirado no 3º Relatório de Acompanhamento

Cabe destacar que todos os relatórios são avaliados e emitido parecer favorável ou desfavorável. As entidades convenientes tem acesso aos resultados e caso necessário devem realizar e encaminhar as adequações solicitadas. O preenchimento deste instrumento avaliativo é feito pelo Sistema de Relatório de Acompanhamento (SISRAC)¹⁵. Como o referido sistema não permite a alimentação com informações de mais de um programa e várias instituições possuem outros programas em vigências, por exemplo, o Programa Segundo Tempo Universitário, o PST Esporte Adaptado deve encaminhar os relatórios e os documentos comprobatórios via correios.

Diante do exposto, observa-se que os relatórios contribuem para conhecer a configuração e abrangência dos direitos e benefícios do programa, e a adequabilidade das Diretrizes e instrumento às especificidades culturais e regionais das entidades convenientes. Assim, no item a seguir serão apresentados os resultados obtidos a partir da exploração do primeiro e segundo relatórios, pois a vigência dos convênios ainda não se findou. Os resultados obtidos, que apresentam categorias semelhantes foram unificados objetivando comparar as informações e verificar similitudes e discrepâncias.

As informações referentes à subcategoria “Reforço Alimentar” não será apresentada, pois o convênio não prevê seu oferecimento, mas pode ser uma contrapartida da entidade conveniente (KALINOSKI et al, 2013) e as universidades não explicitaram se executariam ou não esta ação.

A categoria “Grade de Aulas” (1º RA) também não será apresentada, pois não estavam anexados nos relatórios da UNIFAL e UFG para análise e comparação com que

¹⁵ Disponível em: <http://www.snelis-me.com.br/portal/relatorio-de-acompanhamento-tecnico>

é declarado nas diretrizes. A grade apresentada pela UFV atende as diretrizes quanto ao número de oferecimento das atividades por semana, carga horária e modalidades a serem ofertadas.

Da mesma maneira, a categoria “Infraestrutura de equipamentos” não será relatada em virtude de apenas explicitarem que as convenentes possuem computador e acesso a internet para funcionamento do núcleo, e a categoria “Espaço aberto” por não conter nenhuma informação.

4. Resultados

4.1. A implementação do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado

Público-Alvo

As diretrizes do PST Esporte Adaptado informam que o público alvo são pessoas com deficiência ou necessidades especiais na faixa etária de 06 a 24 anos, e a composição dos núcleos deve ser de aproximadamente 70% com deficiência ou necessidades especiais e 30% sem. A meta pactuada nas três instituições são de 100 beneficiados, sendo que Universidade de Goiás (UFG) tem atendido 144 e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) 50 (tabela 5).

Instituição	Cadastrados no Site do Ministério	Efetivo atendimento
UFV	112	50
UNIFAL	100	100
UFG	276	144

Tabela 5 Número de beneficiados
Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

Observa-se que a UFV não atingiu a meta pactuada no atendimento e informa que este fato é decorrente do não oferecimento, pelo poder público, de transporte gratuito até o local de realização das atividades. Uma possível similaridade com esta situação pode ser observada na pesquisa realizada por Caitano (2012) na Organização Papel Marchê em Campina Grande. O autor informa que as dificuldades enfrentadas para não acesso as pessoas com deficiência em programa/projetos/ações esportivas são o não conhecimento das ações públicas e gratuitas (75% da amostra), o não acesso devido à localização geográfica e recursos financeiros para o deslocamento em

transportes coletivos (25% da amostra). Cantarelli (1998) aponta como elementos dificultadores a distancia dos espaços e as moradias, a dificuldade de deslocamento (transporte), as barreiras arquitetônicas, os equipamentos padronizados, as dificuldades econômicas, as divisões de classe, e o preconceito. Diante disto, pode-se inferir que a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo não tem sido cumpridas, e algumas vezes não são de conhecimento deste público.

Quanto à faixa etária, as instituições têm atendido pessoas na faixa etária estipulada, observa-se que a maioria dos beneficiados possui idade superior a 13 anos (tabela 6).

Instituição	Menores de 07 anos	De 07 a 09 anos	De 10 a 12 anos	De 13 a 15 anos	De 16 a 18 anos	Acima de 18 anos
UFV	7	7	6	3	8	18
UNIFAL	1	13	52	59	12	7
UFG	0	0	0	0	33	67

Tabela 6 Idade dos beneficiados

Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

Além disso, têm atendido pessoas de ambos os sexos (tabela 7), mas a UFG destaca-se pelo atendimento predominante de pessoas do sexo feminino e a UNIFAL de pessoas do sexo masculino.

Instituição	FEM	MAS
UFV	23	27
UNIFAL	36	64
UFG	94	50

Tabela 7 Sexo dos beneficiados

Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

A UFV e UNIFAL informam que não existe evasão dos beneficiados no programa, contudo asseguram que oferecem atividade e horários diferenciados para superar o problema (UNIFAL).

A UFV manifesta que o cadastro dos beneficiados no site¹⁶ ainda não foi realizado em sua completude, a justificativa para não cumprimento desta exigência decorre da “dificuldade de obtenção de determinados dados de alguns beneficiados, por

¹⁶ O cadastro dos beneficiados é feito no site do Ministério do Esporte (https://www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/area_restrita.asp), mas o acesso é restrito a somente coordenadores e monitores.

exemplo, renda familiar, número de calçado, peso, altura, etc. Assim como a apresentação do Atestado médico” (UFV, 1º RA).

O cadastro dos beneficiados no site possui duas sessões (Figura 02), uma que caracteriza o beneficiado e outra que caracteriza a família, totalizando 25 (vinte e cinco) perguntas. A sessão “Dados dos alunos” é composta por 12 questões que envolvem nome, data de nascimento, sexo, peso, altura, deficiência, situação do beneficiado no programa (ativo ou inativo), município que reside, escola que frequenta, nível escolar, turno que estuda, número do tênis. Já a sessão “Dados da Família” possui 13 questões quanto à nome e escolaridade da mãe ou responsável legal, endereço, bairro, CEP (Código de Endereçamento Postal), Unidade Federativa, telefone, e-mail, renda familiar, número de pessoas na residência, menores de 18 anos e frequentadores de escola, e se fazem parte de alguma comunidade ou grupo social.


Nota-se que esse instrumento pode dificultar o preenchimento adequado com informações fidedignas¹⁷, a saber, quando solicita o tipo de deficiência. O termo deficiência/doença mental se refere a uma doença psiquiátrica em que as condições que causam alteração de humor e comportamento podem afetar o desempenho da pessoa na sociedade, conseqüentemente causando alteração na percepção da realidade. Já a deficiência intelectual refere-se às pessoas que apresentam limitações essencialmente no desempenho intelectual, que ocorre até os 18 anos de idade e que interferem no aprendizado e nas habilidades adaptativas. Estas limitações se dão por problemas que ocorrem durante o desenvolvimento do Sistema Nervoso (SASSAKI, 2004). Assim, torna-se imprescindível a adequação da nomenclatura correta para que equívocos não seja realizados.

Outra variável a se evidenciar é a escola que o beneficiado frequenta, pois nas opções disponíveis estão somente às instituições de ensino regular, e a maioria das pessoas com deficiência não estão matriculadas nesta modalidade de ensino, segundo dados do Censo Escolar de 2009. Ademais, as parcerias estabelecidas das convenentes serem com escolas de educação especial ou instituições/associações que atendem este público.

Da mesma maneira, os relatórios apresentam um equívoco quanto ao termo “necessidade especial” por parte dos coordenadores que os preencheram. As instituições UFV e UNIFAL informam que atendem esse público e na identificação pontuam as pessoas com deficiência. O termo “necessidade especial” pode se referir a qualquer

¹⁷ Problemas quanto ao preenchimento foram relatados pela UFV.

peessoa que tenha ou não deficiência, ou seja, é um adjetivo aplicável a qualquer pessoa que necessite de algum tratamento e adaptação diferenciada, a exemplo disto, as pessoas com hipertensão, obesidade, diabéticos e gestantes. (SASSAKI, 2003). Já o termo “pessoa com deficiência” é o adequado para designar uma pessoa que apresenta “diferentes limitações funcionais, de caráter permanente ou transitório, que podem ter a forma de deficiência física, intelectual ou sensorial” (CHAGAS, 2006, p. 13). Cabe considerar ainda que numa perspectiva socioantropológica, a deficiência é uma questão social e resultado das condições sociais não serem favoráveis ou sensíveis à diversidade de estilos de vida (DINIZ, 2007). Dentre as deficiências atendidas pelos programas tem-se a física, intelectual, auditiva e visual. A UFG não atende pessoas com deficiência visual e não justifica o não atendimento.

www.ESPORTE.gov.br  Portal do ME

Menu

- Principal
- Cadastro de Núcleo
- Cadastro de Coord. Núcleo
- Cadastro de Monitor
- Cadastro de Aluno
- Meus Dados
- Relatório Alunos por Núcleo
- Relatório Núcleo
- Visualização
- Relatório de Acompanhamento Trimestral
- Identidade Visual
- Cadastro RH
- Alterar Senha
- Sair
- Sítio do Segundo Tempo

Segundo Tempo

Cadastro de Aluno

Escolha o Núcleo

Primeiro escolha o núcleo! SELECIONE O NÚCLEO

Total de alunos:
Total de alunos Ativos:

Dados do Aluno

Nome:

Data de Nascimento: Sexo: Masculino Feminino

Peso: Altura: mEx: (1,60 metro)

Portador de Deficiência? Auditiva Física Mental Visual Motora

Situação: SELECIONE A SITUAÇÃO

Município: SELECIONE O MUNICÍPIO

Escola: Selecionar

Série: SELECIONE O NÍVEL ESCOLAR Turno: SELECIONE O TURNO

Nº Tênis:

Dados da Família

Mãe ou Responsável:

Escolaridade: SELECIONE A ESCOLARIDADE

Endereço Residencial:

Bairro: CEP:

UF: MG

Telefone: E-mail:

Renda Familiar: SELECIONE A RENDA FAMILIAR

Quantas pessoas moram na sua residência? SELECIONE O Nº DE PESSOAS

Nº de menores de 18 que moram na sua residência:

Nº de menores de 18 que frequentam a escola:

Faz parte de alguma comunidade ou grupo racial: SELECIONE COMUNIDADE OU GRUPO RACIAL

Figura 2 Questionário de Cadastro de Aluno
Fonte: Site do Ministério do Esporte

Quanto à acessibilidade, as instituições informam que há facilidade no acesso aos espaços (UFG, UFV e UNIFAL), que foram adquiridos materiais adequados ao atendimento (UNIFAL e UFV) e que os beneficiados estão integrados¹⁸ ao grupo (UNIFAL). Observa-se que nos apontamentos sobre a acessibilidade, a entidade compreende-a no âmbito arquitetônico, em contraste, Sasaki (2011, p. 2) define a acessibilidade além da esfera arquitetônica. Para ele é uma

qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência

Assim, ela pode ser compreendida como a eliminação das barreiras que impedem as pessoas de usufruírem de serviços e informações sociais. Na perspectiva do autor “hoje entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico” (SASSAKI, 2009, p. 1). Nesse sentido, ela está relacionada a seis contextos, a saber, arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal (SASSAKI, 2011)

Quanto ao acompanhamento dos beneficiados que apresentam problemas, as diretrizes nos seus objetivos específicos preveem que devem:

- Oferecer práticas esportivas educacionais e atividades complementares;
- Propiciar atividades de reforço escolar, palestras informativas e passeios educacionais;
- Apresentar condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade
- Contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (preconceito, drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil) e para a conscientização da importância da prática esportiva;

¹⁸ A integração não pressupõe que a pessoa com deficiência está incluída e usufruindo dos seus direitos sociais. Ela é compreendida como um “processo que mobiliza esforços de diferentes segmentos sociais para estabelecer condições que permitem as pessoas com deficiência se integrarem a sociedade” (Carmo, 2011). Este processo esconde a visão conservadora de mundo e sociedade, pois a integração está atrelada a sentimentalismos e assistencialismos. Já a inclusão é marcada por um processo que vê o homem como concreto, desigual e diferente, diverso, contudo, ainda confunde-se inclusão com integração, onde o homem é considerado como igual e homogêneo. (CARMO, 2011; FERREIRA, 2001). O processo de inclusão inicia-se com o reconhecimento da diversidade corporal e os diferentes estilos de vida (DINIZ, 2007), e a contribuição para que as condições sociais estejam favoráveis para as pessoas com deficiência. Ela está atrelada principalmente a mudanças na forma como enxergamos e convivemos com a deficiência, principalmente na minimização das barreiras sociais, por conseguinte, Carmo (2011) enfatiza que a inclusão ocorrerá quando as pessoas compreenderem “a igualdade na diferença e a diferença na igualdade”.

- Avaliar, acompanhar e analisar o comportamento do crescimento corporal, da aptidão física, do estado nutricional e hábitos de vida;
- Criar uma base de dados que permita a compreensão do universo complexo em que se inserem os fatores de crescimento, da aptidão física do perfil nutricional de crianças e jovens com deficiência e situação de risco;
- Realizar a integração com as comunidades envolvidas. (BRASIL, 2011, p. 2-3)

As entidades informam que oferecem acompanhamento através de profissionais especializados e da família (UNIFAL) e professores da escola (UNIFAL e UFG), todavia, elas não identificam como e quais as estratégias utilizadas, o que não permite analisar se atendem o previsto nos documentos oficiais.

Um ponto a destacar, nos objetivos específicos, é que as ações devem contribuir para diminuição da exposição aos riscos sociais. No primeiro relatório as instituições UFV e UNIFAL declaram que o público alvo está exposto a estas situações, a saber, acesso ao uso e tráfico de drogas e pobreza (UFV e UNIFAL) e violência familiar (UNIFAL). Os critérios estabelecidos para atendimento ao público foram: baixa renda, residente em área de risco social, indicação da escola (UNIFAL), estudante da rede pública (UNIFAL e UFG), indicação de órgãos de proteção à criança e adolescente (UFG). Em contraste, Athayde (2009) expõe que os convênios padrões têm impedimentos para adoção de escalas de critérios para escolha dos alunos, pois o critério é a ordem de inscrição e não a vulnerabilidade.

Assim, nota-se que as universidades têm atendido as diretrizes no âmbito da promoção do esporte as pessoas em vulnerabilidade social, ao passo que, estudos que investigaram os programa padrão nas cidades Rio Grande - RS (MOREIRA et al, 2007), numa cidade da região sul do Brasil (SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013) e Goiânia (OLIVEIRA, 2010) identificaram que uma das fragilidades das propostas é o não atendimento. Em virtude disso, o Ministério do Esporte alterou a sua proposta inicial, atender crianças e jovens regularmente matriculados, e ampliou o atendimento para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social (RIBEIRO, 2012).

Em relação às atividades com a comunidade, nota-se que somente a UFV realiza atividades com a família através das atividades complementares, a saber, “alongamentos, aulas sobre higiene e esquema corporal”. É feito também contato com a escola “via telefone e e-mail, para que haja troca de informações sobre os alunos e as possíveis intervenções a serem feitas e/ou modificadas” (UFV, Segundo Relatório de Acompanhamento). As UFG e UNIFAL não expõem a realização destas ações, igualmente, estudos têm relatado a dificuldade das políticas públicas em interagir e

haver participação da sociedade civil, especialmente no controle social da execução da proposta (MATIAS, 2013; ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009; ATHAYDE, 2009).

Divulgação do PST e Identificação Visual dos Núcleos/Locais

Dentre as orientações do Ministério do Esporte, as entidades parceiras devem garantir a identificação dos locais de funcionamento do programa conforme padrões estabelecidos pelo “Manual de Aplicação de Marcas do Segundo Tempo”¹⁹. As conveniadas utilizaram como estratégias: placa (UFV, UNIFAL, UFG), banner (UFG), cartazes (UNIFAL e UFG); sendo que somente a UNIFAL informa que utilizou cartazes cedidos pelo Ministério do Esporte. As diretrizes esclarecem que as despesas relacionadas à identificação do núcleo são contrapartida do parceiro, contudo a UNIFAL denuncia que utilizou recursos do convênio e de outras fontes, e que houve demora na liberação dos recursos.

As estratégias de divulgação são essenciais para as comunidades atendidas, para que conheçam as ações e controlem sua execução, pois um dos fatores de não participação da sociedade civil nas decisões de uma política pública deve-se ao não conhecimento da sua existência e aos fatores culturais e sociais (MATIAS, 2013; ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009; ATHAYDE, 2009). Nesse sentido, a identificação e divulgação do PST são imprescindíveis para o desenvolvimento de um estado democrático e participativo (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008), que haja controle público da política (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012), e que o princípio da participação social se efetive (MATIAS, 2013). Contudo, deve-se ponderar para que o mesmo não seja uma alavanca política como relatado em algumas pesquisas (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; MATIAS, 2013; RIBEIRO, 2012; ATHAYDE, 2009; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SILVA, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009; SANTOS, 2012).

Parcerias

Os documentos oficiais do PST explicitam que o programa desenvolva um modelo de gestão ancorado na democratização, na descentralização dos recursos, na participação social e autonomia organizacional. O modelo de gestão democrática

¹⁹ www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/projetoPadrao.pdf

pressupõe que as entidades convenientes sejam responsáveis pela gestão e alocação das decisões, seja na estruturação da equipe, no investimento dos recursos descentralizados, e na organização dos núcleos. Já a descentralização de recursos refere-se a uma modernização do aparelho do Estado para facilitar a equidade na alocação de recursos e aumento do número de bens e serviços (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012).

Contudo, estudos realizados por Matias (2013), Atháide (2009) e Engelman e Oliveira (2012) afirmam que os convênios possuem dificuldade em concretizar esse modelo de gestão. Em contraste os relatórios das universidades permitem inferir que elas têm procurado outras instituições públicas e privadas sem fins lucrativos para complementação das ações e funcionamento dos núcleos, a saber, escolas (UNIFAL e UFG), associações (UNIFAL) e secretaria de educação (UFG). Embora a UFV informe que possui parcerias não explicitam a natureza delas e nem o tipo.

Salienta-se que nenhuma das conveniadas explicita no relatório que firmou parcerias com entidades da sociedade civil para fiscalização e controle desta política, apesar de o Ministério do Esporte estabelecer a indicação, por parte da conveniada, de uma entidade que acompanhe e fiscalize pedagogicamente e administrativamente a execução das ações, conforme as Diretrizes do Programa. Conquanto, no site do Ministério do Esporte verifica-se que a UFG tem como Entidade de Controle Social a Associação Atlética Banco do Brasil de Jataí, e a UFV o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A requisição de uma entidade que controle e fiscalize as ações da conveniente explicita a transferência de responsabilidades por parte do Estado à sociedade civil (DIAS e MATOS, 2012). A delegação de deveres a estas organizações é respaldada pelos princípios da governança e da governabilidade, previstos na Constituição Federal de 1988²⁰, que prevê maior participação das organizações da sociedade para que haja gestão democrática, participativa e representativa.

Funcionamento dos Núcleos e Previsão de iniciar a execução

Para funcionamento dos núcleos é previsto a contratação de um Coordenador Geral/Pedagógico, um Coordenador de Núcleo, quatro Monitores de Esportes e um Monitor de Atividades Complementares. Os recursos para contratação²¹ deste pessoal é

²⁰ Constituição Federal de 1988 art. 194, VII, art. 198, III; art. 206, VI; art. 227, parágrafo 7

²¹ Foi realizado processo seletivo público pelas instituições para contratação dos coordenadores e monitores. (1º Relatório de Acompanhamento). Na UFV a forma de contratação foi por concessão de

proveniente do Ministério do Esporte, bem como para compra de materiais suplementares.

Os recursos humanos informados pela UFG e UNIFAL destoam do previsto nos documentos oficiais. A UFG possui 03 coordenadores e 08 monitores e a UNIFAL 01 coordenador e 05 monitores, no entanto, não foram encontradas justificativas e documentos a respeito da discrepância. A qualificação necessária dessas pessoas, segundo o Ministério do Esporte é apresentada na tabela 8.

Função	Qualificação	Carga horária (por semana)
Coordenador-geral pedagógico	Profissional de nível superior da área de Educação Física ou Esporte, com experiência comprovada no trabalho com Pessoas com Deficiência e pedagógica para coordenação, supervisão e orientação na elaboração de Projetos (Propostas Pedagógicas);	20
Monitor de esporte	Qualificação: Estudantes de graduação regularmente matriculado em cursos de Educação Física ou Esporte, preferencialmente que já tenha cursado o correspondente a primeira metade do Curso.	20
Monitor de atividades complementares	Estudantes de graduação regularmente matriculados no curso das áreas afins às atividades complementares desenvolvidas, preferencialmente que já tenham cursado o correspondente à primeira metade do curso.	20

Tabela 8 Profissionais, qualificação mínima e carga horária para atuar no PST Esporte Adaptado
Fonte: Diretrizes do PST Esporte Adaptado (BRASIL, 2011)

Nota-se que somente a UFG e UNIFAL informam que o monitor de atividades complementares é graduado em outra área, ou seja, não é estudante de Educação Física e sim de Fisioterapia. UNIFAL declara que um dos coordenadores possui esta formação, isso pode ser devido à instituição não possuir cursos de graduação em Educação Física ou Esporte.

No que diz respeito ao início do efetivo atendimento aos beneficiados, nas instituições ocorreu no segundo semestre de 2012, a saber, agosto (UFG), setembro (UFV) e novembro (UNIFAL), sendo que somente a UFV justificou nesta categoria o início tardio devido a greve dos servidores públicos (professores e técnicos administrativos) e estudantes (tabela 9).

bolsa, na UNIFAL por meio de contrato de prestação de serviço para os coordenadores e bolsa de extensão para os monitores, e na UFG informa que a coordenação geral é o professor proponente e os demais foram por processo seletivo simplificado. O controle da frequência é realizado por livro/folha de frequência, e na UFV é acrescido de relatório das aulas.

Instituição	Início Previsto no 1º RA	Data do início das atividades
UFV	11 de agosto de 2012	25 de setembro de 2012
UNIFAL	01 de setembro de 2012	05 de novembro de 2012
UFG	19 de novembro de 2012	14 de agosto de 2012

Tabela 910 Datas previstas de início e datas de efetivo início das atividades

Fonte: Primeiro e Segundo Relatório de Acompanhamento

A UNIFAL no item divulgação e identificação visual informa que houve atrasos na liberação do recurso por parte do Ministério do Esporte, o que pode ter contribuído para início demorado das atividades. Alguns estudos já explicitaram que a protelação no repasse dos recursos e dos materiais esportivos pelo Ministério do Esporte ou pela entidade conveniente contribui para o adiamento no início do atendimento aos beneficiados, a interrupção das ações ou no pagamento tardio dos recursos humanos (SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; MOREIRA et al, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; OLIVEIRA, 2010)

Dentre os espaços e estruturas disponíveis para execução das ações tem-se ginásio e pátio (UFG), sala multiuso (UFG, UNIFAL e UFG), piscina (UFG e UFG), quadra descoberta, campo de grama, bebedouro e sanitários (UNIFAL e UFG), campo de areia (UNIFAL), pistas e galpão (UFG). Pelo fato dos núcleos serem geridos por instituições federais pressupõem-se que a realização das aulas ocorre em suas instalações, pois a UFG e a UFG informam que os núcleos não foram implantados em áreas de risco social. Somente a UNIFAL destaca que a localização do núcleo está em áreas vulneráveis e que foram realizadas adaptações nos espaços para atender as pessoas com deficiência, ademais que utiliza espaços descobertos.

Os recursos materiais para desenvolvimento das aulas são disponibilizados pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/ME, através do Programa Pintando a Liberdade²², além disso, é repassado R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para compra de material esportivo complementar²³. O kit esportivo²⁴ foi recebido antes do início efetivo de atendimento aos beneficiados (UNIFAL, UFG e UFG), os uniformes não foram enviados (UNIFAL) ou ainda não foram distribuídos aos beneficiados (UFG e UFG). Somente a UNIFAL relata que recebeu camisetas do Recreio nas Férias e que as mesmas não adequavam a faixa etária/tamanho dos beneficiados.

²² Informações disponíveis em <http://www2.esporte.gov.br/pintando/>

²³ Nenhuma das instituições explicitaram como irá aplicar este recurso.

²⁴ Lista com os materiais disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/158/Lista%20de%20Materiais%20PST%20-%20Kits.pdf?sequence=3>

Sousa Neto e Rodrigues (2007), Moreira et al (2007), Souza, Souza e Castro (2013) e Oliveira (2010) indicam que uma das fragilidade dos convênios padrões associa-se aos materiais esportivos e uniformes, pois houvera atraso no repasse e/ou são de má qualidade. Não obstante, as instituições informam que a maioria dos itens recebidos é de boa ou ótima qualidade, somente a UNIFAL relata que as bolas de voleibol e handebol são de qualidade regular, e que não recebeu bolas de basquete.

Diante do exposto, o desenvolvimento do programa em instituições federais pode contribuir para que a população usufrua de suas instalações e que seja um espaço universal, e principalmente que as atividades ocorram em espaços com estrutura. Estudos realizados indicam que alguns programas padrões do PST possuem estrutura física e espaços com precárias condições para as práticas previstas no programa (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; MENDONÇA, 2012; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009; OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, a parceria com as universidades podem contribuir para que haja melhoria no atendimento à população prevista e que o acesso ao esporte seja qualificado, como também se fomente pesquisas na área de políticas públicas de esporte para pessoas com deficiência.

No que concerne ao oferecimento das atividades esportivas, as diretrizes esclarecem que devem ter caráter educacional para que haja desenvolvimento integral do beneficiado. A definição das modalidades a serem ofertadas deve considerar: “disponibilidade de recursos físicos e humanos para desenvolvê-las, forma de organização, vigência do Projeto, considerando a organização em Ciclos Pedagógicos” (BRASIL, 2011, p. 11).

A UFV distingue-se das demais no número de atividades oferecidas, pois prevê o oferecimento de 07 modalidades coletivas (futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, goalball e peteca) e 11 individuais (atletismo, xadrez, lutas, natação, capoeira, tênis, dama, sudoku e lutas²⁵). Oferece também uma modalidade criada exclusivamente para pessoas com deficiência visual, o goalball, contribuindo assim para o desenvolvimento da percepção tátil e auditiva dos deficientes. As atividades são oferecidas três vezes por semana com duração de duas horas, só que,

de acordo com o tipo de comprometimento e disponibilidade do aluno/família serão oportunizadas turmas e horários variados. Os alunos poderão estabelecer combinações de forma que participem de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 6 (seis) horas de atividades semanalmente, podendo ser

²⁵ Judô, capoeira, jiu-jitsu, karatê

distribuídas em uma frequência de 2 (duas) a 3 (três) vezes por semana. (UFV, 1º Relatório de Acompanhamento)

O controle da frequência é realizado por lista de presença conforme modelo do Ministério do Esporte, e as turmas possuem no máximo 20 alunos, conforme explicitado no 2º RA.

A UNIFAL prenuncia o oferecimento de quatro modalidades coletivas (voleibol, handebol, futsal e basquetebol) e cinco individuais (capoeira, xadrez, lutas dança e futebol de mesa), mas o beneficiado pode participar de somente uma coletiva e uma individual três vezes por semana, com duração de duas horas. As turmas são compostas por no máximo 30 alunos e a frequência é monitorada por lista elaborada pela entidade²⁶.

Já a UFG oferece duas modalidades coletivas (futsal e voleibol²⁷) e duas individuais (natação e ginástica), duas vezes por semana com duração de uma hora e trinta minutos. As turmas são compostas por no máximo 20 alunos e o controle da frequência é realizado por lista de presença conforme modelo do Ministério do Esporte.

Além das atividades esportivas, os núcleos devem oferecer atividades complementares,

são consideradas atividades complementares as ações que abordam temáticas relacionadas à educação, à saúde, à cultura, ao meio ambiente, entre outras áreas, tais como: Atividades Educacionais [...], Atividades Culturais [...], Atividades Orientadas à Saúde [...], Atividades Ambientais [...], Atividades com a Família [...] (BRASIL, 2011, p. 11).

As atividades complementares agouradas contemplam aulas de dança (UNIFAL e UFG) e jogos virtuais (UFG), sendo que somente a UFV prevê todas as atividades propostas pelas diretrizes além de realização de “grupos operativos, gincanas, palestras, vídeo debates e torneios”.

Com relação ao Plano Pedagógico, as entidades informam que está disponível para consulta e sendo aplicados, como também, que houve contribuição das Equipes Colaboradoras (EC) na elaboração. A criação das EC é uma das estratégias para combater as dificuldades e fragilidades apresentadas pelos convênios, pois são responsáveis pelo acompanhamento, suporte pedagógico, visitas e avaliações. (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012). Elas têm por objetivo “constituir um processo

²⁶ No 1º RA a entidade não explicita o porquê da não adoção à Lista padronizada do Ministério do Esporte

²⁷ No 1º RA a modalidade prevista era o handebol, mas foi substituída por voleibol devido à falta de alunos, conforme apresentado no 2º RA

permanente de acompanhamento pedagógico e administrativo das ações desenvolvidas nos Núcleos do Programa Segundo Tempo” (CIDADE, 2010, p. 5). Outra estratégia adota pelas convenientes é a realização de reuniões pedagógicas mensais (UFG) ou semanais (UNIFAL e UFV).

Para avaliação do funcionamento do núcleo, as universidades utilizam reuniões (UFV e UFG), observação (UFV e UNIFAL) e aplicação de instrumentos específicos²⁸ (UNIFAL e UFG), todavia não expõem como se dará esse processo. Somente a UNIFAL esclarece que o método está explicitado no Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC).

Diante do exposto, observa-se que as convenientes têm adequado as diretrizes às especificidades e particularidades regionais e locais, o que pode ser observado também em outros programas do Segundo Tempo padrão (MATIAS, 2013; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013). Na UFV, a experiências em outras ações pode ter colaborado para implementação do mesmo:

a contribuição das ações é efetiva no que se referem ao suporte técnico e acadêmico na execução de atividades esportivas para pessoas com deficiência, diante da experiência prévia do grupo que já trabalha com esse público em Viçosa há mais de dez anos (UFV, Primeiro Relatório de Acompanhamento)

Igualmente, Ribeiro (2012) em investigação realizada no PST na cidade de Contagem, Minas Gerais, identificou que a experiência anterior dos gestores e corpo executor contribui para que as ações do programa se materializem e atendam o público previsto. Em contraste, a UNIFAL no 2º RA declara que identificou dificuldade na adaptação das modalidades, o que pode ser decorrente da inexistência do curso de graduação em Educação Física e experiências anteriores em projetos esportivos.

Capacitação

As capacitações do Ministério do Esporte para o PST tem objetivo ampliar

o universo de trabalho dos profissionais envolvidos no projeto, possibilitando agregar valores na aplicação da proposta pedagógica do programa e alcançar os objetivos pretendidos [...], constituir padrões conceituais, operacionais e metodológicos minimamente homogêneos, abordando aspectos gerenciais e pedagógicos por meio da formação de multiplicadores, devendo ocorrer de forma regional e descentralizada. (BRASIL, 2010, p. 34)

²⁸ Não há identificação ou exposição de quais instrumentos avaliativos.

Elas podem ser de abrangência nacional ou regional, sendo que o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME, é responsável pela capacitação dos coordenadores, e estes pela dos monitores. As nacionais objetivam explicitar as informações básicas do programa, já as regionais abordam questões pedagógicas, técnicas e de gestão com foco nas ações dos núcleos (BRASIL, 2010).

O desenvolvimento dessas ações é uma das potencialidades do PST apontadas em outros programas (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012; RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA, 2010), especialmente na estruturação das metodologias de trabalho e as equipe de referência que as realiza. Não obstante, tem fragilidades, especialmente pelo fato de serem realizadas posteriormente ao processo de implementação (RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA, 2010) o que pode contribuir para que imprecisões, confusões e discrepâncias em relação às diretrizes, fundamentos pedagógicos e legislações sejam recorrentes.

A UFV, UFG e UNIFAL afirmam que participaram das capacitações, e de acordo com as datas, a maioria foi realizada antes do início efetivo do atendimento aos beneficiados (tabela 10)

Instituição	Data capacitação	Data do início das atividades
UFV	28 e 29 de março de 2012	25 de setembro de 2012
UNIFAL	22 e 23 de março de 2012	05 de novembro de 2012
UFG	27 de setembro de 2012	14 de agosto de 2012

Tabela 10 Datas das capacitações do Ministério do Esporte e início das atividades

Fonte: Primeiro e Segundo Relatório de Acompanhamento

As capacitações realizadas para os monitores se diferiram nas instituições, todavia podem ter contribuído para democratizar e/ou aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do programa e planejamento das aulas. A UNIFAL previu a realização quinzenalmente de seminários, minicursos e discussões em grupos (1º RA), mas no segundo relatório explicita que foram realizados clínicas de esporte por modalidade e cursos. Já a UFV presumiu ciclo de estudos (semanais), palestras, fóruns de discussão e reuniões (1º RA), já a multiplicação dos conteúdos da capacitação nacional estava prevista para os meses de abril e maio de 2013 juntamente com o PST Universitário (2º RA). Por fim, a UFG previu a realização de reuniões quinzenais para “divulgação dos Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo (livro), organização das atividades do programa e capacitação dos monitores” (1º RA), só que no segundo

relatório declara que os conteúdos das capacitações nacionais não foram multiplicados aos monitores e que palestras de especialistas foram consubstanciadas (2º RA).

Propostas Pedagógicas

As propostas pedagógicas correspondem ao Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC) e Planejamento Pedagógico de Núcleo (PPN). Segundo LEAL (2006), o planejamento é um processo de organização, sistematização, previsão e decisão objetivando garantir a eficiência e eficácia de uma ação. No âmbito educacional o planejamento deve revelar as intenções e a intencionalidade, além de expor o que se deseja realizar e onde se pretende atingir. Assim pode-se destacar que o planejamento nas ações pedagógicas significa pensar a ação docente refletindo sobre os objetivos, os conteúdos, os procedimentos metodológicos, a avaliação do aluno e do professor.

No processo de escrituração do planejamento é necessário realizar um diagnóstico e uma análise do contexto didático pedagógico observando as condições objetivas e subjetivas em que o processo de ensino irá acontecer, havendo uma visão crítica da sociedade, da escola, da educação, dos conteúdos trabalhados (que nesse contexto é o Esporte) e do homem (LEAL, 2006).

O PPC solicitado pelo Ministério do Esporte apresenta o detalhamento das expectativas pedagógicas a serem desenvolvidas no convênio (tabela 11). Além do detalhamento, os coordenadores devem anexar alguns documentos, a saber, a grade horária para comprovar a adequação no oferecimento das modalidades e número de vezes por semana, o horário de funcionamento do programa para visitas futuras, o número de alunos por turma e a disponibilidade de atuação da equipe de trabalho; a lista e fotos dos espaços desportivos e alternativos utilizados; a relação dos Monitores e Coordenadores com seus respectivos contatos telefônicos e e-mail; as modalidades a serem desenvolvidas; o planejamento da capacitação dos monitores e o modelo de relatório das capacitações; e exemplos de planos de aula a serem adotados pelo núcleo.

Categoria	Subcategorias
1. Fundamentação Teórica	-
	2.1 Diagnóstico
	2.2 Objetivos
	2.3 Conteúdos
2. Etapas do Planejamento	2.4 Estratégias Metodológicas
	2.5 Processos Avaliativos
	2.6 Recursos Materiais e Físicos
	2.7 Referências
3. Cronograma	-
4. Fotos do núcleo	-

Tabela 1111 Itens do Planejamento Pedagógico do Convênio
Fonte: Roteiro de elaboração do PPC²⁹

Periotto e Mattos (2010, p. 2) anunciam que o PPC “é um instrumento que trata a idealização do projeto educacional do convênio no âmbito geral. É desse instrumento que deverão derivar os Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos (PPNs)”. Posteriormente a liberação e aprovação do PPC são disponibilizadas para os convênios a interface dos PPNs que abrange a identificação do núcleo, objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação (ver tabela 12)

Categoria	Subcategorias
1. Identificação do Documento	-
	2.1 IDH do Município
	2.2 População da Cidade
	2.3 Nível de Escolaridade/ Outros Programas Sociais desenvolvido no local onde está o núcleo/ Proporção dos sexos no núcleo
2. Identificação do Núcleo	2.4 Ações culturais e de Lazer da localidade
	2.5 Esportes comuns da localidade
	2.6 Atividades de interesse dos beneficiados
	3.1 Geral (deve ser elaborado apenas 1 objetivo geral)
3. Objetivos	3.2 Específico (Devem ser elaborados no máximo 6 objetivos específicos)
	Turmas
4 Conteúdos	Recursos Materiais e Físicos
	Número de turmas no núcleo
	Grade Horária
5. Estratégias Metodológicas	-
6. Processos Avaliativos	-
7 Cronograma	-
8 Referências	-
	Instrumentos de avaliação que utilizará (questionários, auto-avaliação, roteiros de entrevistas);
9 Anexo	Modelo de Controle de frequência;
	Planos de aula (exemplos);
	Fotos da infra-estrutura – máximo de seis fotos (espaços desportivos), do núcleo, recursos humanos, etc.

Tabela 12 Itens do Planejamento Pedagógico de Núcleo
Fonte: Roteiro de elaboração do PPN

²⁹ Disponível em www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/roteiroPPC.doc

A avaliação destes documentos é certificada pela Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA) e Equipes Pedagógicas. A UFV, a UNIFAL e a UFG afirmam que os documentos já foram apresentados ou estão em processo de elaboração (tabela 13 e 14), sendo que somente a UNIFAL obteve aprovação do PPC e PPN no período de envio do relatório.

Instituição	PPC	PPN
UFV	Sim	Não
UNIFAL	Sim	Sim
UFG	Sim	Sim

Tabela 13 Apresentação PPC e PPN pelas conveniadas

Fonte: Primeiro Relatório de Acompanhamento

Instituição	PPC	PPN
UFV	Sim	Em processo de elaboração/avaliação
UNIFAL	Sim	Sim
UFG	Sim	A proposta está em fase de aprovação

Tabela 1412 Aprovação do PPC e PPN pela Equipe Colaboradora

Fonte: Primeiro Relatório de Acompanhamento

O acompanhamento da execução das propostas pedagógicas é realizado pelas Equipes Colaboradoras através de contatos telefônicos e visitas *in loco*. As avaliações sobre o acompanhamento pedagógico das equipes foram satisfatórias para aprimoramento e adequação da proposta, segundo as instituições, contudo, as mesmas declaram que a burocracia (UFV), o número de modalidades e carga horária, e a disponibilidade de espaços (UNIFAL) como aspectos negativos (tabela 15).

Igualmente, pesquisas têm relatado que há dificuldades na elaboração desses documentos devido a rigidez e o engessamento, que por consequência há divergências entre as ações previstas e as observadas *in loco* pela Equipe Colaboradora (MATIAS, 2013; ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009). No entanto, corroborando com Engelman e Oliveira (2012), os critérios e padrões objetivam alinhar as instituições envolvidas com o plano do governo e com os valores democráticos, ou seja, é descentralizar recursos e responsabilidades, mas sem desintegrar a política.

Instituição	Positivo	Negativo
UFV	“Direcionamento e feedback próximos relacionados as propostas e ações a serem desenvolvidas”	“Entraves burocráticos em ações independentes, por exemplo, processo de compras que depende da ordem de início que depende das compras”
UNIFAL	<p>“aprimorar e contribuir com as condições de saúde dos participantes por meio da prática esportiva, tornando-a um hábito que contribua para melhorar a qualidade de vida e minimize a exposição aos riscos sociais”</p> <p>“promover a inclusão social de pessoas com necessidades especiais e deficiências múltiplas junto a comunidade que vive ao entorno dos núcleos de modo a incentivar a prática do esporte educacional que promova o lazer, bem estar físico e mental”</p> <p>“Oferecer práticas esportivas educacionais, que estimulem crianças e jovens vinculados ao programa à melhorar as capacidades físicas e habilidades motoras, por meio das atividades praticadas durante o período de vigência do convenio e estimulá-las a manutenção futuras deste hábito”</p>	<p>“grande variedade de modalidades ofertadas, associada ao grande número de horários”</p> <p>“Os espaços limítrofes da instituição que poderão restringir parte das atividades, como as quadras descobertas que em dias chuvosos terão as atividades limitadas em salões e/ou espaços reservados para outras atividades”</p>
UFG	“apoio pedagógico e metodológicos e de orientação aos participantes, visando a realização das atividades no tempo proposto e de forma organizada e eficaz”	Não foram percebidos

Tabela 15 Aspectos positivos e negativos do acompanhamento pedagógico
 Fonte: Primeiro Relatório de Acompanhamento

Interação

A interação com o Ministério do Esporte tem sido considerada boa³⁰, segundo os relatórios, e o meio de contato utilizado são e-mails e telefone. Todas relataram que já receberam visitas de um membro do Ministério, e as mesmas auxiliaram e esclareceram sobre a conjuntura desta política (tabela 16).

Instituição	Positivo	Negativo
UFV	“A visita se apresentou positivamente, como um momento em que fomos relatados a cerca de pontos a serem trabalhados dentro do núcleo. Tivemos uma orientação advinda direta do Ministério, feedback esse de extrema importância para um melhor funcionamento do núcleo e estreitamento das relações”	“As averiguações a cerca dos documentos foi minuciosa, em contrapartida a verificação do momento da prática foi realizada rapidamente, não dando o feedback esperado”
UNIFAL	“Esclarecimento sobre o funcionamento na prática do programa”	-
UFG	“excelente comunicação com os monitores e coordenador pedagógico”	“Não sermos avisados da primeira visita”

Tabela 1613 Aspectos positivos e negativos a visita do Ministério do Esporte
 Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

³⁰ A escala de mensuração possui quatro pontos variando de ótima a ruim.

Tendo em consideração a atuação das Equipes Colaboradoras (EC), as universidades afirmam que tem contribuído para orientação pedagógica, refletir sobre adequações aos núcleos, elucidar sobre o funcionamento do programa (tabela 17), conforme as orientações do Ministério do Esporte e igualmente exposto por Engelman e Oliveira (2012) e Starepravo et al. (2012).

Instituição	Positivo	Negativo
UFV	“estabelecer discussões pertinentes aos métodos usados para desenvolvimento das aulas, podendo assim haver uma troca de informação por parte dos monitores e colaboradores”	-
UNIFAL	“apoio pedagógico”	-
UFG	“apoio e esclarecimento de dúvidas quanto as atividades desenvolvidas e sua execução”	-

Tabela 1714 Aspectos positivos e negativos do Contato com a Equipe Colaboradora

Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

Starepravo et al. (2012) complementam que elas são responsáveis pela

assessoria direta aos coordenadores gerais, coordenadores pedagógicos, coordenadores setoriais e coordenadores de núcleos; análise dos planos pedagógicos dos núcleos; visitas de acompanhamento pedagógico e administrativo – visitas in loco; manutenção de plantão de atendimento; participação integral nas capacitações do PST, atuando como autor de material didático-pedagógico e ministrante de oficinas, de acordo com a necessidade do programa com o objetivo de potencializar e qualificar as ações, tanto administrativas quanto pedagógicas do programa. As ações das ECs vão desde o processo de pensar a filosofia do programa até o de avaliação efetiva das ações do PST no cotidiano dos núcleos (p. 132)

Em contrapartida, a análise de documentos são priorizadas nas visitas em detrimento a avaliação das práticas pedagógicas (aulas), o que pode denotar rígidos critérios técnico-burocráticos conforme explicitados em outros estudos (MATIAS, 2013; ATHAYDE, 2009) (tabela 18).

Instituição	Positivo	Negativo
UFV	“a visita foi de grande valia, principalmente no que se refere ao feedback dado por eles. Pudemos analisar e reavaliar alguns aspectos dados sobre outra perspectiva. A avaliação contribuiu para que pudéssemos nos focar em alguns pontos a serem corrigidos e melhorados em prol do atendimento dos beneficiados”	-
UNIFAL	“apoio pedagógico, descrição da realidade durante o momento de greve como sendo a realidade constante do programa local”	-
UFG	-	-

Tabela 1815 Aspectos positivos e negativos da visita com a Equipe Colaboradora

Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

No que concerne à expectativa de contribuição do PST para as comunidades beneficiados (tabela 19) verifica-se, com base nos relatórios, que as entidades têm atribuído ao esporte a responsabilidade de eliminar as mazelas sociais advindas de uma sociedade capitalista, em que as desigualdades e a luta de classes são robustecidas e intensificadas. Athayde (2009) alega que a massificação esportiva e a utilização do programa como “celeiros para a revelação de talentos esportivos” (p. 22) tem contribuído para que os discursos da promoção da saúde, da melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a redução à exposição aos riscos suplantem a consolidação e o reconhecimento pelos beneficiados do esporte como um direito social, como também a subestimação nas prioridades do Estado. Por conseguinte, “a prática acaba por promover uma feiticização dos problemas sociais e a mistificação do esporte, caracterizando um discurso de conotação salvadorista”.

Instituição	Contribuição
UFV	<ul style="list-style-type: none"> • “oportunizar a promoção do esporte educacional como possibilidade de acesso a um ambiente inclusivo, vivências sócio-cognitivas, espaço de construção e discussão dos diferentes saberes apresentando como eixo central a atividade física, visando um crescimento dialogado entre a comunidade universitária e viçosense”
UNIFAL	<ul style="list-style-type: none"> • “Aprimorar e contribuir com as condições de saúde dos participantes por meio da prática esportiva, tornando-a um hábito que contribua para melhorar a qualidade de vida e minimize a exposição aos riscos sociais” • “promover a inclusão social de pessoas com necessidades especiais e deficiências múltiplas junto a comunidade que vive ao entorno dos núcleos de modo a incentivar a prática do esporte educacional que promova o lazer, o bem estar físico e mental” • “oferecer práticas esportivas educacionais, que estimulem crianças e jovens vinculados aos programa à melhorar as capacidades físicas e habilidades motoras, por meio das atividades praticadas durante o período do convênio e estimulá-las a manutenção futuras deste hábito” • “desenvolver as capacidades e habilidades motoras básicas e específicas de cada modalidade esportiva, dos participantes por meio da atividades físicas educacionais e exercícios de iniciação esportiva”
UFG	<ul style="list-style-type: none"> • “Participar de atividades esportivas educacionais de qualidade que propiciem a inclusão social, a diminuição da exposição aos riscos sociais e o desenvolvimento das dimensões cognitivas, físico-motora e sócio-afetiva, contribuindo assim para sua formação integral” • “desenvolver as habilidades motoras diretamente ligadas a modalidade esportiva (futebol, handebol e natação), através de jogos adaptados com contexto inclusivo” • “conviver de forma interativa, favorecendo a construção de valores e atitudes por meio da cooperação e solidariedade”

Tabela 19 Contribuição do PST para as comunidades beneficiadas 1º RA
Fonte: Primeiro Relatório de Acompanhamento

No 2º RA as convenentes apresentam as contribuições do programa para as comunidades beneficiadas (tabela 20). O discurso ainda em voga é o do benefício das práticas esportivas como instrumento de benfeitorias, numa visão simplista, idealista e subjetiva (ATHAYDE, 2009), e difícil de ser aferido, desse modo, consolidando e perpetuando políticas com caráter assistencialistas. Assim, torna-se indispensável que as entidades parceiras exponham os instrumento e índices para aferir tais contribuições.

Instituição	Contribuição
UFV	“Poder englobar cada vez mais alunos possibilitando-os participar ativamente da sociedade em que estão inseridos, se tornando cidadãos críticos e emancipados, capazes de modificar sua realidade, utilizando como ferramenta o esporte educacional”
UNIFAL	“Melhoria da qualidade de vida e aquisição de hábitos saudáveis de vida”
UFG	“Integração dos alunos beneficiados nas atividades desenvolvidas e em consequência, maior desenvolvimento físico, psicológico e emocional; inclusão e maior integração dos alunos com deficiência através das atividades desenvolvidas”

Tabela 20 Contribuição do PST para as comunidades beneficiadas 2º RA

Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

Além disso, é imprescindível a superação do discurso da integração e as pessoas com deficiência sejam reconhecidas como sujeitos de direitos e deveres. É importante ressaltar que parte do reconhecimento das diferenças e diversidades, da minimização das barreiras sociais e a consumação da acessibilidade nos âmbito arquitetônico, comunicacional, metodológico, instrumental, programática e atitudinal (SASSAKI, 2011).

Tendo em consideração as potencialidades (tabela 21 e 22) na implementação do PST, as instituições apontam diminuição à exposição aos riscos sociais, desenvolvimento de atividades complementares, a inclusão do deficiente, o acesso ao esporte, a capacitação para atuar com grupos diversos, estímulo a hábitos saudáveis e promoção de eventos; semelhantemente, estudos em outros programas tem apontado tais virtudes (ENGELMAN e OLIVEIRA, 2012; RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA, 2010; NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; SILVA, 2007; ATHAYDE, 2009; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; OLIVEIRA, 2010).

Instituição	Potencialidades	Fragilidades	Sugestões de melhoria
UFV	<ul style="list-style-type: none"> • “contribuir para que o aluno se torne capaz de criticar seu papel em meio esta sociedade, diminuindo sua exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade e trabalho infantil)” • “desenvolver atividades complementares intersdisciplinarmente contribuindo para civilidade, divertimento, saúde, ascensão social, lazer e ludicidade” • “oferecer ao aluno a possibilidade de assimilação e execução dos conteúdos esportivos, visando a inclusão social por meio do esporte, considerando os domínios cognitivos, físico-motor e sócio-afetivo” • “propiciar aos estudantes universitários, uma melhor compreensão da realidade do processo de intervenção continuada de grupos especiais buscando capacitá-los no sentido de intervir e transformá-la” • “proporcionar aos alunos a vivência de práticas corporais significativas e historicamente construídas na sociedade” • “trabalhar os esportes valorizando suas diferentes formas de manifestação, sempre em concordância com as diretrizes do programa” 	<ul style="list-style-type: none"> • “transporte – quase totalidade dos previamente inscritos dependem de transporte público, e ainda não temos uma política de utilização deste de forma mais acessível financeiramente, horários flexíveis e, principalmente, adequados (a maioria dos ônibus de Viçosa não possui elevador para cadeirantes)” • “clima – devido as variações climáticas e ao prolongado período de chuva, por vezes, dificulta a saída dos alunos com baixa imunidade e/ou dificuldade de locomoção” • “disponibilidade – a maioria dos responsáveis que irão acompanhar os alunos às aulas são as mães, e assumem as responsabilidades da casa/família e relataram a dificuldade de permanecerem fora de suas residências por um longo período de tempo “devido a isso foi planejado uma flexibilização dos horários e atividades de acordo com as possibilidades identificadas nas diretrizes” • “competência – a área de atuação com esportes adaptados é recente e possui uma restrita gama de profissionais (formados e/ou em formação) interessados, habilitados e disponíveis para atender com qualidade as propostas pedagógicas” • “referências – diante da inovação em programas com esse perfil, a plataforma online, as diretrizes e as propostas pedagógicas não atendem as necessidades e especificidades para uma execução plena e com qualidade das propostas” 	<ul style="list-style-type: none"> • “manutenção desse diálogo disponível pelas formas de avaliação e pelos funcionários da equipe de suporte”
UNIFAL	<ul style="list-style-type: none"> • “Procurar melhorar os hábitos de vida dos portadores de necessidades especiais” 	<ul style="list-style-type: none"> • “contratação de mão-de-obra, visto que a UNIFAL-MG não possui curso de graduação em Educação Física” • “limitação de espaço físico local como inexistência de uma quadra coberta” 	<ul style="list-style-type: none"> • “abertura de um cursos de graduação em Educação Física ou Esporte na UNIFAL-MG e ainda a construção de uma quadra coberta”
UFG	<ul style="list-style-type: none"> • “Tornar-se um espaço de debate sobre o esporte e lazer envolvendo o curso de Educação Física e demais cursos da Universidade Federal de Goiás” • “ser referencia na formação de profissional de acadêmicos envolvidos no programa realizando cursos relacionados a prática de atividade física , esporte e lazer e educação física adaptada” • “atuar na promoção de eventos esportivos de interesse da comunidade universitária e comunidade externa” 	<ul style="list-style-type: none"> • “até o momento não foram encontradas dificuldades” 	-

Tabela 2116 Potencialidades, fragilidades e sugestões de melhoria no 1º RA
Fonte: Primeiro Relatório de Acompanhamento

No tocante as fragilidades identificam-se situações similares em outros programas e ações para pessoas com deficiência, a saber, dificuldade para deslocamento, insuficiente recursos financeiros para deslocamento em transportes coletivos (CAITANO, 2012), estrutura física aquém das necessidades (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; MENDONÇA, 2012; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; ATHAYDE, 2009; OLIVEIRA, 2010), e dificuldade ou ausência de recursos humanos com qualificação (NUNES JÚNIOR e AMARAL, 2008; MENDONÇA, 2012; SOUSA NETO e RODRIGUES, 2007; SOUZA, SOUZA e CASTRO, 2013; OLIVEIRA, 2010; ALMEIDA e SILVA, 2012).

Instituição	Potencialidades	Fragilidades	Sugestões de melhoria
UFV	<ul style="list-style-type: none"> • “estretar relações entre comunidade e universitários” • Inclusão de pessoas com deficiência em práticas esportivas especializadas, antes não disponibilizada, por conseguinte, promoção da inclusão social • Mão de obra capacitada • “Ajudar na melhora da qualidade de vida” • “Contribuir para a formação do beneficiado” 	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte público – “prefeitura cancelou o passe para deslocamento desses indivíduos ao local da prática” • Redução do número de beneficiados 	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com a prefeitura para o transporte público e gratuito
UNIFAL	<ul style="list-style-type: none"> • “Oferta de atividade física para os beneficiados” • “estímulo a integração social” 	<ul style="list-style-type: none"> • “Adaptações das modalidades oferecidas no início do programa” 	<ul style="list-style-type: none"> • “atendimento adequados para a realidade local com as adaptações necessárias de infraestrutura”
UFG	<ul style="list-style-type: none"> • “tornar-se um local para a prática de atividades esportivas por alunos com deficiência em um ambiente inclusivo, tendo em vista que o local está longe dos centros que desenvolvem atividades esportivas para pessoas com deficiência” • “propiciar atividades de pesquisa³¹ e de fomento de atividades para alunos com deficiência e inclusão educacional” 	<ul style="list-style-type: none"> • “transporte , que é disponibilizado pela Secretaria de Educação do Município” • “participação dos alunos em modalidades esportivas do futebol” 	<ul style="list-style-type: none"> • “maior divulgação das atividades desenvolvidas, envolvendo a comunidade”

Tabela 22 Potencialidades, fragilidades e sugestões de melhoria no 2º RA
Fonte: Segundo Relatório de Acompanhamento

Diante do exposto, observa-se que algumas informações não foram obtidas, fato este que pode ser decorrente dos relatórios não permitirem que as universidades

³¹ A UFG anexou fotos da divulgação do PST Esporte Adaptado, mas devido a resolução não é possível identificar o local que as mesmas foram aduzidas.

exponham detalhes sobre o funcionamento. Athayde (2009, p. 60) afirma que alguns programas padrões têm dificuldades no preenchimento destes instrumentos avaliativos, e que há “despreparo das entidades parceiras para cumprir corretamente as exigências técnico-burocráticas”.

5. Conclusão

Os métodos de avaliação do Programa Segundo Tempo pelo Ministério do Esporte são realizadas periodicamente por meio de relatórios, visitas in loco, aplicação de fichas avaliativas e fotos/documentos que comprovem o funcionamento do núcleo.

Realizou-se a análise da configuração e abrangência do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado, uma política pública de democratização das práticas esportivas para pessoas com deficiência, através Primeiro e Segundo Relatório de Acompanhamento das três instituições que implementaram o programa e enviaram os documentos ao Ministério do Esporte. Os relatórios permitem inferir que:

- Os PST Esporte Adaptado tem procurado atender as diretrizes do programa;
- O site de cadastramento dos beneficiados contém equívoco quanto à nomenclatura “deficiente mental” e não permite o preenchimento das entidades educativas que atendem especificamente pessoas com deficiência;
- O acesso às práticas esportivas pelas pessoas com deficiência tem fortes resquícios do movimento de integração suplantando o movimento da inclusão;
- O acesso ao transporte público é um dos fatores limitantes para participação plena do deficiente, além das barreiras sociais e arquitetônicas;
- A capacitação é imprescindível para aperfeiçoamento da proposta e alinhamento do convênio, sempre vislumbrando as especificidades regionais;
- Os coordenadores precisam se aperfeiçoar e capacitar para o preenchimento deste instrumento, pois algumas informações estavam incompletas ou equivocadas;
- Os convênios têm apresentado nos relatórios discurso mistificador e “salvadorista” do esporte, em contraponto ao direito social;
- Desenvolvimento da política contrária a democratização e inclusão, pois o atendimento dos beneficiados apresentam-se de forma segregada, embora o programa preveja o atendimento de pessoas com e sem deficiência (os documentos não explicitam que atendem pessoas sem deficiência);

- O programa piloto atendeu somente pessoas com deficiência intelectual e necessidades educativas especiais, o que podem contribuir para que alguns objetivos específicos das diretrizes e fundamentos não adequem a todas as deficiências, a exemplo disso, as fichas avaliativas contidas nos Fundamentos Pedagógicos do programa;
- Priorização da análise de documentos nas visitas em detrimento da avaliação das práticas pedagógicas (aulas), o que pode denotar rígidos critérios técnico-burocráticos;
- Não exposição de índices, critérios ou instrumentos avaliativos desta política pública, denotando inferências ideais e infactíveis quanto as suas contribuições;

Não obstante, o Ministério do Esporte foi protagonista em desenvolver uma política de esporte adaptado de caráter educacional para pessoas com deficiência, contudo as ferramentas avaliativas precisam adequar-se e possibilitar que se exponham todas as informações, a saber:

- Adaptação das ferramentas do site de cadastro dos beneficiados, correção de nomenclaturas errôneas e acréscimo do item “necessidades especiais”;
- Criação de um manual de orientações para preenchimento dos Relatórios de Acompanhamento reforçando a necessidade de seu preenchimento completo e fidedigno com as práticas dos núcleos;
- Acrescentar no RA uma nota diferenciando os termos/palavra necessidade especial e deficiência;
- Os Fundamentos Pedagógicos devem expor sobre as modalidades esportivas adaptadas, incentivando todos os programas a implementarem alguma ação e que atendam as pessoas com deficiência;
- Envio de uniformes adequados a faixa etárias/tamanho;
- Flexibilizar as diretrizes no que concerne a experiência do coordenador e monitor no trabalho com pessoas com deficiência;
- Descentralizar recursos para oferecimento de reforço alimentar;
- Realização de capacitações contínuas e contato periódico com os núcleos;

Diante do exposto, esta política pública tem sido importante para garantir o acesso ao esporte para os cidadãos com deficiência, contudo torna-se necessário que os métodos de avaliação se adequem às especificidades e que os coordenadores se aperfeiçoem para o preenchimento.

Nota-se que o campo das políticas públicas de esporte para pessoas com deficiência e sua avaliação estão em voga e precisam de investigações reprodutíveis, confiáveis e fidedignas ao método adotado. Igualmente, o Esporte Adaptado no âmbito educacional e participativo tem um campo de consolidação, crescimento e uma trajetória a ser construída para formulação de políticas eficazes no que se propõe: a garantia do direito ao acesso ao esporte para as pessoas com deficiência.

Cabe salientar que esta investigação não objetiva findar o debate sobre a temática e sim instigar reflexões e participações ativas no processo de elaboração e implementação das políticas públicas. Ademais são necessários estudos in loco nos núcleos do PST Adaptado e que seja acrescido à análise do Terceiro Relatório de Acompanhamento para que sejam sanadas algumas indagações.

Como limitação tem-se o envolvimento, como coordenadora do PST Universitário da UFV, o que pode ter contribuído para que as informações da instituição estejam detalhadas em detrimento dos demais programas.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Desporto adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualização. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Indesp, 1998

ATHAYDE, P. F. A. **Programa Segundo Tempo**: conceitos, gestão e efeitos. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstre-am/10482/4229/1/2009_PedroFernandoAvaloneAthayde.pdf> Acesso em 03 de mar. 2013

ATHAYDE, P. A.; MASCARENHAS, F. Descentralização de políticas sociais: limites para a consolidação de uma gestão democrática do Programa Segundo Tempo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 17., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2011. p. 1-14. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/XVII_CONBRACE/2011/paper/view/3591/1793> Acesso em: 03 de mar.. 2013.

ATHAYDE, P. A.; MASCARENHAS, F.. Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CBCE, 2009. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/694/782>> Acesso em 03 de mar. 2012.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte**: uma introdução. 3ª edição, editora Unijuí, Ijuí, 2005

BOGDAM, R. C.; BIKLEN, S. K.. **Qualitative Research for Education:** na introduction to theory and methods. Boston: Allyn and Bacon, 1998, p. 134-156

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. In: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** 1º edição. Brasília: CFESS, 2009, v.1, p. 575-592.

BRASIL. **Constituição:** República Federativa do Brasil. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **LEI Nº 8.899, de 29 de junho de 1994:** Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm>. Acesso em: 07 out. 2013

BRASIL. **Lei nº 9615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BRASIL. **Ministério do Esporte.** Disponível em www.esporte.gov.br. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes e Orientações para Estabelecimento de Parcerias.** 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo.** 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Manual de Convênios 2010.** Disponível em www.ibtim.org.br/orient/esportes/es3.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Manual de Orientações para Estruturação Programa Segundo Tempo.** Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2012. Disponível em www.esporte.gov.br/segundotempo. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo: diretrizes e orientações para o estabelecimento de parcerias.** Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2009. Disponível em www.esporte.gov.br/segundotempo. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte.** Resolução nº 05/ Conselho Nacional do Esporte. 14 de junho de 2005.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008. **Estabelece Normas Para Execução do Disposto no Decreto no 6.170, de 25 de Julho de 2007, Que Dispõe Sobre As Normas Relativas às Transferências de Recursos da União Mediante Convênios e Contratos de Repasse, e Dá Outras Providências.** Brasília, DF, Disponível em: <http://www.conveniosfederais.com.br/Portarias/InterMin127_08_busca_nova.html>. Acesso em: 20 jan. 2014

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do Programa Segundo Tempo**. Relator Auditor Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília : TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. Disponível em: www.tcu.gov.br/avaliacaodeprogramasdegoverno. Acesso em 10 de novembro de 2012.

CAITANO, Francisca Germana de Macedo Alves. **Os rebatimentos da questão social sobre os usuários atendidos pela Organização Papel Marchê em Campina Grande: a perspectiva da família**. 2012. 35 f. TCC (Graduação) – Curso de Serviço Social, Departamento de Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1827>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CAMPEÃO, M. S.; HABIB, S; FELBERG, A.R. Deficiência Intelectual. In: FERREIRA, E. L. Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeiras de Rodas, 2011, p.15-75.

CANTARELLI, Edila Maria Bisognin. **Barreiras sócio-culturais e lazer das pessoas portadoras de deficiência física: um estudo do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência de Campinas, SP**. 1998. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Educação Física, Departamento de Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas., Campinas, SP, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000189265&fd=y>>. Acesso em: 10 jan. 2014

CARMO, Apolônio Abadio. Aspectos históricos, filosóficos e Sociológicos da deficiência. In: Ferreira, Eliana Lucia (organizadora). **Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência**. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011, v. 1.

CELLARD, A.. A Análise documental. In: POUPART, J., et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316

CHAGAS, Ana Maria de Resende. **Avanços e Impedimentos para a Construção de uma Política Social para as Pessoas com Deficiência**. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5746>>. Acesso em: 10 jan. 2014

CIDADE, Ruth Eugenia. **O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do PST**. Curitiba – Pr: Ministério do Esporte, 2010. 28 slides, color. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/123456789/81>>. Acesso em: 08 set. 2013

DIAS, R.; MATOS, F. “O conceito de política pública”. In: _____. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012, p.01-21. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População residente por tipo de deficiência permanente 2010**. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/amostra/>. Acessado em 21/08/2012

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ELIAS, N. e DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.

ENGELMAN, Selda; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de. **GESTÃO PÚBLICA EM REDE: O CASO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO – MINISTÉRIO DO ESPORTE**. *Rev. Educ. Fis/uem*, Maringá – Pr, v. 23, n. 4, p.543-552, out. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/13379/11082>>. Acesso em: 09 fev. 2013.

FLICK, U.. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009 (Coleção pesquisa qualitativa, coordenada por Uwe Flick)

FLICK, U.. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

KALINOSKI, Angélica Xavier et al. Núcleo Especial do Programa Segundo Tempo na ESEF – UFPel. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, Pelotas, Rs, v. 18, n. 2, p.236-241, mar. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/2634/2396>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991

LEAL, Regina Barros. **Planejamento de ensino: peculiaridades significativas**. Universidade de Fortaleza, Brasil. *Revista Ibero-Americana de Educacion*. 2006

LUCKASSON, R. et al. **Mental Retardation: definition, classification and systems of supports**. 10 ed. Washington, DC.: American Association on Mental Retardation, 2002.

MARQUES, Alexandre Carriconde. **Depoimento de Alexandre Carriconde Marques**. 2010. Entrevista concedida a Luciane Silveira Soares. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40509>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

MATIAS, Wagner Barbosa. **A POLÍTICA ESPORTIVA DO GOVERNO LULA: O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO**. *Licere*, Belo Horizonte – MG, v. 16, n. 1, p.1-23, mar. 2013. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV16N01_a9.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2013.

MATTOS, Dirceu L. de; SEBBEN, Bruno. **Sistema de Relatórios de Acompanhamento dos Convênios do Programa Segundo Tempo**. Brasília – Df: Ministério do Esporte, 2011. 22 slides, color. Disponível em: <http://www.pst.uem.br/portal/images/SISRAC_-_Tutorial_de_Operação.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013

MENDONÇA, Lílian Adriana de Jesus. **PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO MÉTODO DIALÉTICO APLICADO EM CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-SE**. In:

COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6., 2012, São Cristóvão – SE. **Anais do Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão – SE: Universidade Federal de Alagoas, 2012. p. 1 – 11. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_02/PDF/44.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

MIYAGIMA, Cláudio Hiroyoshi. **Avaliação em educação física**. Paraná: **Revista da Fundação de Esporte e Turismo**, 1989.

MOREIRA, B. D. et al. Projeto segundo tempo: configurando um modelo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Recife. **Anais...** Recife: CBCE, 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/285.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2012.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Esporte e Política Pública: o caso do Segundo Tempo em Campinas. In: ENCONTRO DA ALESDE, 1., 2008, Curitiba/pr. **Anais do Encontro da ALESDE**. Curitiba/pr: Encontro da Alesde, 2008. p. 1 – 8. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/123456789/37>>. Acesso em: 08 mar. 2013

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; PERIM, Gianna Lepre (Org.). **Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo**. Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; PERIM, Gianna Lepre (Org.). **Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo**. Porto Alegre: UFRGS: - Brasília: Ministério Dos Esportes, 2008.

OLIVEIRA, J. A.; ALVES, F. R. F.; NASCIMENTO, R. O. Desenvolvimento humano comparado: uma abordagem desenvolvimentista. In: FERREIRA, E. L. Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeiras de Rodas, 2011, p.16-79.

OLIVEIRA, Marcos Flávio Mércio de. **O programa segundo tempo em Goiânia e a política pública de esporte e lazer no Brasil a partir da criação do Ministério do Esporte**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia – Go, 2010.

PERIOTTO, Álvaro José; MATTOS, Dirceu L. de. **Sistema de Consulta e Adaptação de PPs**. Brasília – Df: Ministério do Esporte, 2010. 22 slides, color. Disponível em: <www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/.../2010/SICAP.pps>. Acesso em: 20 set. 2013.

PETTENGILL, Nilma Garcia. Desporto para pessoas portadoras de necessidades especiais. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (1.: 2000 : Brasília).

POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008

RIBEIRO, Sheylazarth Presciliana. **O lazer na política pública de esporte: uma análise do Programa Segundo Tempo.** 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Lazer, Departamento de Programa Interdisciplinar de Pós-graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – Mg, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-929H7Q/disserta_o_final_para_cd_rom_sheylazarth.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 fev. 2013.

SANTOS, Emilson Santos dos. As coalizões e os partidos políticos na difusão do Programa Segundo Tempo. **Licere**, Belo Horizonte – Mg, v. 15, n. 3, p.1-26, set. 2012. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV15N03_a3.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009, Ano I – Número I.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Acessibilidade na inclusão escolar e laboral. In: Ferreira, Eliana Lucia (organizadora). **Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência.** Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011, v. 3.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como Chamar as pessoas que têm deficiência? In: **Vida Independente:** história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16. Disponível em: <<http://www.pjpp.sp.gov.br/2004/artigos/17.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade.** 2011. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em: 29 nov. 2013

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Deficiência mental ou deficiência intelectual.** s.l., dez.2004

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16

SILVA, Silvio Sipliano. **PROGRAMA SEGUNDO TEMPO – OS OBJETIVOS E EFEITOS DOS PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS:** Programas de Solidariedade como Estratégias para Alívio das Tensões Sociais. 2007. 65 f. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Esporte Escolar, Departamento de Centro de Educação à Distância, Universidade de Brasília, São Paulo – Sp, 2007. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/silvio_01.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

SOUZA, Ana Paula Prestes de; SOUZA, Doralice Lange de; CASTRO, Suelen Barboza Eiras de. **BARREIRAS E FACILITADORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: UM ESTUDO DE CASO. Pensar A Prática,** Goiânia, v. 16, n. 4, p.956-1270, dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewFile/20113/15680>>. Acesso em: 05 fev. 2014

SOUSA NETO, L. G.; RODRIGUES, A. M. S. Projeto Segundo Tempo – implantação na unidade escolar Paulo Ferraz em Teresina-PI. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ÁREAS AFINS, 2., 2007, PiauÍ. **Anais...** PiauÍ: UFPI, 2007. p. 1-5. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/32/anais%20edncontro%20EFI.pdf?sequence=3> Acesso em: 06 fev. 2013.

SPINK, P.. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, J. M. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004, p.123-151.

STAREPRAVO, Fernando Augusto et al. As Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma Política de Esporte Educacional. **Motrivivência**, Florianópolis, Sc, v. 39, n. 24, p.129-141, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/2175-8042.2012v24n39p129/23398>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. C. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

TUBINO, Manoel Jose Gomes; GARRIDO, Fernando Antônio Cardoso; TUBINO, Fábio Mazon. **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2007

WINNICK, J.P. **Adapted Physical Education and Sports**. Illinois: Human Kinetics. 1990

CONCLUSÕES GERAIS

O Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado é uma política pública de esporte educacional para pessoas com e sem deficiência que objetiva garantir o acesso a prática esportiva a este público que historicamente é excluído das práticas corporais e esportivas. As pesquisas de avaliação em políticas são importantes para seu aprimoramento e garantia do direito social ao esporte, além disso, para conhecer sua conformação e sinalizar possíveis fragilidades a serem superadas para que se torne efetiva.

Nesse sentido, este estudo permitiu compreender o desenvolvimento desta política pública, a sua configuração e abrangência em três instituições que a implementaram, a saber, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Alfenas. Além disso, propiciou:

- Levantar as legislações e produções científicas, documentos oficiais e políticas públicas, na área do esporte participativo/educacional para pessoas com deficiência;
- Compreender os conceitos, fragilidades e marcos legal do direito e acesso ao esporte aos deficientes;
- Compreender a operacionalização do Programa Segundo Tempo e seus métodos de avaliação;
- Conhecer as fragilidades e potencialidades do PST Padrão, bem como do PST Esporte Adaptado;
- Incentivar o desenvolvimento de investigações com evidências fortes, confiáveis e validadas;
- Observar que há inúmeros documentos que garantem o acesso das pessoas com deficiência ao esporte educacional e participativo, contudo a acessibilidade arquitetônica e o transporte são fatores que impedem o acesso;
- Constatar a carência de indicadores que permitam avaliação de políticas públicas de esporte participativo e educacional, especialmente para pessoas com deficiência;
- Verificar que as produções sobre a temática concentram-se a partir do século XXI, o que denota inquietações recentes sobre seu desenvolvimento;

No âmbito da implementação do Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado e nas políticas públicas esportivas para pessoas com deficiência:

- Indicou possíveis adequações operacionais para efetivação da proposta e superação das dificuldades de implementação e avaliação;
- Instigou a reflexão e crítica sobre a criação de políticas públicas e as suas características no âmbito do esporte;
- A descontinuidade das ações é identificada nos estudos, o que caracteriza a criação de políticas assistencialistas, em detrimento das estruturais;
- Torna-se indispensável que os gestores das convenentes sintonizem o que fazer e como fazer em políticas esportivas de caráter educacional, de modo que as mesmas não sejam confundidas como “escolinhas de iniciação”, mas promovam a prática, o conhecimento e a transformação da realidade.
- Necessidade de superação das mensurações de aspectos puramente quantitativos, a exemplo disto, a meta de beneficiados pactuada nos convênios;
- Superação da perspectiva da massificação e suscitar a perspectiva do direito social;
- Sobrepujar o movimento da integração e efetivar a inclusão social como elemento acessório nas práticas esportivas;